

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

**“PARENTE VOTA EM PARENTE?” A CULTURA POLÍTICA DOS INDÍGENAS
NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE MANAUS (2016-2024)**

LUCILLANY CARNEIRO DE SOUSA

MANAUS/AM

2025

LUCILLANY CARNEIRO DE SOUSA

**“PARENTE VOTA EM PARENTE?” A CULTURA POLÍTICA DOS INDÍGENAS
NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE MANAUS (2016-2024)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, da Universidade Federal do Amazonas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Antropologia Social.

Orientador: Professor Dr. Raimundo Nonato Pereira da Silva.

MANAUS/AM

2025

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S725p Sousa, Lucillany Carneiro de
 “Parente vota em Parente?” a cultura política dos indígenas nas eleições
 municipais de manaus (2016-2024) / Lucillany Carneiro de Sousa. - 2025.
 99 f. : il., color. ; 31 cm.

 Orientador(a): Raimundo Nonato Pereira da Silva.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa
 de Pós-Graduação em Antropologia Social, Manaus, 2025.

 1. Povos Indígenas. 2. Comportamento eleitoral. 3. Cultura política. 4.
 Eleição municipal. I. Silva, Raimundo Nonato Pereira da. II. Universidade
 Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia
 Social. III. Título

LUCILLANY CARNEIRO DE SOUSA

**“PARENTE VOTA EM PARENTE?” A CULTURA POLÍTICA DOS INDÍGENAS
NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE MANAUS (2016-2024)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, da Universidade Federal do Amazonas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Antropologia Social.

Orientador: Professor Dr. Raimundo Nonato Pereira da Silva.

Data da aprovação: 18 de dezembro de 2025

Banca Examinadora

Prof. Dr. Raimundo Nonato Pereira da Silva - Presidente
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Prof. Dr. Roberto Ramos Santos - Membro Externo
Universidade Federal de Roraima - UFRR

Prof. Dr. Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares - Membro Interno
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

MANAUS/AM

2025

DEDICATÓRIA

*À minha avó Elza Oliveira de Sousa (in
memoriam), que me ensinou o poder das
palavras e a grandeza do amor.*

AGRADECIMENTOS

Acredito que não fazemos nada sozinhos. Somos constantemente atravessados e mudados pelas trocas e conexões afetivas com o todo que nos rodeia. Essa dissertação surgiu a partir de muitas ajudas ao longo do caminho e por isso tenho muito a agradecer.

Primeiramente, agradeço aos meus guias por terem me amparado em todos os momentos. A fé, mesmo quando duvidamos, é capaz de nos levar a lugares inimagináveis. Em algumas fases eu falhei e quase desisti, mas eles me trouxeram de volta ao caminho que eu deveria trilhar.

À minha mãe, Eluciete Trindade Carneiro, mais conhecida como Lúcia. Agradeço pelo amor e orações. Obrigada por me apoiar mesmo quando você não me compreendia por completo.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Raimundo Nonato Pereira da Silva, que desde o primeiro período da graduação me incentivou, ajudou e ensinou a percorrer os caminhos da pesquisa. Nossas muitas conversas me ensinaram muito além da vida acadêmica: ampliaram meus horizontes para a vida. Sou mais grata do que você pode imaginar.

Aos interlocutores e interlocutoras que aceitaram contribuir com esse trabalho. Obrigada por acreditarem no desenvolvimento da pesquisa e na importância de discutir esse tema tão emaranhado de complexidades. Agradeço ao COLIND e ao MEIAM por terem sido porta de entrada não apenas para o campo, mas para os múltiplos ensinamentos que pude receber convivendo e aprendendo com a luta dos povos indígenas na cidade de Manaus.

Ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFAM), em especial aos docentes Maria Helena Ortolan e Thiago Mota Cardoso por terem sido fonte de inspiração e provocação em vários momentos, visando sempre ensinar com atenção e generosidade. Professores e Professoras como vocês fazem toda a diferença no percurso de uma fase tão intensa como a pós-graduação.

Aos amigos e amigas que a vida acadêmica me presenteou: Daniela Gato, Taynara Sanches, Eduardo Monteiro, Rafael Silva, Lais Oliveira. Agradeço imensamente por todas as trocas, conselhos (e consolos) ao longo do caminho. Sem isso a jornada teria sido bem mais difícil.

Às minhas queridas amigas Julyane Oliveira, Aressa Laura e Jade Bentes e ao meu querido amigo Kevin Rodrigues. Obrigada pelo apoio, carinho e compreensão quando fui uma amiga ausente.

À minha Eline França, por tudo, em todos os momentos. Você foi a força vital que me manteve ancorada quando todo o resto parecia me consumir. Não tenho palavras para descrever o quão importante seu apoio, incentivo, amor e compreensão foram, Céu Azul. Obrigada. Obrigada. Obrigada.

Por fim, agradeço a UFAM e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento que subsidiou a pesquisa e permitiu minha permanência na pós-graduação.

Viva a Universidade Pública!

Meu brado é forte e treme o chão

Meu brado faz revolução

Meu brado é luta indígena

É dança, é canto indígena

É guerra! É luta! É arte! É festa!

Se meu direito é violado

Minha voz não calará

Ecoará (ecoará)

Eu luto por justiça social

Meu canto pelo tempo retumbará

Território indígena

Amazônia indígena

Meu Brasil indígena

Terra ancestral

Somos resistência

Pela existência

Contra a violência colonial

Somos filhos da mesma mãe

Ameaçada, sangrada e saqueada

Que suplica liberdade e esperança

Nosso clamor é pela vida

Flecha o progresso genocida

Pela proteção

Árvores e troncos milenares

Enquanto a ignorância

Enxerga somente os hectares

[...]

Essa pátria pertence aos povos indígenas

Antes da coroa existia o cocar!

(Brasil – Terra Indígena, Boi Caprichoso, 2023)

RESUMO

Esta dissertação analisou a relação entre os indígenas residentes na cidade de Manaus (AM) e o sistema político-eleitoral, partindo de duas perguntas centrais: como esses grupos compreendem as eleições municipais e como avaliam suas próprias participações nesse processo? Para responder a essas questões, foram examinados três pleitos distintos, 2016, 2020 e 2024, a fim de comparar percepções, práticas e mudanças no comportamento político indígena ao longo do tempo. A pesquisa ancorou-se no paradigma comportamentalista, com ênfase no conceito de cultura política, buscando compreender os sentidos atribuídos ao mundo político-eleitoral e os elementos culturais que estruturam as ações dos interlocutores. Duas hipóteses emergiram de seus relatos: a máxima “Parente não vota em Parente”, que tensiona percepções sobre candidaturas indígenas, e a dificuldade de domínio dos códigos político-partidários e das burocracias eleitorais, reveladora de assimetrias persistentes. O estudo mobiliza entrevistas, literatura especializada e dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), oferecendo uma interpretação das dinâmicas que atravessam a participação indígena nas eleições municipais de Manaus e dos repertórios acionados para negociar sua presença em um cenário marcado por desigualdades estruturais.

Palavras-chave: Povos Indígenas; Comportamento Eleitoral; Cultura Política; Eleição Municipal.

ABSTRACT

This dissertation analyzed the relationship between Indigenous people residing in the city of Manaus (AM) and the political-electoral system, starting from two central questions: how these groups understand municipal elections and how they assess their own participation in this process. To address these questions, three distinct municipal elections (2016, 2020, and 2024) were examined in order to compare perceptions, practices, and changes in Indigenous political behavior over time. The research was anchored in the behavioralist paradigm, with an emphasis on the concept of political culture, seeking to understand the meanings attributed to the political-electoral arena and the cultural elements that structure the actions of interlocutors. Two hypotheses emerged from their accounts: the expression “*Parente não vota em Parente*” (“Parente does not vote for Parente”, a locally articulated maxim), which problematizes perceptions regarding Indigenous candidacies, and the difficulty in mastering political-party codes and electoral bureaucracies, revealing persistent asymmetries. The study draws on interviews, specialized literature, and data from the Superior Electoral Court (TSE), offering an interpretation of the dynamics that shape Indigenous participation in Manaus’s municipal elections and of the repertoires mobilized to negotiate their presence in a context marked by structural inequalities.

Keywords: Indigenous People; Electoral Behavior; Political Culture; Municipal Election.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Candidatos Indígenas (2016).....	43
Tabela 2 - Candidatos Indígenas (2020).....	44
Tabela 3 - Candidatos Indígenas (2024).....	45
Tabela 4 - Comparação de candidaturas indígenas por escolha partidária (2016 - 2024).....	49
Apêndice A - Vereadores indígenas eleitos em 2016 - Amazonas.....	93
Apêndice B - Vereadores indígenas eleitos em 2020 – Amazonas.....	94
Apêndice C - Partidos Políticos por espectro ideológico.....	96

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Teorias de Comportamento Eleitoral.....	35
Imagem 1 - Material de campanha de Vanda Witoto (2024).....	59
Imagem 2 - “Santinho” de Anne Moura (2024).....	60
Imagem 3 - Campanha de Lane Kokama (2024).....	61
Imagem 4 - “Santinho” de Vanda Witoto (2024).....	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMARN – Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro

AMISM – Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé

APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CF – Constituição Federal

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CMM – Câmara Municipal de Manaus

COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

COLIND - Colegiado Indígena do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas

COPIME – Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno

DC – Democracia Cristã

ENS – Escola Normal Superior

FOREEIA – Fórum de Educação Escolar e Saúde Indígena do Amazonas

FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ISA – Instituto Socioambiental

LEGAL – Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia Legal

LEPAPIS – Laboratório de Estudos PanAmazônicos, Práticas de Pesquisa e Intervenção Social

MAKIRA E'TA - Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MEIAM – Movimento dos Estudantes Indígenas do Amazonas

MPI – Ministério dos Povos Indígenas

NEPEPAM – Núcleo de Estudos e Pesquisas de Povos e Comunidades Tradicionais na Pan-Amazônia

NUAP – Núcleo de Antropologia da Política

ONG – Organização Não Governamental

PARFOR – Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PDT – Partido Trabalhista Democrático

PL – Partido Liberal

PP – Progressistas

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PSL - Partido Social Liberal

PT – Partido dos Trabalhadores

PRTB - Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

REDE – Rede Sustentabilidade

SGC - São Gabriel da Cachoeira

SGIP - Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

TI – Terra Indígena

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UEA – Universidade do Estado do Amazonas

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Pergunta de pesquisa.....	20
1.2 Objetivos e Hipóteses.....	21
1.3 Marcos Teóricos.....	21
1.3.1 Categorias de Análise.....	23
1.4 Trajetória de pesquisa, campo e coleta de dados.....	26
1.5 Organização dos capítulos.....	30
2 CAPÍTULO 1 Comportamento Eleitoral: Poder, Cultura e Política.....	31
2.1 Revisando a literatura: Cultura (e) Política.....	31
2.1.1 Teorias do Comportamento Eleitoral.....	35
2.1.2 Cultura Política.....	39
2.2 Eleições Municipais em Manaus.....	41
3 CAPÍTULO 2 Participação dos indígenas nas Eleições Municipais.....	50
3.1 Narrativas e Experiências indígenas: a política regional.....	50
3.1.1 Interlocutoras e Interlocutores.....	52
3.1.2 Experiências pessoais com a política.....	56
3.2 As candidaturas indígenas.....	58
3.2.1 “Vote para eleger a primeira vereadora indígena em Manaus”	62
4 CAPÍTULO 3 O eleitor indígena em perspectiva: Parente vota em Parente?.....	66
4.1 “Nós, indígenas, não somos da cultura de burocracia”	72
4.2 Dilemas e estratégias: o voto indígena.....	74
4.3 Cultura política e práticas eleitorais.....	78
4.4 Considerações sobre o lugar do indígena no processo político-eleitoral.....	83
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
6 REFERÊNCIAS.....	88
APÊNDICE A - VEREADORES INDÍGENAS ELEITOS EM 2016 - AMAZONAS.....	93
APÊNDICE B - VEREADORES INDÍGENAS ELEITOS EM 2020 – AMAZONAS.....	94
APÊNDICE C - PARTIDOS POLÍTICOS POR ESPECTRO IDEOLÓGICO.....	96

1 INTRODUÇÃO

No Brasil contemporâneo as eleições são um dos pilares da democracia. A história das eleições no país tem início em 1824 no Brasil Império com a instituição do voto aberto, censitário¹ e exclusivamente masculino. A partir da Primeira República, em 1891, o voto censitário foi substituído pelo voto universal aberto, à época um direito exclusivo para homens alfabetizados acima de 21 anos. Mudanças substanciais no sistema eleitoral ocorreram principalmente na Era Vargas com a Constituição Federal de 1934, na qual foi estabelecido o voto secreto, o voto feminino, e o voto obrigatório aos alfabetizados, além disso foi criada a Justiça Eleitoral visando a fiscalização das eleições. No entanto, em 1937 o país enfrentou o Estado Novo, período ditatorial que suspendeu as eleições. A primeira redemocratização ocorreu em 1946, porém, em meio a instabilidade política, o ano de 1964 culminou no golpe que instituiu a Ditadura Militar, com a suspensão das eleições diretas para presidente e governadores a partir da Constituição de 1967.

Dentre as inúmeras figuras no meio político-eleitoral, os povos indígenas têm tido uma trajetória singular neste campo. O ano era 1976, fase de tentativas de redemocratização em meio a Ditadura Militar, quando sete indígenas foram eleitos vereadores, sendo cinco pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e dois pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), conforme apresenta Luís Roberto de Paula (2017)². Alguns anos depois, em 1982, o líder Xavante Mário Juruna foi eleito pelo Rio de Janeiro como o primeiro deputado federal indígena do país, filiado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT). A presença de Juruna no Congresso Brasileiro causou uma forte impressão nacional e internacional, sendo também alvo de perseguições por seus posicionamentos combativos e por denunciar o descaso e a violência do governo militar contra os indígenas. Juruna foi uma figura importante para o futuro Movimento Indígena, tendo sido também o responsável pela criação da Comissão Permanente do Índio em 1983³.

¹ No voto censitário ou sufrágio censitário o direito de voto está restrito àqueles que preenchem determinados requisitos econômicos, excluindo-se os demais. Vide CERQUEIRA, Thales Tácito Pontes Luz de Pádua. Direito eleitoral brasileiro: o Ministério Público Eleitoral, as eleições em face da Lei nº 9.504/97. 3. ed. rev. ampl. e atual. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. p. 177.

² Além do material elaborado pelo professor Luís Roberto de Paula (2017), no qual cita a eleição dos sete indígenas, encontramos informação sobre apenas um desses candidatos eleitos: Ângelo Kretã, do povo Kaingang, foi eleito pelo MDB no município de Manguueirinha, no sudoeste do Paraná. O vereador e líder indígena faleceu precocemente em 1980. Vide “Primeiro vereador indígena do país foi eleito no Paraná, mas não em Curitiba. In Câmara de Curitiba. Disponível em <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/primeiro-vereador-indigena-do-pais-foi-eleito-no-parana-mas-nao-em-curitiba>. Acesso em 20. dez. 2025.

³ Vide dossiê enviado à Câmara dos Deputados em 13 de abril de 1983, disponível em https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1244037&filename=Dossie-PRC%2016/1983. Acesso em 16. jun. 2025.

As articulações para a formação do Movimento Indígena⁴ datam da década de 1970 a partir das Assembleias Indígenas, apoiadas pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), momento no qual tem-se um “processo de conscientização coletiva, étnica e política da luta social orientada contra as diversas formas de desrespeito à cultura e aos direitos dos povos indígenas” (Bicalho, 2010, p. 29). Este momento, marcado pela experiência recente da Ditadura, viu surgir uma nova forma de posicionamento dos movimentos sociais, com maior presença de figuras que se tornaram atores sociais de grande relevância no cenário político ao longo das décadas seguintes. É importante ressaltar que esse Movimento Indígena do qual falamos é, em muitos aspectos, plural. São vários movimentos que desaguaram em um Movimento maior, comportando diversas etnias, pautas e modos de fazer política.

A pauta político-partidária, dessa forma, tem sido objeto de discussão entre os indígenas em diversos espaços públicos, bem como nos espaços associativos indígenas. Os entrelaçamentos entre a questão indígena e o processo eleitoral podem ser considerados recentes, quando vistos sob a ótica histórica, mas a relação entre os indígenas e a política é longínqua. A formação da “nação brasileira”, passando pela Colônia (1530), Império (1822) e República (1889), manteve uma “política indigenista”⁵ que tratou os indígenas de muitas maneiras, mas sobretudo como “ingênuos” e “incivilizados” que deveriam ser integrados à sociedade nacional sob condição de abandonarem suas especificidades étnicas (Pacheco de Oliveira, 2016). Ao longo da República e de seis Constituições oficiais⁶, os direitos indígenas estiveram cerceados pelo sistema tutelador. Em 1910 foi criado o Serviço de Proteção ao Índio (SPI)⁷, primeiro órgão federal específico para tratar de questões indígenas que tinha como objetivo tutelar os indígenas até que eles atingissem o “estágio de integração completa”. Atingir tal estágio significava tornar-se um verdadeiro “cidadão brasileiro”, aculturado e integrado, que poderia obter todos os direitos de um cidadão comum em teoria, inclusive o de votar e ser votado.

⁴ Utilizamos neste trabalho a nomenclatura “Movimento Indígena” para referir-nos ao movimento organizado e a um senso de identidade indígena coletiva estabelecidos na década de 1970, conforme propõe Poliene dos Santos Bicalho (2010).

⁵ Por “política indigenista” referimo-nos aqui sobre toda e qualquer ação do Estado acerca dos povos indígenas ao longo do tempo e dos diferentes governos.

⁶ A Constituição de 1988 é a 7ª da história da República Brasileira.

⁷ Inicialmente chamado de Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores (SPIILTN), tendo sido regulamentado pelo Decreto Nº 8.072, de 20 de junho de 1910, o SPI foi criado com o intuito de ser a mão tuteladora do Estado sobre os povos indígenas. De acordo com Poliene Bicalho (2010, p. 71 - 72), “proteger, pacificar e controlar, essas eram as metas essenciais a se concretizar na relação que o Estado estabeleceu com os índios ao longo do século XX”.

A atual Constituição vigente data de 1988 e ficou conhecida como “Constituição Cidadã” por ser a mais avançada em termos de direitos e defesa da população brasileira. Elaborada no contexto do fim da Ditadura Militar, essa Constituição consolidou a democracia e focou na proteção e ampliação de direitos coletivos e individuais, como é o caso dos indígenas que receberam - sob muita luta - um capítulo dedicado a todos eles. O Brasil tem, assim, uma série de estruturas e instrumentos legais para lidar com a questão indígena, mesmo que nem todas funcionem adequadamente.

A Lei 6001 de 1973, conhecida como Estatuto do Índio, que ainda está em vigor, embora com alguns termos inconstitucionais, dispõe no artigo 2º, inciso X – “*garantir aos índios o pleno exercício dos direitos civis e políticos que em face da legislação lhes couberem*”; na Constituição Federal de 1988 há o reconhecimento da cidadania plena dos indígenas, garantindo-lhes o direito de votar e ser votado, de acordo com os artigos 14 e 15, que versam sobre os direitos políticos dos cidadãos brasileiros. No capítulo VII, artigos 231 e 232, são reconhecidos direitos básicos para os povos indígenas, estabelecendo, assim, sua participação nas instituições políticas do Estado. Além disso, há o reconhecimento de direitos originários sobre suas terras e a organização social própria dos povos indígenas, reforçando a proteção a sua identidade cultural e territorial, sem, contudo, limitar seu direito de participar na política nacional.

As mudanças pós CF-88 foram significativas e o Movimento Indígena “destacou-se pela luta em torno da garantia dos direitos conquistados, tornando o Estado um interlocutor com o qual estes povos dialogam diretamente através das instâncias que perpassam as demandas do Movimento” (Bicalho, 2010, p. 26). No entanto, ter leis não significa que estas serão efetivas no dia a dia. Os indígenas ainda enfrentam inúmeras dificuldades no que tange os direitos básicos, mesmo que estejam garantidos na lei, como a discussão, entre 2023 e 2024, acerca da tese jurídica do Marco Temporal⁸, na qual os indígenas só poderiam ocupar terras em que já viviam ou reivindicavam no momento da promulgação da Constituição de 1988.

⁸ A tese do marco temporal ganhou visibilidade no julgamento da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em 2009, quando o Supremo Tribunal Federal mencionou, de forma restrita ao caso, a necessidade de verificar a situação da área em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Esse entendimento, embora não tenha sido fixado como regra geral, passou a ser apropriado por setores políticos, jurídicos e rurais como critério para todas as demarcações. Em setembro de 2023, ao julgar o RE 1.017.365 (caso Ibirama-Laklãnõ), o STF rejeitou a tese por 9 votos a 2, afirmando que os direitos territoriais indígenas são originários, imprescritíveis e independem de comprovação de ocupação em 1988. Apesar da decisão, o Congresso aprovou a Lei 14.701/2023, que reintroduziu dispositivos alinhados ao marco temporal, o que motivou novas ações de inconstitucionalidade e reacendeu o debate político e jurídico em torno da proteção territorial indígena no país (FUNAI, 2025).

Dessa forma, a trajetória vivida pelo Movimento Indígena no Brasil ao longo das últimas cinco décadas demonstra a necessidade de problematizar a presença e representatividade de indígenas em eleições, bem como a cultura política por eles construída, pois são sujeitos ativos na política nacional e capazes de se reinventar diante de diversas dinâmicas de poder. Isso fica latente ao observarmos que os estudos acerca da participação indígena em eleições seguem diferentes premissas na América Latina. Palmeira (1992) afirma que, em contexto brasileiro, os autores centram suas análises em aspectos de adesão do sujeito às ‘facções’ sociais que se encontram em disputas eleitorais, tendo em vista que a compreensão do comportamento eleitoral depende mais de perceber as ações dos eleitores segundo “estruturas sociais e simbólicas que as circunscrevem, atravessando diferentes unidades sociais, individuais ou não, inculcando-lhes significado” (Palmeira, 1992, *apud* Kuschnir e Carneiro, 1999, p. 240). Nesse sentido, a Antropologia Brasileira não enfatiza tanto questões como “a racionalidade do voto” – o sentido do voto – em contraponto à Ciência Política, porém neste trabalho buscamos pensar, também, o sentido do voto dos indígenas em pleitos eleitorais. Nesta linha analítica, é possível olhar para o voto enquanto uma ação que nos remete a percebê-lo como ato simbólico. Assim, a adesão a um candidato, os votos que recebe ou não recebe e a percepção dos sujeitos nesse processo são variáveis importantes para interpretar o comportamento eleitoral dos indígenas. Tal questão nos permite levantar hipóteses acerca da cultura política que se desenvolve e cria raízes entre esses sujeitos. Não se trata de buscar um ato racional, mas antes de compreender as sinuosidades dos significados inerentes à situação social das eleições.

De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (2024), desde 2014 vem ocorrendo o aumento de candidaturas e a eleição de candidatos indígenas ao Poder Legislativo principalmente fora do eixo das capitais, em municípios nos quais a presença indígena é ampla em Terras Indígenas ou comunidades nas regiões (TSE, 2024). A disputa político-partidária e eleitoral tem se consolidado como um importante instrumento estratégico para os povos indígenas no Brasil (CIMI, 2022). No processo eleitoral municipal de 2020, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foram registradas as candidaturas de 2.111 indígenas, correspondendo a 0,39% do total de candidaturas. Esse número representou um aumento de 88,51% em comparação às eleições de 2016, quando foram registradas 1.175 candidaturas indígenas (CIMI, 2022). Em 2024, foram deferidas 2.432 candidaturas de indígenas, o que representou 0,55% do total de candidaturas válidas em todo o Brasil (TSE, 2024).

Em 2016, de 1.495 candidatos indígenas aptos ao cargo de vereador, 168 candidatos autodeclarados foram eleitos em todo o Brasil. Em 2020, 199 indígenas autodeclarados alcançaram tal feito, dos quais 08 foram para prefeito, 10 para vice-prefeito e 181 para vereador em um universo de 2.066 candidaturas aptas (TSE, 2024).

O estado do Amazonas possui 62 municípios, com população total de 3.941.613 pessoas, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). Segundo o último censo de 2022, é o estado com maior presença indígena no Brasil, com cerca de 490.935 pessoas autodeclaradas e que se consideram indígenas, o que representa 12,46% da população amazonense. De acordo com o Tribunal Regional Eleitoral – TRE/AM, o Amazonas possui 60 Zonas Eleitorais, das quais 47 estão situadas no interior do Estado, com 4.227 seções. O eleitorado apto de todo o estado está composto por 2.750.678 eleitores, o que o torna um grande colégio eleitoral no país. Destacam-se os colégios eleitorais da microrregião do Rio Negro, com São Gabriel da Cachoeira, Barcelos, Santa Izabel do Rio Negro e Novo Airão; e da microrregião Alto Solimões, com Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Içá, Atalaia do Norte, Tonantins, Fonte Boa, Jutai e Amaturá, por seu expressivo eleitorado indígena e não indígena, que compõe 47,4% do total do estado.

Manaus, lócus da pesquisa, possui população de 2.063.547 pessoas, das quais 3,47% (71.691) são indígenas autodeclaradas (IBGE, 2022). Trata-se de uma cidade-Estado, tanto do ponto de vista econômico quanto político, o que movimenta pessoas, produtos e influências. Com 13 Zonas Eleitorais e 3.928 seções, a capital possui 52,6% dos eleitores aptos de todo o estado em 2024 (TRE, 2024).

Segundo o Instituto Socioambiental (ISA, 2023), há registros de diversas etnias como Tikuna, Kokama, Kambeba, Tukano, Desana, Tariana, Baniwa, Baré, Piratapuaia, Kotiria, Deni, Sateré-Mawé, Munduruku, Mura, Apurinã, Witoto, entre outros, concentrados na capital amazonense e entorno. Estes, em Manaus, vivem em diferentes bairros como Compensa, Coroado, Colônia Terra Nova, Japiim, Nova Cidade, São José Operário, Lago Azul, Puraquequara, Tarumã Açu, no qual existe o Parque das Tribos, considerado o primeiro bairro indígena da cidade, além de comunidades diversas na Zona Rural. Na capital concentram-se, também, as Associações, Organizações e Coordenações que fazem parte do

Movimento Indígena organizado, dentre elas, AMARN (1984), AMISM (1990) e MEIAM (1990), algumas das quais são organizações de bases⁹ vinculadas à COIAB.

A temática “eleições e povos indígenas” torna-se pertinente e tem adesão de pesquisadoras/es interessadas/os nas nuances das dinâmicas exercidas neste cenário¹⁰. Os trabalhos destacados anteriormente apontam que a participação dos indígenas em eleições é pautada por diferentes perspectivas teórico-metodológicas, centrando as análises nos indígenas como candidatos e/ou como eleitores; com foco em aldeias e comunidades indígenas e/ou em indígenas residentes em contexto urbanos. Essas diferenças contextuais nos permitiram agregar referências etnográficas para compreender o comportamento eleitoral dos indígenas em Manaus, evidenciando as relações interétnicas e as trajetórias políticas de figuras que têm ou tiveram atuação no campo político tanto em seus municípios de referência, quanto na capital amazonense.

Ao centrar nossa atenção em interpretar como os indígenas percebem as eleições municipais, em diálogo com os tradicionais estudos da Ciência Política, na medida em que estes privilegiam a análise do voto como principal categoria de expressão de preferências, construindo teorias nesta direção, objetivamos analisar o que antecede o voto. Pois, ao nosso ver, o voto compõe uma parte das redes de relações que se dão no tempo da política, nas quais os indígenas estão entrelaçados, especialmente na cidade de Manaus. Assim, este trabalho visa ampliar a discussão e análises suscitadas a partir da interpretação do contexto e das perspectivas indígenas.

1.1 Pergunta de pesquisa

Portanto, temos como objeto de pesquisa o comportamento eleitoral dos indígenas. Neste contexto, considerando a experiência em construção indígena no campo político-eleitoral ao longo das últimas cinco décadas, levantamos os seguintes questionamentos: como os indígenas compreendem as eleições municipais na cidade de Manaus? E como observam as suas participações nesse processo? Através de tal questão buscamos analisar como os indígenas em Manaus percebem a construção do campo político, suas relações interétnicas neste processo e suas trajetórias da vida que, em muitos casos,

⁹ “Base” é uma expressão usada pelos integrantes do Movimento Indígena para se referir às comunidades e aldeias, comumente localizadas nos interiores do estado.

¹⁰ Isso esteve em discussão, inclusive, no GT 059 - Experiências e dinâmicas de participação indígena em processos eleitorais e em cargos nos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário no Brasil e na América Latina, do qual participei, sob coordenação dos professores Luís Roberto de Paula e Antônio Carlos de Souza Lima, na 34ª RBA - Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 23 e 26 de julho de 2024 na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

encontram-se entrelaçadas com a política, seja por meio de movimentos étnicos, sociais, e/ou pela política formal.

1.2 Objetivos e Hipóteses

Para a consolidação da investigação acima esboçada, o objetivo geral da pesquisa é compreender o comportamento eleitoral dos indígenas nas eleições municipais de 2016, 2020 e 2024 em Manaus – AM. De modo específico esta dissertação pretende a) descrever a percepção de eleitores indígenas sobre as eleições municipais; b) examinar o vivenciar dos indígenas nas eleições municipais; e c) analisar as categorias que auxiliam os indígenas a compreenderem as eleições municipais.

Baseando-nos em diálogos com interlocutores e bibliografias, especialmente o artigo de Emilson Lima Munduruku (2023) no qual discute, entre outras questões, a dificuldade de compreensão e apropriação da política partidária pelos povos indígenas; além de discussões vivenciadas no período da campanha eleitoral de uma candidata indígena no Amazonas em 2022, levantamos duas hipóteses para esta investigação: a) os indígenas não compreendem e não dominam os códigos necessários no campo político partidário e as burocracias de uma eleição; e b) parente não vota em parente.

1.3 Marcos Teóricos

Fazer uma etnografia requer do antropólogo percepções que muitas vezes se revelam apenas ao longo do caminho, visto que “o termo etnografia assume uma função variável e em constante transformação [...]” (Hammersley e Atkinson, 2022, p. 20). Neste sentido, quem pesquisa deve estar atento às dinâmicas do trabalho antropológico, como pontuado por Roberto Cardoso de Oliveira (1998), que envolvem não somente a observação por meio do Olhar e Ouvir atento, mas exigem, também, a interpretação da ação social ao nosso redor. Dessa maneira, nossa pesquisa etnográfica teve como ponto de partida uma *perspectiva interpretativa da realidade*, baseada em Clifford Geertz (2017), para pensar a Cultura Política e o Comportamento Eleitoral dos indígenas em Manaus por meio de uma *Descrição Densa* (Geertz, 2017).

Assim como Geertz, que assumiu uma posição hermenêutica, influenciado também pelos aspectos da obra de Max Weber¹¹, adotamos uma perspectiva hermenêutica para interpretar a *dimensão simbólica* existente no fluxo da *ação* política. Assumimos que essa

¹¹ “[...] sobre o que distingue a ação humana de outros eventos no mundo; a saber sua dimensão simbólica e o fato de ser inerentemente significativa e intersubjetiva” (Laidlaw, 2022, p. 271)

ação é criada e praticada pelos sujeitos indígenas a partir da construção de seus significados próprios ao pensar e vivenciar as eleições municipais. Nesse sentido, ao reconhecer que os significados não são dados, mas construídos nas interações sociais, alinhamos nossa abordagem à *perspectiva construcionista*, segundo a qual “não vemos o mundo como ele é, mas como aprendemos a ver, a partir dos nossos contextos sociais” (Gergen, 2007; Gergen e Gergen, 2011; Souza, 2021).

Essa compreensão sobre a construção dos significados nos leva à *hermenêutica*, que se dedica justamente à interpretação dos sentidos produzidos na interação humana. Hermenêutica, do grego *hermeneuein*, significa explicar ou interpretar, termo que está ligado a *hemeneia*, que na tradução latina *interpretatio* corresponde à interpretação (Schmidt, 2019, p. 10). Trata-se, especificamente, de teorias para interpretar um texto ou uma fala “corretamente”, em dado contexto.

Inspirado em Heidegger, Hans-Georg Gadamer¹² propõe a sua *Hermenêutica da Experiência*, seguindo uma dialética na qual o objetivo é compreender a verdade. Para chegar a essa verdade é preciso o exercício do *diálogo* no qual há uma relação Eu/Tu. Essa relação pressupõe “[...] o Tu realmente como um Tu – ou seja, sem ignorar a reivindicação dele, deixando-o realmente dizer algo para nós” (Gadamer, 1997, p. 361). O Eu deve estar aberto à experiência que o Tu compartilha, independente de seus preconceitos¹³, pois assim é possível a abertura a uma nova *experiência* que pode levar o Eu à verdade da própria experiência em um ato de reflexividade - a *interpretação*.

Para Gadamer (1997), a experiência possui historicidade interna, o que implica dizer que tanto Eu quanto Tu estão situados historicamente dentro de uma tradição (ou tradições), logo a compreensão está amarrada às pré-concepções da consciência histórica, que é continuamente operante. O autor refere-se a essa questão como *história efetiva ou efetual* (*Wirkungsgeschichte*)¹⁴, e compreende, segundo os comentários de Magaly do Carmo

¹² Hans-Georg Gadamer foi autor fundamental e crítico que conduziu a hermenêutica a um refinado patamar teórico. Aluno de Heidegger, Gadamer desenvolveu sua teoria de Hermenêutica Filosófica na obra “Verdade e Método”, publicada pela primeira vez em 1960, na qual teceu análises e críticas às teorias hermenêuticas de autores como Schleiermacher, Dilthey e do próprio Heidegger, proeminentes pensadores do campo. O objetivo desta obra de grande fôlego foi “oferecer uma justificação filosófica para a experiência da verdade que transcende o domínio do método científico”. É importante dizer que o autor desenvolveu seu pensamento a partir da análise da compreensão que Heidegger apresentou em *Ser e o Tempo*, mas que foi abandonada posteriormente.

¹³ Gadamer, em uma crítica ao Iluminismo, utiliza a palavra preconceito (*Vorurteile*) para designar as “estruturas prévias da compreensão de Heidegger. Nesse contexto, preconceito se refere a uma categoria neutra, nem negativa ou positiva, que representa as pré-noções que uma pessoa carrega em si.

¹⁴ “A consciência histórica efetiva no sentido mais estreito significa que percebemos reflexivamente ter uma consciência efetuada historicamente. Isto implica que o intérprete percebe que está no círculo hermenêutico da

Barbosa (2019, p. 108), que “a história é marcada pela fusão de horizontes – o do passado que se funde e produz seus efeitos no presente”. Dessa forma, a compreensão seria como um modo de existência, de estar no mundo.

Essa teoria implica que todos os casos de compreensão envolvem necessariamente tanto *interpretação*, quanto *aplicação* (Schmidt, 2019, p. 12), as quais ocorrem em conjunto. Importante observar que a aplicação se refere à projeção do significado, ou seja, o significado é projetado (à luz de) para se fazer entender no *horizonte expandido* de quem interpreta. O termo horizonte indicaria a situação hermenêutica, “o nosso conjunto de preconceitos herdados”, o qual pode mudar e se expandir através da adoção de novos preconceitos advindos da experiência. A compreensão ocorre como uma fusão do assim chamado horizonte passado de quem fala, seja em um texto ou em um diálogo, com o horizonte presente daquele que interpreta.

Dessa forma, assumimos que a abordagem interpretativa mostra-se como ferramenta hábil para pensarmos o comportamento indígena no contexto das eleições municipais. Seguindo a lógica hermenêutica, visamos uma interpretação possível sobre o que os indígenas pensam (que pensam) sobre o ato de votar e as eleições em si, considerando a dimensão simbólica construída por tais sujeitos na história efetual. O exercício do diálogo entre interlocutores e pesquisadora foi fundamental para que a construção interpretativa desta dissertação fosse possível, tanto através do trabalho de Campo, quanto de análises com base na literatura preexistente.

1.3.1 Categorias de Análise

Para Hannah Arendt, “o sentido da política é a liberdade” à medida que ela surge *entre* os homens para regular o convívio entre os diferentes, pressupondo a pluralidade (Arendt, 2002). Dessa maneira, a política se estabelece como *relação* e, para nós, essa relação pode ser analisada através das ações expressas pela cultura política de um grupo. Em diálogo com essa perspectiva, recorreremos também a Weber (1982), para quem a política envolve não apenas a convivência entre diferentes, mas uma disposição ética diante da responsabilidade de agir no mundo. A noção de “vocação para a política” apresentada por Weber evidencia que participar da política, seja como eleitor, liderança ou candidato, exige lidar simultaneamente com valores, convicções e com as consequências concretas dessa ação. Seguindo tal pressuposto,

compreensão e que sua situação hermenêutica foi afetada pela tradição através de seus preconceitos herdados” (Schmidt, p. 153, 2019).

pensamos a relação entre Indígenas e Estado, com foco nas eleições e no comportamento eleitoral dentro do campo antropológico de estudos da política brasileira.

A antropologia brasileira surgiu, primeiramente, sob o pretexto de conhecer-entender os diferentes, em especial os povos indígenas. Apesar do discurso contemporâneo de proteção a esses povos, as raízes da disciplina estão profundamente ligadas aos interesses nacionais colonizadores que constituem, ainda, o pensamento social brasileiro (Carneiro da Cunha, 2009; Souza Lima, 2015). Por meio do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e posteriormente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), foram exercidas ações integracionistas visando a necessidade estatal de transformar os indígenas em efetivos “cidadãos brasileiros” para dar vazão aos seus interesses majoritariamente fundiários. Tais ações foram moldadas a partir de uma “dependência, clientelista e inferiorizante, dos povos indígenas para com os agentes do Estado” (Souza Lima, 2015, p. 06).

Dessa maneira, ações tutelares têm sido continuamente impostas sob os indígenas, de modo que em, em alguns contextos, não há a percepção de serem, ainda, tutelados de alguma forma. Para Antonio Carlos de Souza Lima (2013), o exercício da *Tutela* está ligado diretamente ao exercício do *Poder*. Segundo o autor, a tutela é um tipo de poder que

Se exerce, pretensamente conformando-os, sobre aqueles tomados como diferentes em termos culturais, e por isso mesmo percebidos como necessitados de um mediador para se inserirem numa ‘comunidade nacional’. [...] é, no caso de um Estado nacional de forte matiz colonial como o Brasil contemporâneo, uma modalidade privilegiada e difusa de perpetuação e restabelecimento das desigualdades sociais (Souza Lima, 2013, p. 784).

A categoria Poder influencia diretamente nos questionamentos nesta trajetória de pesquisa. Segundo Weber (1999), o poder é um conceito amorfo, que se liga à imposição ou dominação e, em tese, à obediência a uma ordem. Para ele,

[...] quem participa ativamente da política luta pelo poder, quer como um meio de servir a outros objetivos, ideais ou egoístas, quer como o “poder pelo poder”, ou seja, a fim de desfrutar a sensação de prestígio atribuída pelo poder (WEBER, 1982, p. 98).

Para Byung-Chul Han (2019, p. 18), “violência e liberdade são os dois extremos da escala de poder”. Segundo este autor, o poder não está baseado na coerção, como pontuou Weber, mas antes na sensação de liberdade que leva à sujeição, sendo essa uma dominação inscrita no inconsciente.

Na verdade, é o sinal de um poder maior que o subordinado *queira* expressamente aquilo que o poderoso *queira*, que o subordinado siga ou, até

mesmo *antecipe*, a vontade do poderoso como *sua própria vontade* (Han, 2019, p. 11).

Logo, ter a própria vontade influenciada pela vontade do Outro, sendo o Outro neste contexto um agente Estatal, uma Instituição ou um Partido por exemplo, é uma forma de representação do Poder absoluto que une a sensação de liberdade (fazer escolhas) e sujeição (escolhas dentro do que o Outro possibilitou). Isto é chamado, por Han, de internalização do poder. Contemporaneamente, observamos tal movimentação entre os Partidos políticos e comunidades indígenas, especialmente nos interiores, considerando que “contém mais mediação aquele poder que atua não *contra* o projeto de ação do outro, mas *a partir dele*” (Han, 2019, p. 12). Dessa forma, em contextos pluriétnicos, como a cidade de Manaus, as alianças políticas étnicas são fundamentais para a obtenção de sucesso eleitoral, assim como as alianças políticas interétnicas com os não indígenas (Pereira da Silva, s.d, p. 05), como analisamos no decorrer deste trabalho.

Antonio Carlos de Souza Lima elaborou também o termo *Poder Tutelar*¹⁵ para pensar o poder exercido por entidades, nem sempre estatais, sob a condição de terem abrangência nacional, “isto é, estender-se enquanto malha administrativa por todo o mapa político do país” (Souza Lima, 2015, p. 07). Tal noção conecta-se com o exposto por José Antonio Gonzáles Alcantud (1997, p. 21), para quem o *Clientelismo* social e político não se trata simplesmente de uma relação de dependência individual entre Poderoso e Cliente com o intercâmbio de bens, mas também denota questões simbólicas de honra e ideologia que embasam tal relação, culminando nos vínculos com a vida política municipal e com o Estado Nacional através dos partidos políticos e da burocracia.

Pensando o comportamento eleitoral em contexto, podemos separá-lo em aspectos racionalistas e valorativos. As teorias de comportamento, influenciadas pelo culturalismo norte americano, nos permitem observar que o eleitor brasileiro é, acima de tudo, levado a agir conforme suas crenças e valores, além dos aspectos emocionais. Neste sentido, a *Cultura Política* nos permite analisar o comportamento dos eleitores indígenas considerando as suas dimensões subjetivas em articulação com fatores estruturais e institucionais que moldam o processo eleitoral. Assim, torna-se possível compreender o sentido e o significado da ação política dos indígenas em pleitos eleitorais municipais.

¹⁵ O Poder tutelar visa, assim, “descrever formas de ação que, se nem sempre estatais em sua origem histórica, num dado momento se concentraram sob o comando dos especialistas em imaginação de coletividades e de sua administração num centro social e geográfico de poder concebido como nacional” (Souza Lima, 2015, p. 06)

1.4 Trajetória de pesquisa, campo e coleta de dados

Esta dissertação foi construída por meio de caminhos entrecruzados entre a literatura acessada ainda na graduação em Ciências Sociais e o campo de pesquisa inspirado, sobretudo, pelos povos indígenas do Amazonas. Como primeira pesquisa de iniciação científica, em 2019, analisamos a relação entre povos indígenas e os Estados Nacionais em duas regiões de fronteira – Brasil/Guiana Francesa, com foco nos Palikur e Brasil/Peru/Colômbia, focando no povo Kokama. Posteriormente, em janeiro de 2020, acompanhamos o professor-orientador ao município de Santo Antônio do Içá, na região do Alto Solimões, como auxiliar nas aulas da Antropologia para o curso de História no PARFOR, em uma turma composta majoritariamente por professores-alunos indígenas. Ali realizamos o primeiro campo, entrando em contato principalmente com indígenas Kokama e Tikuna.

Com outros objetivos em mente, não pensávamos em trabalhar o comportamento eleitoral ou a percepção sobre as eleições. Porém, ao conversar com alguns representantes Kokama, parte do movimento indígena em Santo Antônio do Içá, percebemos como a questão da política eleitoral permeia a própria construção da política indígena, seja em relações diretas com candidatos indígenas e não indígenas em pleito, seja no impacto que tais relações causam nas próprias instituições e associações indígenas. Entre 2021 e 2022 passamos a desenvolver uma nova iniciação científica focada no comportamento eleitoral étnico, em termos quantitativos, nas eleições municipais entre 2016 e 2020 na cidade Benjamin Constant, Alto Solimões. Tal experiência em campo e os projetos de iniciação científica foram a semente do nosso interesse na questão da política eleitoral entre e para os povos indígenas no Amazonas.

Para a pesquisa de Mestrado escolhemos como recorte etnográfico a cidade de Manaus, uma capital densamente povoada por povos de diversas etnias, centrando-nos nas eleições municipais dos anos de 2016, 2020 e 2024. Tal recorte temporal visou a comparação e interpretação, acolhendo semelhanças e diferenças entre os três momentos, a partir da perspectiva dos eleitores indígenas. Além disso, considerou-se a importância de acompanhar a eleição de 2024, ocorrida durante o andamento desta pesquisa, especialmente após o desempenho dos candidatos indígenas nas eleições gerais de 2022, da criação do Ministério dos Povos Indígenas em 2023, presidido pela ministra Sônia Guajajara e da posse de Joênia Wapichana para a presidência da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI).

Realizamos um amplo levantamento bibliográfico entre 2023 e 2025, no qual utilizamos artigos, dissertações, livros e teses centrados na temática em análise, os quais

foram acessados tanto por meio físico, quanto a partir de acervos e repositórios disponibilizados on-line por Instituições, Universidades e ONGs. Neste sentido, o portal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Tribunal Regional do Estado do Amazonas (TRE-AM) foram fundamentais para coleta de dados referentes a questões históricas e aos pleitos eleitorais de 2016, 2020 e 2024, fornecendo informações sobre candidatos, eleitores, zonas e seções eleitorais. Tais informações foram fichadas, sistematizadas e analisadas para compor a presente pesquisa.

O trabalho de campo aconteceu em diferentes momentos e formatos, tendo em vista que “a pesquisa em antropologia vem em gotas”¹⁶. Considerando as condições de nosso campo, optamos por trabalhar, também, com as premissas da *Netnografia ou Etnografia Digital*, que em resumo, trata-se de uma adaptação da Etnografia ‘tradicionalmente’ conhecida para o ambiente digital, observando-se as interações e práticas sociais dos sujeitos em espaços online, como redes sociais, fóruns, comunidades virtuais etc. (Kozinets, 2014; Hammersley e Atkinson, 2022). Assim, o campo foi realizado na cidade de Manaus, entre junho de 2023 e outubro de 2024, de modo presencial e virtual, onde buscamos combinar a *observação participante* com a realização de *entrevistas*.

Pensamos inicialmente em comparecer às reuniões dos partidos, mas isso logo se mostrou inviável por uma série de questões. Além da questão indígena não estar no centro das discussões dos partidos políticos na cidade de Manaus, poucos partidos lançaram candidaturas de indígenas em 2024. E dos que lançaram, poucos estavam interessados na promoção dessas candidaturas, como pôde ser observado no decorrer das campanhas e será apresentado em nosso trabalho. Por fim, conseguir abertura para participar das reuniões, sem demonstrar interesse na filiação, foi um empecilho. Apesar de termos amigos e conhecidos em alguns partidos, conversas informais são diferentes de uma coleta de dados anunciada: a presença de pesquisadores/as nesses espaços não nos pareceu bem aceita, então mudamos a estratégia para acompanhar os partidos políticos por meio de suas ações on-line via Instagram¹⁷, sites oficiais e jornais; e para circular em espaços e eventos promovidos por organizações indígenas locais e, em alguns casos, por outros interessados na questão indígena.

Sobre os eventos em que estivemos presentes, destacamos como principais para a nossa observação os seguintes:

¹⁶ Comentário feito pelo professor Dr. Sidney Antonio da Silva em 04 de setembro de 2023 durante uma aula de Introdução a Antropologia, durante meu período de Estágio Docente com uma turma de calouros em Ciências Sociais.

¹⁷ Rede Social online para compartilhamento de vídeos e fotos entre usuários.

Comparecemos ao 1º encontro presencial pós pandemia do Fórum de Educação Escolar Indígena do Amazonas (FOREEIA) entre 13 e 14 de outubro de 2023, no qual foram discutidas questões educacionais, mas também de formação política, burocracias do sistema político e a inserção dos indígenas nesses espaços. Foi nosso primeiro momento em campo, conhecendo os nomes, rostos, grupos e organizações de parte do movimento social em Manaus;

Estivemos na relatoria da 1ª Jornada Formativa do Movimento dos Estudantes Indígenas do Amazonas (MEIAM), a convite da coordenação, entre 28 e 29 de outubro de 2023. Este evento, em específico, foi essencial para entender melhor as dinâmicas do movimento social não apenas em Manaus, mas nos interiores do Amazonas, através da atuação dos estudantes indígenas. Nesta oportunidade pudemos conversar, informalmente, com alguns membros do MEIAM acerca das nossas questões de pesquisa, o que contribuiu para que conseguíssemos futuras entrevistas;

Fomos ao encontro “Caminhos da educação: a escola necessária para o Amazonas” promovido pelo PDT na Escola Normal Superior da Universidade do Estado do Amazonas (ENS/UEA) em 25 de novembro de 2023. Esta foi uma ocasião interessante para a pesquisa, pois conseguimos observar a movimentação do partido em relação aos indígenas. Neste evento foi anunciado por Luiz Castro, presidente estadual do PDT Amazonas, que o partido teria um setorial indígena e que este seria encabeçado por Israel Tuyuka. Também foi anunciado que Israel Tuyuka seria pré-candidato à prefeitura de Manaus, algo inédito até então. Frisamos também que ele foi o primeiro indígena a concorrer ao cargo de governador do Amazonas em 2022 pelo PSOL. No entanto, em 06 de abril de 2024 uma nota foi publicada no Instagram do PDT Amazonas (@pdt.amazonas) informando a retirada da pré-candidatura de Israel Tuyuka, por questões pessoais do candidato, que escolheu concorrer à prefeitura de sua cidade natal, São Gabriel da Cachoeira;

Em 21 de maio de 2024 ocorreu na UFAM a roda de escuta “O Comportamento Eleitoral dos Indígenas no contexto das Eleições Municipais em Manaus”, promovida pelo Laboratório de Estudos em Economia Política e Cultura (ECOPeC). A mesa foi composta por Amarildo Tukano, Benjamim Baniwa e Ageu Sateré-Mawé. Este evento, em especial, foi fundamental para o desenvolvimento de nossa pesquisa, pois os convidados expuseram visões geracionais acerca da cultura política dos indígenas em Manaus. Compartilharam, ainda, suas

experiências pessoais no movimento social, nas associações indígenas e nas campanhas eleitorais de outros parentes desde a década de 1990;

Um importante momento de observação ocorreu em 17 de agosto de 2024 na Maloca dos Povos Indígenas, Parque das Tribos, Tarumã-Açu, quando comparecemos ao evento de lançamento da candidatura de Vanda Witoto, mulher indígena que concorreu ao cargo de Vereadora pelo Rede Sustentabilidade (REDE). A candidata já havia concorrido anteriormente ao cargo de Deputada Estadual do Amazonas, também pela REDE, em 2022, tendo recebido 17.623 votos em Manaus e 25.545 em todo o estado do Amazonas. As observações coletadas no evento compõem parte importante deste trabalho.

O último evento de observação ocorreu em 27 de setembro de 2024 na sede do PPGAS/UFAM. Trata-se de uma sessão do projeto Sexta Etnográfica que foi organizada em parceria com o MEIAM, tendo como tema “Perspectivas Contra Coloniais Possíveis para as Eleições Municipais”. Os convidados foram Ludimar Kokama, coordenador tesoureiro da COPIME e conselheiro de cultura indígena, e Marinilde Verçosa, professora de economia da UFAM e coordenadora do ECOPeC. Carlos Santiago, advogado e presidente da comissão de reforma política da OAB/AM, coordenou o momento de formação política e Izabel Munduruku, coordenadora do MEIAM, fez a mediação do evento. De modo geral, as discussões se desenvolveram no sentido de pensar as burocracias eleitorais que representam um empecilho para indígenas candidatos e eleitores, questão que nos ajudou a refletir acerca de nossa primeira hipótese.

O processo das entrevistas se iniciou após nossas primeiras incursões em campo, quando conhecemos potenciais interlocutores. Recebemos indicações de colegas e conhecidos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFAM, especialmente por meio do Colegiado Indígena (COLIND). As entrevistas tiveram como objetivo principal captar as percepções e experiências vividas pelos indígenas em relação ao processo eleitoral municipal. Os interlocutores foram pré-selecionados de modo a garantirmos a diversidade de experiências dentro do contexto das eleições municipais seguindo estes critérios básicos: ser autodeclarado/a indígena, ter domicílio eleitoral na cidade de Manaus, e ter ou já ter tido envolvimento com o Movimento Indígena. Contatamos os interlocutores por meio de mensagens no WhatsApp¹⁸ e pessoalmente, quando houve oportunidade em eventos. Entre todos que contatamos, conseguimos realizar entrevistas com seis pessoas, sendo quatro

¹⁸ Aplicativo de mensagens instantâneas on-line no qual é possível realizar chamadas e compartilhar fotos, vídeos, áudios e afins.

mulheres e dois homens. Na escrita do trabalho escolhemos não citar as etnias dos interlocutores e das interlocutoras, alterando, também, seus nomes reais, tendo em vista a preservação das suas identidades. As entrevistas ocorreram em ambientes escolhidos pelos interlocutores e seguiram um formato semi estruturado, de modo que as questões pudessem ser adaptadas conforme as respostas dos participantes e suas experiências com a questão política. As perguntas focaram primeiro em aspectos pessoais para que fosse possível entender o contexto de cada pessoa, depois foram introduzidas questões voltadas para uma possível cultura política e indicações de comportamento eleitoral. Ressaltamos que todos e todas foram previamente informadas/os acerca dos propósitos dessa pesquisa, tendo liberdade para desistir a qualquer momento.

Para ampliar a rede de interlocutores, recorremos ao Instagram para identificar perfis de pessoas com atuação pública no Movimento Indígena, bem como em Organizações e Associações. Algumas dessas pessoas foram contatadas e convidadas para entrevistas. Também buscamos entrevistar candidatos e candidatas indígenas ao cargo de vereador após o anúncio oficial de suas candidaturas. No entanto, apesar de conseguirmos contato com alguns deles e/ou com suas assessorias, nenhuma entrevista foi efetivamente realizada. Diversos fatores dificultaram esse processo, como cancelamentos de última hora, indisponibilidade de agenda e ausência de respostas às tentativas de contato. Em um dos casos, ao chegarmos ao comitê eleitoral de uma candidata, fomos informados de um compromisso “emergencial” que a impediu de comparecer, também não conseguimos reagendamento pós eleição. Os desafios logísticos e institucionais na coleta de dados foram muitos, e essas dificuldades representam apenas uma fração do que enfrentamos, especialmente no contexto eleitoral e no contato com atores políticos em período de campanha.

1.5 Organização dos capítulos

O capítulo 1 “Comportamento Eleitoral: Poder, Cultura e Política” está dividido em duas partes: na primeira apresentamos uma revisão de literatura acerca dos entrelaçamentos entre Cultura, Política e o Campo Eleitoral, favorecendo as bases teóricas que nos auxiliaram a pensar as eleições municipais na capital manauara. Na segunda parte apresentamos dados referentes ao histórico das eleições municipais em Manaus, evidenciando a participação dos indígenas nos pleitos de 2016, 2020 e 2024. Discutimos, sobretudo, a inserção partidária, incidência de votos e dinâmicas burocráticas.

O capítulo 2 “Participação dos indígenas nas Eleições Municipais”, também dividido em duas partes, apresenta as interlocutoras e os interlocutores que ajudaram a construir a presente pesquisa. Buscamos focar em suas experiências de vida na política do Movimento e na política eleitoral. A segunda parte apresenta candidaturas de indígenas, junto a um relato etnográfico sobre o episódio de lançamento da campanha de uma mulher indígena, visando a reflexão sobre o momento presenciado.

O capítulo 3 aprofunda os relatos das pessoas interlocutoras sobre as hipóteses centrais desta dissertação, apresentando uma análise interpretativa a partir dos relatos com foco nas práticas eleitorais e na cultura política construída pelos indígenas em Manaus.

Por fim, tecemos considerações visando conectar os pontos apresentados no corpo do trabalho, ressaltando contribuições e limitações para o campo de estudos da cultura política e do comportamento eleitoral, especialmente sobre as populações indígenas.

2 CAPÍTULO 1 Comportamento Eleitoral: Poder, Cultura e Política

*Essa pátria pertence aos povos indígenas
Antes da coroa existia o cocar!*

(Brasil – Terra Indígena, Boi Caprichoso, 2023)

2.1 Revisando a literatura: Cultura (e) Política

A cada quatro anos, em um domingo previamente definido no calendário eleitoral, eleitores saem de suas residências para exercer o direito – e o dever – do voto que irá definir Prefeito/a, Vice-Prefeito/a, e Vereadores/as. Nas cidades brasileiras, o momento de eleger a gestão do município se transforma em um evento com características próprias. Em Manaus, assim como em muitos municípios, ocorrem disputas intensas com negociações e manifestações políticas das quais candidaturas emergem, alianças se formam e discursos calorosos mobilizam eleitores, em diferentes dinâmicas sociais e culturais, a fazer uma escolha nas urnas. Mas quais fatores moldam o comportamento eleitoral nesse contexto? Como as relações entre cultura e política influenciam a tomada de decisão dos eleitores, especialmente os eleitores indígenas? Para pensar os diferentes contextos sociopolíticos que entrelaçam a vida dos eleitores indígenas e manauaras, recorreremos aos estudos desenvolvidos no campo da Antropologia Política e da Ciência Política.

Desde o “início” da Antropologia moderna houve interesse, por parte dos pesquisadores, na forma como os sujeitos sociais significam o mundo ao seu redor, organizam as sociedades e definem suas regras de vivência. Pode-se dizer que o interesse primordial da antropologia é a compreensão. Especialmente, quando se busca a compreensão de grupos ou sujeitos específicos, em determinados contextos, acerca das inúmeras questões relacionadas à política. Isso, por si só, permite a formulação de comparações, diálogos e estudos sobre “contextos sociais mais amplos”.

Ainda nos primórdios, enquanto os norte-americanos olhavam “a organização” pela ótica cultural, os franceses se preocupavam com as estruturas simbólicas, e os ingleses estavam absortos tanto nas funções da estrutura, quanto nas formas políticas de gestão da vida nativa. Questões relativas ao *Poder* estavam, assim, intrínsecas a essas investigações. Tais aspectos foram estudados à luz da percepção política, mesmo que essa palavra não ocupasse o ponto central nos escritos clássicos, até os anos 1940 pelo menos. Nesse contexto, a busca pela compreensão da organização política e o poder orientaram os estudos antropológicos por décadas, o que se convencionou chamar *Antropologia Política*, e em desdobramentos críticos posteriores surgiu a *Antropologia da Política* e, no campo interdisciplinar, a *Cultura Política*.

Com o desenvolvimento do Estrutural-Funcionalismo britânico entre 1940 e 1950, a política ganhou destaque, principalmente nos estudos realizados no contexto colonial Anglo-Africano por autores baseados em Oxford como Radcliffe-Brown, E.E. Evans-Pritchard e Meyer Fortes. Esses estudos passaram a tratar os sistemas políticos nativos como problema eminentemente antropológico, visto analiticamente como separado da cultura. Assim, levantaram questões visando compreender sociedades que se organizavam em uma lógica outra que não a presença de um Estado – nos moldes europeus – ou seja, sem uma organização política considerada formal. Os chamados “africanistas” valorizavam os sistemas de parentesco e as formas de organizações hierárquicas, com atenção para as linhagens e o poder/mando. Trabalhos como *Sistemas Políticos Africanos* (Fortes; Evans-Pritchard, 1940) e *Os Nuer* (Evans-Pritchard, 1940) foram marcadores relevantes da consolidação institucional da antropologia política como campo de estudo (Montero, Arruti e Pompa, 2012; Kuschinir, 2007; Eriksen e Nielsen, 2007).

De acordo com Montero, Arruti e Pompa (2012, p. 07), o parâmetro ausência/presença de Estado para o estudo de povos não-europeus manteve essa Antropologia Política na mesma linhagem do debate clássico da Filosofia Política que define as sociedades de acordo com suas

formas de governo, consideradas como a essência do político desde Maquiavel. No entanto, ao analisar as sociedades Africanas os pesquisadores encontraram dificuldade em identificar as instituições políticas separadamente do parentesco e da religião, o que os levou a “criar” a ideia do que seria o sistema estrutural, com base nas suas observações e conexões. O sistema político proposto seria, de certa forma, idealizado para corresponder às explicações pensadas.

A partir disso, outra dificuldade surgiu, como a necessidade de definir o que, de fato, é política. Não havia (e nem há) um consenso sobre essa questão, o que levou os pesquisadores a enfatizarem as funções do poder e, por consequência, da política. Nesse sentido, as funções do poder foram indicadas como sendo “a garantia da cooperação, a defesa da integridade, a regulação dos conflitos, a elaboração das regras, a socialização dos indivíduos, etc.” (Montero, Arruti e Pompa, 2012, p. 08), levando a uma concepção de que a política possuía função integradora. No entanto, as críticas rapidamente apareceram, pois, a definição de poder teria se expandido a ponto de ser aplicável a qualquer situação social, abrangendo literalmente todos os temas da disciplina. Além disso, a existência das sociedades sem Estado ou política formal implicava, de qualquer modo, a possibilidade de um poder e uma política não coercitivos, sem uma imposição necessária de obediência. É necessário frisar que as abordagens não são homogêneas, muitos autores desenvolveram diálogos entre si, mas também perspectivas diversas ao teorizar a política, como aponta Karina Kuschinir (2007) no trecho abaixo.

Se numa primeira etapa foi dada maior ênfase aos aspectos de coesão e equilíbrio social, à medida que avançamos no tempo, observamos uma maior preocupação com as transformações sociais, discutindo as relações de poder no tempo e no espaço, a partir de temáticas relacionadas a conflitos, rituais, mitos, identidades, status, representações e práticas (Kuschinir, 2007, p. 164).

Na década de 1950 Edmund Leach, em diálogo com Claude Lévi-Strauss, inaugura com suas obras uma teoria antropológica da ação que enfatiza a dimensão simbólica-ritual das práticas sociais, especialmente da política. Esse autor focaliza as categorias mentais ao invés das instituições, na medida em que se interessa pelo modo como as categorias são utilizadas para agregar. Essas categorias (espaciais, de parentesco, de posse etc.) são utilizadas como símbolos nas discussões que orientam a vida social. Nessa lógica, Poder, para Leach,

[...] deve ser compreendido como o conjunto de atributos dos detentores de certas posições sociais, assim como a política consiste na manipulação desses atributos pelos indivíduos. Os sistemas políticos devem ser entendidos como sistemas de relações entre categorias nativas em um conjunto estrutural consistente (Montero, Arruti e Pompa. 2012, p. 10-11).

Leach teceu críticas às colocações de Evans-Pritchard e Radcliffe-Brown à medida em que discordava da suposição de que das sociedades estariam em um ‘equilíbrio contínuo’, pois considerava ser “necessário mostrar que a estrutura social está em permanente mutação, parecendo estável e coerente apenas no relato etnográfico” (Kuschnir e Carneiro, 1999, p. 238). Para o autor, as sociedades podem ser instáveis e diversas em seus próprios modelos de organização política. A percepção simbólico-ritual de Leach foi um marco importante para as mudanças que a antropologia experimentou nesse período com uma maior movimentação política contra a dominação colonial. Tais mudanças foram incitadas, também, por um “enfrentamento dos desafios impostos por uma conjuntura mundial, na qual forças de diversos tipos convivem – comunismo, capitalismo, colonialismo, movimentos sociais etc.” Neste cenário, os estudos feministas e anticoloniais foram fundamentais para pensar ainda mais criticamente questões relacionadas ao Poder.

Outros antropólogos continuaram a desenvolver trabalhos interessantes no campo político, valorizando sempre o trabalho de campo e a etnografia como meios para compreender as múltiplas possibilidades de experiência política, tendo como objetivo fundamental a ampliação do “conceito de atividade política para além das fronteiras das esferas de atuação do Estado”. Destacam-se Turner (1974), o qual realizou pesquisas de campo considerando a subjetividade dos atores sociais para além de ‘análises estáticas’ da vida social; e Swartz (1968), que ampliou as suas investigações para não só as ações dos atores sociais, mas também “englobando seu repertório de valores e significados, assim como seus relacionamentos internos e externos” (Kuschnir e Carneiro, 1999, p. 238).

Em uma perspectiva singular, Pierre Clastres foi uma figura fundamental para os estudos de Antropologia Política. Sua obra buscou discutir a noção de política, deslocando esse conceito de um local “fechado” para um espaço que permite a relativização da própria política e das temáticas inerentes a ela, como o Poder. Segundo Clastres “[...] o poder político é universal, inerente ao social e, diferentemente do que ocorre nas sociedades com Estado, pode ser exercido de forma não-coercitiva” (Kuschnir e Carneiro, 1999, p. 239). Em suas críticas ao modelo ocidentalizado, o autor buscou privilegiar discussões sobre o chamado “poder primitivo”, o qual não se pauta na esfera econômica para a determinação da vida social, por exemplo, e nem no poder “coercitivo” de um líder sobre o grupo.

Para Pierre Clastres, “são as relações de poder e, portanto, a esfera da política, que estruturam as relações sociais”, além disso, em sua perspectiva o poder era exercido “em

nome do grupo com a finalidade de perpetuar o caráter igualitário das relações sociais” (Kuschnir e Carneiro, 1999, p. 239). De modo geral, a principal contribuição do trabalho de Clastres foi a contestação do conceito e uso do poder na ótica ocidental ao se pensar sociedades diversas, nesse sentido buscou analisar a política de acordo com o contexto sociocultural no qual ela é vivida e constantemente modificada.

É importante pontuar que ao falarmos de Política e Poder não estamos nos referindo a categorias fechadas em si mesmas. Como pode ser observado pela história da Antropologia Política, a percepção epistemológica de tais conceitos será, quase sempre, contextual e móvel. Essa questão suscita um debate próprio, que será aprofundado posteriormente. É notório que a questão eleitoral emerge como algo “recente”, estando ligada aos regimes democráticos. Dessa forma, questões de Comportamento Eleitoral e Cultura Política aparecem de forma mais comedida nos estudos antropológicos, estando quase sempre vinculados ao campo chamado, no Brasil, de Antropologia da Política.

2.1.1 Teorias do Comportamento Eleitoral

Desde meados do século XX a temática sobre Comportamento Eleitoral tem sido explorada pela Sociologia, Ciência Política e Psicologia, de forma que o olhar antropológico pode ser considerado recente em comparação. Sendo um tema multidisciplinar, foram desenvolvidos diferentes modos de compreender o comportamento em contexto eleitoral. Essas teorias baseiam-se, principalmente, na decisão do voto como parâmetro de comportamento dos eleitores em Estados democráticos, incluindo aspectos psicológicos, sociais, econômicos e culturais. Neste sentido, as análises desenvolvidas na literatura buscaram compreender por que se vota e como se vota (Freire, 2001; Radmann, 2001; Figueiredo, 2008).

No quadro 1 esboçamos algumas características das principais teorias de comportamento eleitoral para fins comparativos.

Quadro 1 - Teorias de Comportamento Eleitoral

Teoria	Autores consultados	Pressupostos centrais	Ênfases explicativas
Sociológica (Columbia)	Lazarsfeld, Lipset	O comportamento eleitoral é moldado pelo contexto social e pelos grupos de pertencimento.	Redes comunitárias, vínculos familiares, religiosos, de classe e de vizinhança.

Psicossociológica (Michigan)	Campbell, Converse	O eleitor age a partir de predisposições psicológicas estáveis, sendo a identificação partidária o principal determinante.	Identificação partidária, imagem dos candidatos e avaliação conjuntural das questões políticas.
Escolha racional	Downs (1957)	O voto é resultado de um cálculo racional em que o eleitor avalia custos e benefícios.	Maximização de interesses individuais, avaliação de programas e probabilidades de vitória.
Cultura política	Almond & Verba	Atitudes, valores e crenças orientam as práticas políticas.	Padrões culturais, socialização política, participação e confiança nas instituições.

Fonte: dados agregados a partir de Almond e Powell Jr (1989); Radmann (2001); Neves (2006); Figueiredo (2008); Avenburg e Schnyder (2015); Peschard (2016).

Sobre a Teoria Sociológica, em “A Decisão do Voto: Democracia e Racionalidade” Marcus Figueiredo (2008) ressalta que há ênfase na influência dos grupos sociais e das interações comunitárias sobre as escolhas políticas dos eleitores. Isto implica dizer que a opinião pessoal do sujeito não necessariamente importa tanto quanto a do coletivo, pois “é no contexto social que ocorre o divisor de águas da perspectiva sociológica” (Radmann, 2001, p. 18). Assim, nesta teoria, presume-se que o voto dos eleitores irá refletir aspectos sociais e econômicos do grupo que fazem parte por meio da interação social.

No entanto, considerando o contexto brasileiro e, especificamente, o manauara, não podemos seguir a ideia estrita de que a decisão do voto é um reflexo das identidades sociais e das relações interpessoais mais do que motivações individuais ou ideológicas. A ascensão do bolsonarismo¹⁹ a partir de 2018 é um exemplo pertinente aqui, pois a figura de Jair Messias Bolsonaro foi abraçada por eleitores de diferentes contextos, classes sociais, etnias e credos.

¹⁹ “O bolsonarismo é fenômeno político contemporâneo e se refere ao conjunto de ideias, valores e políticas associados ao ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro, e que se caracteriza por uma visão de mundo ultraconservadora, que prega o retorno aos “valores tradicionais” e assume uma retórica nacionalista, patriótica, militarista, armamentista, anticomunista, de negacionismo científico, derejeição aos direitos humanos e de aversão aos movimentos sociais com origem na esquerda política” (Alencar, s.d). Vide: ALENCAR, Breno Rodrigo de Oliveira. O que é bolsonarismo? In Núcleo de Pesquisa em Educação e Cibercultura, s.d. Disponível em: <https://nupecifpa.com/o-que-e-o-bolsonarismo/>. Acesso em 03. set. 2025.

O Modelo Michigan, ressalta Marcus Figueiredo (2008), recebeu influência das teorias de grupos²⁰ e “em tais teorias, a orientação em direção a questões políticas começa antes de os indivíduos terem idade para votar e, em grande medida, são um reflexo de seu ambiente social imediato, sendo a família o ambiente preponderante” (Figueiredo, 2008, p. 25). Nesta perspectiva o sistema político seria constituído e integrado pelas atitudes políticas que seriam moldadas por meio da socialização política – a qual depende de um “sistema de personalidade” no sentido Parsoniano²¹.

A socialização “cria” a personalidade dos indivíduos – e por extensão suas atitudes políticas. Essa base psicológica, segundo a Teoria Michigan, é generalizável pois “indivíduos semelhantes do ponto de vista social e de atitudes tendem a ter comportamentos políticos semelhantes, a votarem na mesma direção, independente de contextos históricos” (Figueiredo, 2008, p. 26). Para Angus Campbell (1967), um dos desenvolvedores da teoria, o interesse pela política irá variar entre os indivíduos de acordo com a importância que as questões políticas receberam no seu ambiente de formação, independente de fatores sociais e econômicos. Dessa forma, para entender o comportamento eleitoral seria preciso investigar como os interlocutores compreendem o mundo, as relações sociais e sua própria existência.

Contudo, as críticas ao modelo apontam para a limitação desse enfoque em sociedades com “baixa politização”, onde a identificação partidária não necessariamente reflete um sistema de crenças estruturado, como seria o caso do Brasil. Converse (1964), ao analisar os níveis de sofisticação política, sugere que apenas uma parcela reduzida da população possui um “grau elevado de centralidade política”, capaz de articular preferências de maneira coerente e estável ao longo do tempo. Para a maior parte do eleitorado, a volatilidade e a incoerência das atitudes tornam a previsão de comportamento menos precisa.

De fato, podemos destacar a partir de nossas observações na cidade de Manaus que conhecer o “campo ideológico” do eleitor não explica, necessariamente, seu voto. Um exemplo disso nos ocorreu pessoalmente em um determinado momento da campanha eleitoral de 2022, quando houve uma breve pesquisa de intenção de voto em um ponto de ônibus no bairro Alvorada II. O foco era em quem iríamos votar para o Governo do Estado e a Presidência. Após responder, ouvimos a resposta das outras pessoas presentes. Não foi

²⁰ “A teoria dos grupos entende que o indivíduo é composto por seus relacionamentos, ou seja, pelas relações que ele tem desde antes de nascer e que se somam a todas as que ele realiza ao longo de sua existência. Estas relações o constituem em seu próprio aparelho psíquico, em sua identidade, em suas ações, em tudo o que o caracteriza enquanto sujeito concreto” (Ávila, 2009, p. 41).

²¹ Para uma discussão sobre os Sistemas de Talcott Parsons vide: PARSONS, Talcott; BLANCO, José Jiménez; PÉREZ, José Cazorla. **El sistema social**. Madrid: Revista de occidente, 1976.

surpresa quando duas senhoras comentaram que votariam em Jair Bolsonaro (PL) para a presidência e em Amazonino Mendes (CIDADANIA) para o Governo estadual. O primeiro, à época, em um partido de extrema-direita; o segundo, em um de centro. Dessa forma, compartilhamos a visão de Radmann (2001), para quem a identificação partidária não ocorre por laços ideológicos ou pragmáticos, ela se baseia em crenças, sentimentos e laços afetivos²².

Há, no centro da teoria da Escolha Racional, a ideia de que os indivíduos são ‘agentes’ racionais que tomam decisões com base em preferências e nas informações disponíveis. Essas decisões são orientadas pela busca da maximização de benefícios, ou seja, cada escolha tem como finalidade obter o melhor resultado possível para o agente, levando em consideração os custos envolvidos. Essa maximização ocorre em um cenário de ‘restrições’, onde fatores como tempo, dinheiro e outras limitações influenciam as escolhas possíveis. De acordo com Figueiredo (2008), nos aspectos desta teoria o voto possui uma função instrumental e estratégica. “As pessoas votam se este ato for visto como potencialmente capaz de trazer-lhes algum benefício social ou econômico, divisível ou não” (Figueiredo, 2008, p. 75).

Radmann (2001) argumenta que a Teoria da Escolha Racional ignora a complexidade das motivações humanas ao não conseguir “dar conta da participação política não-racional, por não levar em consideração as atitudes causais e emotivas dos indivíduos” (Radmann, 2001, p. 39). Além disso, essa teoria tende a desconsiderar o impacto das normas sociais e dos valores morais, religiosos e étnicos, que frequentemente moldam as decisões dos sujeitos de maneira mais profunda do que a mera maximização de benefícios individuais. Para a presente pesquisa, defendemos não ser possível seguir um caminho estritamente racionalista, como propunha a Teoria da Escolha Racional, visto que eleitores e candidatos indígenas têm demonstrado seguir posições subjetivas tanto para votar, quanto para filiar-se a um determinado partido. Os fatores são muitos, mas isto não quer dizer que essas escolhas não sejam deliberadas. Elas são produto de uma reflexão, mas não necessariamente seguem a premissa de um cálculo estratégico e bem delimitado, como o faria o eleitor dowsiano.

²² Idealmente “[...] os membros dos partidos políticos comportam-se política e eleitoralmente conforme o preceito da consciência de classe, isto é, votam regularmente em candidatos e partidos que têm identidade com aquela classe” (Sambo, 2021, p. 03). No entanto, Radmann (2001) aponta a discussão existente na perspectiva psicossociológica acerca da relação voto e classe. Em sua tese “O eleitor brasileiro: uma análise do comportamento eleitoral” afirma, com base em Figueiredo, que mesmo existindo um partido classista “os trabalhadores podem mudar o seu voto de acordo com interesses específicos, movidos por interesses autônomos”. Há uma certa ligação entre classe e partido político, mas isso não implica uma regra imutável no que diz respeito ao voto.

2.1.2 Cultura Política

Cultura Política é um conceito multidisciplinar criado por Almond e Verba na década de 1960 com o objetivo de incorporar uma abordagem comportamental nas análises políticas, considerando aspectos subjetivos da percepção que a sociedade de massa e as elites teriam sobre o sistema político democrático. Para Almond e Verba (1963), Cultura Política seria a “expressão do sistema político de uma determinada sociedade nas percepções, sentimentos e avaliações de sua população”. Seguindo o autor citado em uma perspectiva antropológica, Kuschnir e Carneiro (1999, p. 227), referem-se à cultura política como “conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores”. Dessa forma, a teoria da Cultura Política está intrinsecamente ligada ao exercício do sistema democrático.

Para Kuschnir (2007), essa abordagem implica dois pressupostos: “[...] a sociedade é formada por redes sociais que sustentam e possibilitam múltiplas percepções da realidade; e ‘o mundo da política’ não é um dado bruto, ele precisa ser investigado e definido por formulações e a partir do comportamento de atores sociais e de contextos particulares”. (Kuschnir, 2007, p. 163). Em 1990, o Brasil entrou institucionalmente nesse campo dos estudos com uma série de trabalhos que consideravam-se abordando uma “antropologia da política”. Posteriormente, isso ficou mais evidente com a formação do “Núcleo de Antropologia da Política (NuAP), sediado no Museu Nacional da UFRJ, mas envolvendo grupos em outras universidades federais, como as de Brasília, Ceará e Rio Grande do Sul, entre outras”. Esse núcleo tem como suposição básica a ideia de que a “categoria política é sempre etnográfica” (Kuschnir, 2007, p. 164).

Os Estudos de Cultura e Personalidade influenciaram diretamente a formulação do conceito de Cultura Política proposto por Almond e Verba. Os antropólogos culturalistas, como Ruth Benedict, compreendiam a cultura enquanto “uma articulação de padrões de comportamentos apreendidos socialmente através de processos de transmissão de tradições e ideias, sem qualquer determinação biológica” (Benedict, 1934, p. 14-16). Essa Escola teve como característica distintiva o relativismo das diferentes culturas, no qual nenhuma poderia ser superior a qualquer outra, e, por conseguinte, não existia um único padrão válido para compreender uma sociedade. Os múltiplos códigos sociais eram, então, o centro das análises.

Posteriormente, os estudos de Cultura e Personalidade voltam-se para questões de caráter nacional, tendo em vista o contexto histórico da Segunda Guerra Mundial. Kuschnir e Carneiro afirmam que essa foi a fase que influenciou intensamente o trabalho de Almond e Verba, pois o foco mudou para o comportamento cultural de uma sociedade – e como os indivíduos absorveriam a cultura em que vivem. Para a antropóloga Margaret Mead, “o valor dos estudos de caráter nacional estava justamente na sua busca por compreender como os comportamentos culturais são representados na estrutura intrapsíquica dos indivíduos de uma cultura” (Mead, 1962).

Nesse sentido, Almond e Verba seguiram em sua formulação de Cultura Política amparados pela subjetividade da Cultura e a autonomia da Política. Assim, a Cultura Política remeteria a “uma orientação subjetiva em relação a um determinado sistema político”, no entanto Kuschnir e Carneiro (1999, p. 230) ressaltam que isso referia-se especialmente aos sistemas democráticos, tendo em vista que esse era o recorte que Almond e Verba fizeram em seus estudos visando entender como a “cultura cívica” ou “cultura política democrática” era absorvida ou não nas sociedades contemporâneas.

Para Almond e Verba existiriam três modelos de orientação subjetiva, sendo eles orientação cognitiva, orientação afetiva e orientação avaliativa, os quais estariam divididos em conhecimentos sobre o sistema político geral, sentimentos sobre ele e julgamentos e opiniões sobre as implicações políticas, respectivamente. Em uma vertente culturalista a estabilidade do sistema político depende principalmente de uma congruência entre os diferentes tipos de instituições, que são espaços de socialização dos indivíduos. Nesse contexto, Almond e Verba versam sobre diferentes tipos de cultura política em uma mesma sociedade, e os dividem segundo o cruzamento de duas dimensões: a já citada orientação com relação aos objetos políticos; e a segunda refere-se ao tipo de objeto político que é o alvo dessas orientações. A partir disso são identificados três modelos básicos de cultura política para os autores: cultura política paroquial, cultura política da sujeição e cultura política da participação. O objetivo de Almond e Verba com tal modelo de análise foi “inferir o conteúdo da cultura democrática, não a partir das características de suas instituições nem das condições sociais prevaletentes, mas das atitudes individuais observadas empiricamente em diferentes sistemas políticos democráticos” (Kuschnir e Carneiro, 1999, p. 231).

Algumas críticas ao modelo de Almond e Verba focalizaram questões não exploradas por esses autores, pouco consideradas ou não percebidas a priori. A própria tipologia dos

sistemas políticos foi alvo: Pateman (1980) argumenta que as instituições da democracia liberal e a cultura cívica são fenômenos indissociáveis. Da mesma forma, Laitin (1995) destaca a tautologia presente em “The Civic Culture Revisited” (1980), no qual Almond afirma que “a cultura política explica as atitudes subjetivas dos cidadãos”. Laitin aponta que esse argumento desconsidera o fato de que essas atitudes são, por si só, indicadores dos diversos tipos de cultura política. McClosky (1964) enfatiza a tolerância em relação a outros grupos sociais, políticos e étnicos como uma das variáveis cruciais na formação da cultura política democrática; e Dahl (1971) argumentou que tanto a participação política, quanto a tolerância política são elementos fundamentais da cultura política democrática.

O modelo de Almond e Verba influenciou uma geração de pesquisas com foco nos estudos de comportamento e política, pois privilegiava a noção de que as ações políticas dos atores em relação a uma situação objetiva, como uma eleição, estão permeadas por situações sociais subjetivas. Defendemos essa visão em nosso trabalho, acolhendo as críticas feitas à teoria, considerando que pensar o comportamento eleitoral indígena por uma via culturalista permite-nos compreender como valores, práticas e significados orientam a ação política desses sujeitos. Essa perspectiva não busca idealizar nem romantizar a participação indígena, mas reconhecer que suas escolhas eleitorais são atravessadas por experiências históricas, relações de poder e contextos locais específicos, em diálogo constante com o Estado e segmentos da sociedade, tanto indígena como não indígena.

2.2 Eleições Municipais em Manaus

Ao longo dos séculos, o sistema político brasileiro passou por diversas mudanças. Com o fim do Império (1822 - 1889), as elites políticas puderam se inserir mais ativamente no campo político, buscando respaldar seus interesses por via eleitoral. A República Velha (1889 - 1930), popularmente chamada de Café com Leite em referência ao “rodízio” entre São Paulo (café) e Minas Gerais (gado/leite), teve grande influência das elites oligárquicas rurais, o que impulsionou a prática do Coronelismo, Clientelismo e do Patrimonialismo, como analisado por Victor Nunes Leal em *Coronelismo, Enxada e Voto* (1948).

Entre 1870 e 1910 a Amazônia - e a cidade de Manaus - viveu a primeira fase do Ciclo da Borracha, período em que a região se tornou centro do interesse internacional devido à grande capacidade de produção e exportação do látex. Com isso, a cidade viu-se cercada pela influência europeia e o enriquecimento de um pequeno grupo de pessoas, enquanto o restante

da população vivia em condições desumanas, como atesta Ferreira de Castro na obra “A Selva” (1976). O governo local foi marcado pela presença de personagens e partidos ideologicamente conservadores desde a sua instituição. De acordo com informações do Jornal do Commercio (2020), entre 1890 a 1962 a escolha do Superintendente ocorreu de maneira alternada entre nomeações e eleições. Somente em 1926 com a promulgação da Constituição do Amazonas passou a existir a figura do prefeito.

Com a instituição da Ditadura Militar, os prefeitos voltaram a ser nomeados. Durante essa fase Manaus foi conduzida por Paulo Pinto Nery, Frank Abraham Lima, Jorge Teixeira de Oliveira, José de Oliveira Fernandes, João de Mendonça Furtado e Amazonino Armando Mendes, sendo este último uma figura recorrente na política amazonense até sua morte em fevereiro de 2023. Conforme escreve Evaldo Ferreira para o Jornal do Commercio²³, após a fase da Ditadura

Quem inaugurou a terceira, e até agora persistindo, fase de eleições diretas foi Manoel Henriques Ribeiro eleito em 15 de novembro de 1985, e tendo um mandato bastante conturbado. Ribeiro assumiu em janeiro de 1986. Em julho de 1988, o então governador Amazonino Mendes o afastou do cargo (naquela época isso era possível), assumindo o interventor Alfredo Pereira do Nascimento. Ribeiro conseguiu reassumir o cargo em dezembro de 1988, mas em janeiro de 1989 assumiu o novo prefeito eleito em 15 de novembro do ano anterior, Arthur Virgílio Neto (Ferreira, 2020, n.p).

Como demonstrado anteriormente, o histórico eleitoral da capital manauara é marcado pela constante eleição e reeleição de grupos dominantes, as chamadas elites políticas que se reproduzem por meio de alianças e assim são mantidas no poder. Parte disso deve-se ao perfil do eleitorado manauara, que podemos avaliar como Personalista, pois ao longo do tempo verificamos a presença de uma variedade de legendas para os mesmos personagens, sem fugir muito do espectro conservador de Centro - Direita. Isso é atestado, também, por dados levantados pelo Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia Legal (LEGAL) desde 2021 acerca da experiência política e eleitoral do Amazonas.

Apesar de ser uma cidade com grande contingente indígena e não-indígena, e com elevado fluxo de migração interior-capital, nos espaços de representação, como a Câmara Municipal de Manaus e a Assembleia Legislativa do Amazonas, não há registros de indígenas autodeclarados em seus quadros. Isso ocorre não por falta de candidaturas ano após ano. Em todo o Amazonas, no ano de 2016 foram 335 indígenas aptos, dos quais 03 prefeitos, sendo Clovis Curubão (PT-SGC) eleito em São Gabriel da Cachoeira, 12 vice-prefeitos, com Pascoal

²³ Jornal mais antigo da região amazônica, fundado em 2 de janeiro de 1904 por J. Rocha dos Santos.

Gomes Alcantara (PT-SGC) eleito também em SGC²⁴, e 320 vereadores, dos quais 28 foram eleitos²⁵, porém nenhum em Manaus. Em 2020, o total foi de 467 aptos, sendo 08 prefeitos, com a reeleição do prefeito indígena em São Gabriel da Cachoeira, 19 vice-prefeitos com Alberto Gomes Xavier (MDB – SAI) e Eliane Farias Falcão (PT – SGC) eleitos e 440 vereadores, com 35 eleitos²⁶ em 16 municípios.

Nas eleições municipais de Manaus em 2016, 27 indígenas lançaram candidaturas consideradas aptas, como pode ser observado na tabela 1. Desse número, o PRTB lançou 14 nomes, o maior número de candidatas/os indígenas deste pleito, seguido pelo PT, com 07 candidaturas.

Tabela 1 - Candidatos Indígenas (2016)

Candidato/a	Partido	Votos
Cacique Kamila Prestes Mura	PDT	493
Michelly Kukama	PPS	186
Jomar Araci	PRB	127
Enfermeira Edilene Kokama	PROS	(candidatura indeferida com recurso)
Rubem Figueiredo	PRTB	108
Luciano Maquiné	PRTB	855
Leonardo Pinheiro	PRTB	398
Kátia Santos	PRTB	518
Assis Barros	PRTB	1.077
Manoel Nunes “Bin Laden”	PRTB	226
Marlon Seabra	PRTB	336
Pr. Nelis Porto	PRTB	447
Frank Braga	PRTB	249
Paulo Jorge	PRTB	714
Raimundo Do Poco	PRTB	352
Edi Carlos	PRTB	142
Raquel Barbosa	PRTB	40
Ines Lopes	PRTB	39
Angélica “Índia Neves”	PSL	135
Perpétua Tsuni Kukama	PSOL	122
Raimundo Castilho	PT	201
Ronald Seixas	PT	1.255
Anne Moura	PT	661
Edi Teixeira	PT	119
Sabá Magalhães	PT	595
Neidelande	PT	122

²⁴ Pascoal Gomes Alcantara (PT-SGC) foi o único vice-prefeito indígena eleito em 2016.

²⁵ Vide Apêndice A ao final do trabalho.

²⁶ Vide Apêndice B ao final do trabalho.

Antonio Fonseca	PT	869
TOTAL		10.386

Fonte: dados agregados do TSE-JUS, 2024

Em 2020, mais um ano eleitoral, o mundo enfrentou uma intensa pandemia de COVID-19, que afetou de maneira grave os povos indígenas. Na capital manauara, além do vírus, os indígenas sofreram com inúmeras violências e casos de racismo na busca por atendimento no Sistema Único de Saúde, que os tratava como “pardos”. Muitos indígenas foram acometidos pela doença, vindo a óbito. Esse processo inesperado impactou muitas famílias e comunidades de povos indígenas. Parte desse impacto ficou evidente na quantidade de candidaturas nas eleições municipais de 2020, que totalizou apenas 9 indígenas autodeclarados, representando uma baixa de 66,6% em relação ao pleito anterior. Os partidos lançaram os seguintes candidatos:

Tabela 2- Candidatos indígenas (2020)

Candidato/a	Partido	Votos
Marcos Apurinã	MDB	603
Profª Elizoneide Silva “Afro Indígena”	PCdoB	16
Patrícia Baré	PMN	87
Enfermeira Edilene Kokama	PSC	139
Delmir Tikuna	PT	193
Odimar Guimarães	PT	139
Socorro Papoula	PT	166
Kamila Mura	PTB	331
Ananias Kapiro Apurinã	PTB	53
TOTAL		1.727

Fonte: dados agregados do TSE-JUS, 2024

O Partido dos Trabalhadores lançou o maior número de candidaturas indígenas neste pleito, 3, seguido pelo Partido Trabalhista Brasileiro com 2 candidaturas. Os partidos Movimento Democrático Brasileiro, Partido Comunista do Brasil, Partido Mobilização Nacional e Partido Social Cristão lançaram 1 candidatura cada.

Em 2024, um ano de muitas expectativas no âmbito político amazonense, 12 candidaturas foram lançadas por 8 partidos. Destas, 7 nomes foram de mulheres. A relação está esboçada abaixo.

Tabela 3 - Candidatos indígenas (2024)

Candidato/a	Etnia declarada	Partido	Votos
João Couto	<i>Não informado</i>	MDB	503
Poliana Lima	<i>Não informado</i>	NOVO	59
Dra Lúcia Oliveira	Sateré-Mawé	PC do B	240
Cláudia Tikuna	<i>Não informado</i>	PDT	50
Dody Comapa	<i>Não informado</i>	PDT	262
Pastora Lane Kokama	Kokama	PP	161
Josué Kokama	Kokama	PP	205
Professor Vander Lourenço	<i>Não informado</i>	PRTB	63
Patricia Carvalho	Baré	PT	70
Cacique Agenor	Kokama	PT	123
Anne Moura	Mura	PT	2.399
Vanda Witoto	Witoto	REDE	8.374
TOTAL			12.509

Fonte: dados agregados do TSE-JUS, 2025

João Couto da Silva, candidato único do MDB, já havia concorrido como Deputado Estadual pelo PTB em 2014 com o nome de urna “João Couto Ombro Amigo”, mas à época se declarou pardo. Natural de Manaus - AM, em sua ficha declara possuir ensino médio completo, estado civil casado e é Agente Administrativo, mas não há menção à sua etnia.

Poliana Lima Batista, candidata única do NOVO, concorreu pela primeira vez sendo a mais jovem autodeclarada indígena neste pleito. Em sua ficha, declara ser natural de Manaus - AM, tem ensino médio completo, seu estado civil é solteira e atua no segmento de Auxiliar de Escritório e Assemelhados. Em sua campanha, acompanhada via redes sociais, ela se apresentava como uma defensora da causa animal, sem nenhuma declaração à identidade étnica.

Maria Lúcia da Silva de Oliveira, nome de urna Dra. Lúcia Oliveira, autodeclarada Sateré-Mawé, já concorreu em outro pleito no ano de 2020 pelo Partido Comunista do Brasil com o nome de urna “Lucia do Rio Piorini”, porém havia se autodeclarado parda, por isso não foi incluída na tabela 2. A candidata é natural de Parintins - AM, tem ensino superior completo, estado civil solteira, e não declarou sua ocupação atual.

Cláudia Mendes Carvalho, nome de urna Cláudia Tikuna, natural de Amaturá - AM, também já havia concorrido em outros pleitos antes de tentar a candidatura pelo PDT em Manaus. Em 2008, filiada ao PCdoB, concorreu como vice à prefeitura de Amaturá na chapa de Joaquim Corado, candidato pelo Partido Popular Socialista (PPS). Em 2012 candidatou-se

como vereadora pelo Partido Social Liberal (PSL)²⁷. Ressaltamos que nestes dois pleitos anteriores a candidata não preencheu nenhuma declaração de cor ou raça. Na sua ficha a candidata declarou ter ensino médio completo, estado civil divorciada e sua ocupação aparece como Artista Plástico e Assemelhados.

Dodival Comapa da Silva, nome de urna Doddy Comapa, natural de Manaus, concorreu pela primeira vez no pleito de 2024, sem informar sua etnia. Em sua ficha declara ter ensino médio completo, estado civil divorciado, sem informações sobre sua ocupação. Em suas redes sociais o candidato compartilhava suas ações como líder comunitário, realizando trabalhos de apoio social em bairros da Zona Leste de Manaus.

Elaine Cristina Moreira Campos Girão, nome de urna Pastora Lane Kokama, e Josué dos Santos Barbosa, nome de urna Josué Kokama, foram os dois únicos candidatos do Partido Progressistas (PP) e também estavam concorrendo a seus primeiros pleitos. Lana Kokama, em sua ficha, declarou ser natural de Manaus, ter ensino médio completo, estado civil casada, sua ocupação aparece como “outros”, mas se apresenta nas redes sociais como cacique da Associação Indígena Kokama Imakana Riai kiwikana, situada no bairro Monte das Oliveiras, Zona Leste de Manaus. Josué Kokama, natural de Tefé - AM, declarou ser da etnia Kokama, tem ensino médio completo, estado civil casado, e ocupação aposentado. Foi, também, um dos poucos candidatos que declarou sexualidade, sendo assexual.

O candidato Vanderleice Lourenço da Silva, nome de urna Professor Vander Lourenço, que em 2024 concorreu pelo Partido Renovador Brasileiro (PRTB), candidatou-se em 2020 pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) com o nome de urna “Vander”. No registro de 2020 o candidato se autodeclarou pardo, não sendo, portanto, mapeado por nosso levantamento na tabela 2. Consta em sua ficha, também, que é natural de Manaus, tem ensino superior, estado civil solteiro e ocupação “outros”. Sua etnia indígena não foi informada.

Patricia Carvalho Rodrigues foi uma das candidatas do Partido dos Trabalhadores a se autodeclarar indígena e especificando sua etnia como Baré nos registros do TSE. Esta foi a primeira eleição da candidata, que teve como slogan “por um tarumã melhor para todos”, em referência ao bairro Tarumã, Zona Oeste de Manaus, onde está localizado o Parque das Tribos. Em sua ficha declarou ser natural de Manaus, com ensino médio incompleto, estado civil solteira e ocupação “outros”.

²⁷ Atual União Brasil após fusão com o Democratas em 2021.

O candidato Cacique Agenor, nome civil Agenor Carvalho Figueiredo, registrou-se como indígena do povo Kokama. Em 2024 foi um dos que concorreu a vereador pelo PT, porém já havia sido candidato em Santo Antônio do Içá - AM no ano de 2016 pelo Partido Republicano da Ordem Social (PROS). À época utilizou o nome de urna “Agenor Capa Onça”. Em sua ficha declarou ser natural de Santo Antônio do Içá - AM, grau de instrução “lê e escreve”, estado civil solteiro e ocupação “outros”.

Anne Moura, nome civil Anne Karolyne Moura de Souza, candidata a vereadora pelo PT - Manaus, vem se tornando uma figura recorrente no cenário eleitoral e político de Manaus, além de atuar na Secretaria de Mulheres do Partido dos Trabalhadores. Fruto do movimento estudantil e autodeclarada Mura, a candidata concorreu ao cargo de vereadora em 2016, e em 2020 concorreu como vice de Eduardo Braga (MDB) ao Governo do Estado do Amazonas. Em sua ficha declara ser natural de Manaus, com ensino superior incompleto, estado civil casada e ocupação “outros”.

Vanda Witoto, nome civil Vanderlécia Ortega dos Santos, do partido Rede Sustentabilidade, tornou-se conhecida no cenário político manauara a partir de sua atuação no Parque das Tribos durante a pandemia do COVID-19 em 2020, sendo também a primeira pessoa a ser vacinada no Amazonas. A partir disso, a candidata passou a utilizar sua visibilidade para defender a causa indígena e ambiental, principalmente. Em 2022, por meio do partido REDE Sustentabilidade, lançou sua candidatura para Deputada Federal do Amazonas, sendo bem votada, mas não eleita. À época, seu partido integrou a federação PSOL - REDE. Em sua ficha no TSE-JUS, Vanda declara ser natural de Amaturá - AM, tem ensino superior completo, estado civil casada e ocupação “outros”.

Com as alterações introduzidas pela Lei nº 13.165/2015, aplicadas a partir das eleições de 2016, o processo de distribuição das vagas no sistema proporcional passou a incorporar novas exigências de desempenho individual dos candidatos. No Brasil, os vereadores são eleitos por Sistema Proporcional, ou seja, é necessário primeiro saber quais foram os partidos vitoriosos no pleito em questão e, por conseguinte, quem foram os candidatos mais votados dentro de cada partido que conseguiu o número mínimo de votos. Para chegar a esse resultado é necessário calcular o Quociente Eleitoral e o Quociente Partidário. Quociente Eleitoral é a soma de votos válidos (votos de legenda e votos nominais) dividida pelo número de vagas a vereador em disputa. Quociente Partidário é a divisão do número de votos válidos que o

partido obteve pelo quociente eleitoral; o resultado disso é o número de vagas a ser ocupado pelo partido na Câmara.

As vagas que não forem preenchidas pelos partidos em razão do quociente partidário passam a compor o chamado “cálculo das médias”. Nessa etapa, as vagas remanescentes são distribuídas entre todos os partidos, inclusive aqueles que não alcançaram o quociente eleitoral, buscando equilibrar o resultado e assegurar maior proporcionalidade. O cálculo das sobras consiste em dividir o número de votos válidos de cada partido pelo total de lugares obtidos pelo quociente partidário acrescido de uma unidade, procedimento que se repete sucessivamente até que todas as vagas sejam distribuídas. Somente após essa etapa são efetivamente definidos os candidatos eleitos em cada legenda, com base na votação nominal. Além disso, a Cláusula de Desempenho Individual determina que as vagas destinadas ao partido apenas podem ser ocupadas por candidatos que tenham alcançado, individualmente, pelo menos 10% do quociente eleitoral.

De acordo com a Emenda Constitucional 97/2017, desde 2017 os partidos não poderão mais fazer coligações para disputa de vagas em eleições proporcionais (vereador, deputado estadual, federal e distrital). As coligações são permitidas apenas em eleições majoritárias (prefeito, governador, senador e presidente). A saber, coligações são uniões entre partidos por um período determinado, com objetivo primordialmente eleitoral. Neste sistema, os partidos podem apresentar candidatos de forma conjunta para determinado cargo. É benéfico para conseguir verbas vindas de outros partidos, além de conseguir mais tempo para propaganda na televisão.

Em 2021 ocorreu uma Reforma Eleitoral a partir da qual passou a vigorar a Lei nº 14.208, de 28 de setembro de 2021 para instituir as federações de partidos políticos no Brasil²⁸. Com isso, houve alteração na Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, Lei dos Partidos Políticos, e na Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, Lei das Eleições. Com as federações, dois ou mais partidos com programas ideológicos semelhantes podem se reunir para atuarem como se fossem uma só agremiação partidária pelo prazo mínimo de 4 anos, com dimensão nacional. De acordo com o TSE (2021), na prática as federações funcionarão como um teste para que os partidos verifiquem a possibilidades de fusão ou incorporação das legendas integradas.

²⁸ Para conhecer a Lei das Federações na íntegra, vide https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14208.htm

A primeira eleição a adotar o modelo das federações partidárias foi a Eleição Geral de 2022 e a primeira eleição municipal foi a de 2024. As federações registradas no Tribunal Superior Eleitoral até 2025 são 1) Federação Brasil da Esperança (FE Brasil): Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Partido Verde (PV); 2) Federação PSDB Cidadania: Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Cidadania (Cidadania); e 3) Federação PSOL Rede: Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e Rede Sustentabilidade (Rede). Uma questão importante sobre a Lei nº 14.208/2021 refere-se à cláusula de desempenho, na qual passa a ser considerada a soma da votação e a representação dos partidos que fazem parte da federação (TSE, 2025).

Abaixo esboçamos uma tabela comparativa acerca das agremiações escolhidas pelos candidatos indígenas nos pleitos de 2016, 2020 e 2024 em Manaus.

Tabela 4 - Comparação de candidaturas indígenas por escolha partidária (2016 - 2024)

Partido	Candidaturas (2016)	Candidaturas (2020)	Candidaturas (2024)
MDB	0	1	1
NOVO	0	0	1
PC do B	0	1	1
PMN	0	1	0
PSC	0	1	0
PTB	0	2	0
PDT	1	0	2
PROS	1	0	0
PP	0	0	2
PPS	1	0	0
PRB	1	0	0
PRTB	14	0	1
PSL	1	0	0
PT	7	3	3
PSOL	1	0	0
REDE	0	0	1
TOTAL	27	9	12

Fonte: dados agregados do TSE-JUS, 2024

Ao longo dos três pleitos analisados, identificamos um total de 48 candidaturas indígenas declaradas, um número reduzido, mas significativo para esta análise. Entre essas candidaturas, observamos que, nos três pleitos em questão, os candidatos indígenas concorreram filiados a partidos que seguem certos padrões. A Tabela 4 evidencia que, entre 2016 e 2024, o maior número de candidaturas indígenas esteve filiado ao PRTB, partido que,

desde a década de 1990, adota uma linha política de direita, sem propostas relevantes para o Movimento Indígena, mas com forte defesa do lema “Deus, Pátria e Família”, o que parece ressoar com uma parcela dos indígenas em Manaus. O segundo partido com mais candidaturas indígenas no período é o PT, principal articulação de esquerda em Manaus até o último pleito analisado, apesar do forte “antipetismo” que impera no Brasil e no Amazonas.

Os dados apresentados permitem refletir sobre o alinhamento de candidaturas indígenas com partidos cujas posições ideológicas divergem das pautas étnicas. Assim como muitos eleitores manauaras votam na pessoa do político, independentemente do partido, parte dos candidatos indígenas também se filia a legendas cujas agendas são contrárias aos interesses do Movimento Indígena, sem necessariamente considerar esse descompasso. Esse comportamento não pode ser reduzido a categorias de “certo ou errado”, pois os motivos para a filiação estão mais relacionados às convicções pessoais e ao espaço político oferecido pelo partido. Assim, a presença de indígenas em determinada sigla não implica, por si só, a existência de uma política indígena em curso. O que se evidencia é menos a filiação partidária e mais a maneira como esses sujeitos negociam sua presença e atuação no campo político.

3 CAPÍTULO 2 Participação dos indígenas nas Eleições Municipais

*É importante viver a experiência da nossa própria
circulação pelo mundo, não como uma metáfora, mas
como fricção, poder contar uns com os outros.*

(Ailton Krenak, Ideias para adiar o fim do mundo, 2019)

3.1 Narrativas e Experiências indígenas: a política regional

As eleições municipais são um momento de decisão, mas também de controvérsias e acordos, onde grupos buscam eleger representantes de acordo com seus interesses. E entre os povos indígenas não tem sido diferente. Acompanhamos entre 2023 e 2024 a construção (ou a tentativa) de candidaturas e a movimentação de segmentos indígenas em relação ao período eleitoral na cidade de Manaus. Pudemos observar a relevância que o “tempo da política” tem conquistado entre esses povos, onde mesmo em eventos voltados para a educação, por exemplo, eram citadas preocupações e anseios sobre tal questão. Um/a representante na Câmara parece ser um desejo de parte considerável dos indígenas, mas até a eleição de 2024

isso não se consolidou. Analisar tal acontecimento nos leva a questões mais específicas sobre como os indígenas vivem e compreendem a própria política e o processo eleitoral.

Manaus se diferencia de outras cidades analisadas em pesquisas sobre comportamento eleitoral indígena por se tratar de uma capital com elevado número de habitantes não indígenas e indígenas. Segundo o IBGE (2022), Manaus/AM é o município brasileiro com maior número de habitantes indígenas, com 71,7 mil habitantes. Em segundo lugar está São Gabriel da Cachoeira/AM, que possui 48,3 mil habitantes indígenas, e em terceiro Tabatinga/AM, com 34,5 mil habitantes. Tal dado, por si só, altera nossa percepção acerca do desempenho de candidaturas étnicas nas eleições municipais. Considerando o quantitativo de pessoas, o voto torna-se ainda mais concorrido e, por conseguinte, um importante objeto de troca.

Por fim, ao observarmos os dados quantitativos recentes, notamos um cenário que reforça a necessidade de uma análise interpretativa. Em 2024, 1.374 eleitores se autodeclararam indígenas, enquanto 109.884 se declararam pardos; 7.026 se declararam pretos; 977, amarelos; e 24.277, brancos. Um total de 1.301.704 pessoas não declararam cor ou raça (TSE, 2025). Esses números sugerem uma possível subnotificação no registro de eleitores indígenas, sobretudo quando comparados à quantidade de indígenas registrados no último censo do IBGE em Manaus no ano de 2022. Nos anos de 2016 e 2020, inclusive, não foi possível identificar a declaração de cor ou raça dos eleitores na capital.

Com o alto fluxo migratório existente na região é quase impossível falar de política eleitoral entre os indígenas sem considerar a trajetória que essas pessoas experienciam em suas regiões de origem. Observamos, através do diálogo com os interlocutores desta pesquisa, que a experiência vivida em seus territórios influencia a forma como irão compreender, interpretar e comunicar o fenômeno político.

Os interlocutores entrevistados neste trabalho são cinco, dois homens e três mulheres que serão identificados por nomes fictícios, além das pessoas com quem conversamos informalmente e daquelas que ouvimos em eventos públicos. Eles vêm de diferentes partes do Amazonas, alguns viveram e cresceram em comunidades tradicionais junto com suas famílias; outros nasceram fora das comunidades, em cidades do interior, mas mantiveram ligação com o território considerado ancestral ou, em outros contextos, construíram essa ligação após um processo de compreensão e recuperação de sua identidade étnica. Essas pessoas, no entanto,

têm em comum o movimento de terem se estabelecido na cidade de Manaus, passando a enxergá-la como um espaço a ser territorializado.

Sendo de etnias, idades e gêneros diversos, essas pessoas trazem consigo trajetórias de atuação em movimentos sociais indígenas e indigenistas, apresentando-se enquanto lideranças, mobilizadores/as, ou participantes que se retiraram da “linha de frente”, continuando a apoiar essas movimentações enquanto idealizam outros projetos. Veremos que esse processo de retirada não é incomum para pessoas com uma longa atuação nas frentes de luta social e política. A participação de nossos interlocutores no campo político tem, assim, ao menos três frentes que se entrecruzam: Movimento social, Espaço Acadêmico e Partidos Políticos.

3.1.1 Interlocutoras e Interlocutores

Observando as narrativas sobre a inserção no mundo político, em diálogo com Ana, uma indígena vinda do Alto Rio Negro, foi possível observar dois eixos que conduziram a sua formação política. Primeiro, a participação em movimentos políticos capitaneados por suas experiências pastorais na Igreja Católica desde que era apenas uma adolescente. E em seguida, a ação do Partido dos Trabalhadores em São Gabriel da Cachoeira, partido no qual filiou-se. Nota-se, também, que essa formação política não incluiu, a princípio, inserção em associações indígenas.

[...] eu começo a conhecer o grupo de jovens da igreja católica, e nesse grupo de jovens, paralelamente, falavam muito de política. É onde eu tenho o primeiro contato da vida política, do que é política partidária. Então nos meus 15 anos eu consigo me envolver numa discussão de política partidária que é o partido que eu estou até hoje, partido dos trabalhadores e trabalhadoras, porque lá [na igreja], internamente, além de discutir, fazer as brincadeiras, oratória [...] discutiam também política, as estratégias de como é que nós, povos indígenas, podíamos estar nesses espaços, nessa instância de discussão de direitos e políticas públicas (Ana, 07 de abril de 2024).

Enquanto conversávamos, ela destacou a importância de ter sido conduzida por outros/as indígenas mais experientes para que pudesse, aos poucos, compreender como funcionava esse mundo político que despertava seu interesse. A visão de ocupar e criar espaços de pertencimento para indígenas na política já era pauta presente nas discussões realizadas entre as décadas de 1990 e 2000. Nesta fase, conta, Ana percebeu a dificuldade de participar das discussões sendo uma mulher, pois, no Rio Negro, há uma forte cultura patrilínea. Isso, aliado às experiências que vivenciou em seu lar, levou-a a ver na política uma forma de fazer alguma diferença na sociedade enquanto mulher indígena: “eu sei muito bem o

que eu quero, desde que eu entrei no movimento eu disse minha pauta são as mulheres” (Ana, 07 de abril de 2024).

Podemos perceber que a percepção política desta interlocutora foi influenciada, dia após dia, a partir de sua inserção no partido. Ao vir para Manaus, enfrentou dificuldades para se adaptar à cidade e à dinâmica que o partido local reproduzia: *“eu vim com uma realidade diferente, sociedade diferente, costumes diferentes”*. Em São Gabriel da Cachoeira, segundo a interlocutora, o partido era dominado por homens, principalmente das etnias Tukano e Desana, que são povos populosos na região. Quando ela chegou ao partido local, buscou reivindicar espaços para que mais mulheres fizessem parte do coletivo. Paralelo a isso, ela se envolveu e mantém uma relação próxima com o Movimento Indígena em Manaus, buscando manejar ambas as articulações. Mas ressalta que por *“estar numa militância seja na política ou estar no ativismo no Movimento, a gente paga um pouco caro”* (Ana, 07 de abril de 2024).

O segundo interlocutor da pesquisa, é José, um indígena que também vem da região do Rio Negro. Ele nos contou que sua trajetória de formação intelectual e política iniciou-se, também, no espaço da Igreja Católica. Apesar das críticas, notamos como a atuação da Igreja Católica incutiu em muitos indígenas o primeiro passo para a percepção da política formal. Entre as décadas de 1970 e 1990 a Igreja Católica ainda atuava de modo tradicional na região do Rio Negro com o objetivo de evangelizar e “educar” os povos indígenas que ali viviam. Esse projeto de viés colonizador modificou de formas profundas o modo de estar no mundo dos povos indígenas da região, que, por muito tempo, vivenciaram uma tentativa de aniquilação de suas identidades e costumes. Tal ação marcou a vida deste interlocutor desde muito jovem.

Vindo de uma família de lideranças comunitárias, José viu o mundo pela ótica da política desde cedo. Ao se mudar muitas vezes para continuar estudando, fez o Magistério e, em dado momento, voltou-se para a vida religiosa. A educação formal era possibilitada pelos Salesianos na região do Rio Negro, por isso muitos indígenas mudaram-se para Manaus e se graduaram em Filosofia e Teologia, amparados pelas Casas de Formação, à época nos bairros São Jorge e Chapada. Este foi o caso de José, que teve seus estudos custeados pela Igreja na cidade de Manaus e cresceu sob as suas regras. Por controvérsias da vida, não se tornou padre, mas fixou-se na capital e casou. Ao falar sobre Movimento social indígena em Manaus nesta fase de início dos anos 2000, José lembrou seu distanciamento inicial, tanto por ter vivido

toda sua juventude dentro da Casa de Formação, quanto pela rotina de trabalho e estudo intensos.

Apesar disso, ressalta a importância dos anos em que atuou na Igreja como agente pastoral, um cargo assalariado, no qual realizava acompanhamento e apoio às comunidades. Essa experiência abriu caminhos para que ele conhecesse as comunidades mais antigas nos arredores de São Gabriel da Cachoeira. Ele nos contou que, no começo, as comunidades ainda não eram organizadas como hoje. Ao trabalhar com a Cáritas, ele pôde contribuir para o projeto que visava criar um movimento de fortalecimento entre as comunidades, além de ver nascer o futuro Movimento Indígena organizado em Manaus.

[...] existiam grupos organizados, mas não eram articulados. Família, associação... existia, mas não era... não havia uma organização maior que pudesse ter um vínculo com outras comunidades. Então nesse trabalho foi criado um movimento indígena que pudesse fortalecer essas bases. [Isso foi] dentro da Cáritas, que hoje é conhecida como COPIME - Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno e [...] eu ajudei a criar, se pensar dessa forma. [...] naquele tempo era muito forte a questão da educação, da saúde, terra e moradia, artesanato e cultura. Eram os grandes eixos desse trabalho que a gente veio fazendo, construindo com eles. Esse era o movimento de Manaus (José, 01 de julho de 2024).

Navegando para as águas do Médio Solimões, nosso terceiro interlocutor é Paulo, um homem que também é oriundo de uma família de lideranças indígenas. Tendo nascido logo após a promulgação da Constituição Cidadã, em um período de efervescência do Movimento Indígena na região, especialmente na figura da antiga União das Nações Indígenas (UNI - TEFÉ), desde muito jovem percebeu a necessidade de estar engajado politicamente ao observar e acompanhar seus familiares: “acho que com doze anos de idade, ou até menos, participei desde criança dos eventos. Mas, com doze anos de idade, foi um período em que eu comecei a pensar que era necessário também se envolver no movimento indígena” (Paulo, 02 de julho de 2024).

Ele compartilhou que aos 16 anos tornou-se Tuxaua na sua comunidade e, ao participar das Conferências e Assembleias, viu na educação sua principal bandeira de luta, pois o acesso à educação formal é “*muito difícil naquela região*”, limitando as possibilidades de emprego. A Educação Escolar Indígena, assim, foi o meio de acesso que o interlocutor teve para construir sua trajetória até se tornar professor bilíngue por meio do Magistério Indígena. Tendo atuado em várias comunidades no Médio Solimões, posteriormente mudou-se para trabalhar na região do Rio Negro e continuar estudando em Manaus.

Nunca deixei de participar de um movimento indígena. Sempre participei de eventos de educação, saúde... Eventos dos territórios étnicos e educacionais, [essa é] uma coisa que eu participei e desenvolvi bastante, né? Sempre assim, com essas

formações. Atuando antes mesmo no movimento indígena. Por isso que eu digo que [...] a minha formação, desde o magistério, graduação, mestrado, tudo é política da afirmativa. Eu digo que eu sou movimento indígena, eu sou uma estratégia do movimento indígena. Não tenho que esquecer dessa responsabilidade que eu tenho. Eu sou eu, na minha atitude de provas que eu tenho que fazer, eu dou o meu melhor pessoal, mas também tenho a minha responsabilidade coletiva devido a essas políticas sociais sendo construídas pelo movimento indígena. Ser um sonho, ser uma estratégia que o indígena, a liderança, antes pensava. E hoje eu estou aqui, né? (Paulo, 02 de julho de 2024).

A percepção pessoal deste interlocutor parece se entrelaçar com a noção de pertencimento a um coletivo, configurando um movimento que se constrói a partir de cada indígena que decide contribuir com as estratégias de fortalecimento social e político. Para Paulo, isso se traduz em uma filosofia de vida marcada por uma dimensão fortemente política, que conduz ao desenvolvimento e à formação de uma “consciência”.

A última interlocutora entrevistada se chama Nara, uma indígena nascida em Manaus, descendente de indígenas da região do Rio Madeira. Sua mãe foi retirada da comunidade ainda muito jovem, passando a viver em Nova Olinda do Norte, voltando para a comunidade apenas em momentos de festa, sendo estas as poucas vivências que conseguiu compartilhar com as filhas. Aos 15 anos, a mãe de Nara foi viver em Manaus, no fim da ditadura militar, e é neste contexto que nasce e cresce nossa interlocutora. Apesar do processo de distanciamento que sua mãe viveu, nunca escondeu que era indígena. Este fato foi um divisor de águas na vida de nossa interlocutora, pois ela vivenciou inúmeras situações de preconceito e violência por parte de sua família paterna não indígena, além dos estereótipos na escola. Porém o processo de aceitação e auto reconhecimento étnico só viria a acontecer ao entrar em contato com outros indígenas na fase adulta, ao se reconectar com seus tios, tias, avós, primos e primas percebeu que “*não era diferente deles*”.

Outra questão formativa importante deve-se à presença da Igreja Católica na vida desta interlocutora. Também por intermédio de sua mãe, passou a frequentar as atividades religiosas e a Pastoral da Juventude. Sofiati (2004) ao escrever sobre o processo de formação da Pastoral da Juventude no Brasil afirma que

[...] Durante os anos 1980, a PJB enfatizava a dimensão política em suas atividades de formação e participava dos diversos movimentos sociais que se organizavam em torno da proposta de redemocratização do Brasil. No entanto, nos anos 1990 ocorre uma reformulação do método, o qual passa a direcionar a formação para as dimensões pessoal e teológica, com uma prática voltada para o interior da Igreja Católica (Sofiati, 2004, n.p).

Nara compartilhou que a Pastoral foi fundamental para sua compreensão e iniciação no mundo da política desde os 12 anos, além de ter sido muito importante no seu processo

identitário pois *“eles falavam sobre as questões da Terra, e foi onde eu comecei a ouvir as primeiras questões político-partidário. Foi onde eu conheci o PT, foi onde eu comecei a entender que existia lutas de mulheres, lutas de pessoas da Terra. Foi nesse lugar”* (Nara, 05 de julho de 2024). Sua iniciação, assim, foi primordialmente religiosa, voltada para questões sociais, mas sem contato com um movimento indígena neste momento. Apenas na Universidade se inseriu em um movimento político-partidário. Ela afirma, também, que seu território é Manaus, e é dessa forma que ela se constrói e fortalece para pensar sua atuação política.

As outras interlocutoras não foram entrevistadas formalmente, mas dialogamos em diferentes situações. Uma delas vem do Alto Rio Solimões, e iremos chamá-la de Lucia; a outra vive na cidade de Manaus e será chamada de Eliane; ambas fazem parte ativa no Movimento Indígena do Amazonas no setorial de mulheres e da juventude, respectivamente.

As trajetórias brevemente apresentadas nos remetem a alguns pontos centrais: a construção e fortalecimento do Movimento Indígena na cidade de Manaus entre o período da Constituinte e o início dos anos 2000; a presença e atuação da Igreja Católica tanto na capital quanto no interior; e a introdução dos jovens indígenas à política social e partidária através destes dois processos anteriores. Verificamos, no próximo tópico, como esse pano de fundo foi fundamental para a formação do que os indígenas entrevistados denominam como Consciência Política.

3.1.2 Experiências pessoais com a política

Ao serem questionadas sobre suas vivências pessoais com a política eleitoral, os e as interlocutoras compartilharam narrativas que, embora partam de diferentes experiências, apresentam pontos de convergência. É importante ressaltar que ao pensarmos a Manaus de quase 30 anos atrás, um contexto histórico-político diferente emerge, especialmente no que se refere aos povos indígenas. Nesta fase de luta por direitos básicos, como terra, educação e saúde, o estigma e o preconceito atuavam como forças de silenciamento, tornando mais custosa a participação dos indígenas no processo eleitoral. No entanto, como acompanhamos nas narrativas, isso dificultou, mas não extinguiu o anseio pela participação ativa na política eleitoral.

Ao lembrar o início da década de 2000, José compartilhou que houve uma mudança visível no quesito candidaturas indígenas na própria capital. Ao considerarmos o cenário

majoritariamente conservador e fechado que a política manauara apresenta, tendo poucas mulheres e pessoas racializadas sendo eleitas, compreendemos porque suas palavras soaram esperançosas. Para ele, a existência de candidaturas indígenas já é um avanço por si só, além de um marco histórico na capital mais indígena do Brasil.

Em Manaus não era tão assim como hoje a gente tem muitos pré-candidatos a vereador, a prefeito. Não tinha essas forças. Também não era tão aproveitado, por aquela questão da cota. [...] Mas eu vejo dessa geração, desse tempo, desse início, uma construção de uma nova história. Os indígenas deixam de ser [apenas] eleitores, [...] porque antes eram simples eleitores, os parentes votavam o que quisessem, sem nenhuma objetividade para as suas comunidades. Mulheres, homens, lideranças que querem ser vereadores, seja aqui na capital ou no interior. Isso é um avanço. Não havia isso [antes] (José, 01 de julho de 2024).

Neste sentido, Paulo buscou elaborar um panorama do Movimento Indígena acerca da política eleitoral. Em suas palavras, o Movimento Indígena entende ser necessária a inserção de mais indígenas na política eleitoral formal e essa necessidade surge porque este é o principal espaço de tomada de decisão no Brasil. O Movimento Indígena, diz ele, faz seu papel de assistência política, ele cobra e denuncia, “sempre ele contra o Estado”, atuando enquanto entidade social, mas “*é necessário pensar que o indígena também deve entrar [no] Estado. E o caminho pra você entrar [na] estrutura do Estado é a política eleitoral. E é muito difícil o indígena ter esse acesso, é muito limitado o indígena ter esse acesso a esse centro de poder*” (Paulo, 02 de julho de 2024).

Um exemplo desta inserção indígena no Estado dado por Paulo é o indígena Maurício Kambeba, que à época da entrevista estava em um segundo mandato como vereador em Alvarães, um município no Médio Solimões. Segundo o interlocutor, a existência de um legislador indígena articulado garantiu várias conquistas para os povos indígenas de Alvarães, inclusive tendo direitos garantidos na Lei Orgânica da cidade, algo que o Movimento Indígena não havia conseguido alcançar antes. Foram garantidos, por intermédio deste vereador indígena, o “*reconhecimento das populações indígenas e o apoio à cultura [no município]. A educação e a saúde [eram] direitos que antes o prefeito cumpria por vontade e não por obrigação, hoje, [há] lei assegurada no município de Alvarães*” (Paulo, 02 de julho de 2024).

Observando esse contexto, a interlocutora Ana relatou sua experiência concorrendo a uma candidatura em um pleito federal. Entre todos aqueles que buscamos contatar e que retornaram o convite, ela foi a única que já havia vivenciado o processo “do outro lado” da política eleitoral. Ao longo de sua trajetória na política partidária, Ana afirma nunca ter

cogitado essa possibilidade. Contudo, ao perceber o uso recorrente de candidatas mulheres como “laranjas”, passou a considerar uma candidatura com caráter de protesto: *“na minha cabeça nunca passou ser candidata, na minha cabeça nunca passou ser alguma coisa dentro do partido, eu só queria contribuir com o que eu sabia”*. Sua decisão também evidencia um aspecto relevante da cultura política local, na qual a participação feminina é frequentemente atravessada por assimetrias de poder e práticas de instrumentalização que limitam sua atuação efetiva.

A narrativa inicial dos interlocutores revela um processo gradual de deslocamento, no qual os indígenas passaram a ocupar não apenas o lugar de eleitores, mas também de candidatos ao longo dos últimos anos na capital amazonense. As incursões realizadas demonstram, acima de tudo, um movimento de “tentativa e erro” vivido por essas pessoas nesse campo. Podemos inferir, assim, o crescente interesse dos indígenas de Manaus pela política eleitoral, embora acompanhado por um distanciamento persistente entre esses indivíduos e os partidos políticos da cidade.

Essa distância torna-se ainda mais evidente durante as campanhas eleitorais. Nas eleições de 2024, ao acompanharmos candidaturas indígenas, observamos também o modo como os partidos publicizaram essas campanhas. Em nossa leitura, quanto mais estreita se mostrava a proximidade entre candidatos e candidatas indígenas e os partidos, maior parecia ser a desconfiança despertada entre seus parentes, com algumas poucas e pontuais exceções.

3.2 As candidaturas indígenas

Por questões “imponderáveis do campo e da vida real”, não conseguimos estar presentes em outros comícios eleitorais, tendo acompanhado a maior parte das campanhas via redes sociais, principalmente pelo Instagram e Facebook. Isso se mostrou uma estratégia interessante, pois, no tempo presente, as redes sociais representam um espaço outro no qual as dinâmicas de interação são realizadas de forma muito mais veloz, de acordo com Rios e Silva (2023). Os indígenas também estão cada vez mais ativos nestes espaços, utilizando as plataformas digitais como meio de potencializar o ativismo sociopolítico e alcançar um público que de outra maneira seria impensável.

Neste cenário, as candidaturas de indígenas também ganham espaço no ambiente digital. A campanha de Vanda Witoto, que teve como base o bairro Tarumã, na Zona Oeste de Manaus, foi bastante difundida via Instagram, considerando que seu perfil se tornou uma

vitrine do trabalho que ela vem realizando. No período da Campanha havia, também, uma Comunidade²⁹ no Whatsapp por onde era possível acompanhar as principais ações da candidata, como suas visitas às famílias, bairros, associações e coletivos, além das suas propostas de campanha. Pontuamos que, apesar de termos entrado em contato com Vanda Witoto e termos tido uma resposta positiva, não conseguimos realizar uma entrevista principalmente por questões de agenda.

Imagem 1 - Material de campanha de Vanda Witoto (2024)



Fonte: material de campanha veiculado via redes sociais da candidata

Outra candidata a movimentar seu eleitorado a partir das redes sociais foi Anne Moura, que estava secretária nacional de mulheres do PT quando concorreu. Tanto via Instagram, quanto via Comunidade do Whatsapp, a candidata buscou se fazer presente para alcançar parte do eleitorado que se mantém mais ativo on-line. Para além disso, a candidata tem como base eleitoral o bairro Coroadó, na Zona Leste de Manaus, tendo montado seu Comitê Eleitoral neste local. Visitamos este comitê em uma oportunidade, quando marcamos uma entrevista com a candidata. Era uma tarde escaldante na cidade de Manaus, quando chegamos ao local e nos informaram que, por conflito de agenda, não seria possível realizar a entrevista. Sem meios de resolver a situação, e sem chance de remarcar a entrevista por estarmos a dois dias das eleições, apenas conversamos com algumas pessoas que estavam

²⁹De acordo com a Central de Ajuda do Whatsapp, “as comunidades do WhatsApp permitem reunir pessoas em grupos de assuntos específicos. Os administradores das comunidades podem enviar avisos com informações importantes para todos os membros. Já os membros da comunidade podem se conectar uns com os outros e encontrar grupos que sejam de seu interesse. Os membros podem receber as atualizações e os avisos enviados a toda a comunidade. Eles também podem organizar grupos menores para discutir assuntos que são de seu interesse com facilidade”.

trabalhando na campanha. Eram principalmente membros dos setoriais da juventude do PT, alguns dos quais já conhecíamos de outros movimentos políticos. Uma moça que estava responsável pela assessoria e redes sociais, comentou, com tristeza, saber que a candidata tinha poucas chances de se eleger, apesar de sua sólida trajetória na política da cidade.

Imagem 2 - “Santinho” de Anne Moura (2024)



Fonte: material de campanha veiculado via redes sociais da candidata

A candidata Pastora Lane Kokama, que teve como base eleitoral o bairro Monte das Oliveiras, na Zona Norte de Manaus, também buscou movimentar sua campanha via Instagram, modo pelo qual a encontramos e entramos em contato. Fomos direcionadas para sua assessoria, representada por uma mulher indígena que se identificou como Cacique Jaguar. Posteriormente soubemos que a assessora também tentou concorrer como vereadora no município de Iranduba, a cerca de 19 km de Manaus, tendo a candidatura indeferida. Ao informar sobre a pesquisa e o nosso interesse em uma entrevista, tivemos uma resposta positiva e marcamos para a semana seguinte, em uma segunda-feira de manhã, no campus da UFAM. No domingo à tarde, entramos em contato novamente para confirmar a entrevista e explicar, novamente, que se tratava de uma entrevista para fins acadêmicos, sem possibilidade de divulgação na mídia. A partir disso a comunicação mudou e pouco tempo depois recebemos uma mensagem de cancelamento da entrevista.

Imagem 3 - Campanha de Lane Kokama (2024)



Fonte: material de campanha veiculado via redes sociais da candidata

Desse modo, continuamos a acompanhar a candidata apenas por suas redes sociais. Verificamos que a candidata Kokama realizou algumas Caminhadas com seus apoiadores, focando principalmente no bairro Monte das Oliveiras. Ela também esteve presente em muitos comícios do candidato à prefeitura Roberto Cidade, filiado ao União Brasil, com o qual estava alinhada via partido Progressistas.

Essas foram as candidaturas que pudemos acompanhar mais de perto. Os demais candidatos foram observados apenas por meio das redes sociais, uma vez que as tentativas de contato não resultaram em retornos viáveis. Em alguns desses casos, constatamos que os candidatos sequer mencionaram sua autodeclaração étnica, tampouco incluíram referências aos povos indígenas em suas propostas de governança. Esse movimento nos levou a refletir sobre os diferentes modelos de candidatura em disputa. Como apontado por nossos interlocutores, existem candidaturas destinadas apenas ao preenchimento de cotas, outras que operam como presença simbólica, e, em menor número, aquelas alinhadas a um plano de ação mais estruturado. Esse quadro diverso evidencia não apenas a diversidade das estratégias adotadas, mas também os desafios persistentes para a consolidação de uma efetiva participação indígena e reconhecida no cenário político-eleitoral da capital. Diante desse

cenário, torna-se fundamental observar como essas dinâmicas se materializam nas trajetórias individuais. É o que se verifica na campanha de Vanda Witoto, cuja experiência nos permite aprofundar algumas das questões discutidas até aqui.

3.2.1 “Vote para eleger a primeira vereadora indígena em Manaus”

Era manhã do dia 17 de agosto de 2024, um sábado abafado e ensolarado em Manaus. No caminho até o bairro Tarumã-Açu, pensávamos sobre o que estávamos prestes a vivenciar. Seria nossa primeira vez em um evento de campanha política, e seria de uma mulher indígena. Passamos por muitas vielas, algumas ruas de “terra batida”, pois apenas as vias principais do bairro tinham asfalto, até então. Notamos uma certa quantidade de igrejas, de diferentes designações, em cada local por onde passávamos. As casas, algumas em madeira, algumas em alvenaria, algumas um misto dos dois materiais. Todas envoltas por muitas árvores, plantas, mato. Chegamos. O motorista do carro por aplicativo perguntou se estávamos no lugar certo. Olhando pela janela vi um local amplo, aberto, com telhado de metal e carros adesivados à frente. Confirmamos.

O evento estava marcado para 08h30, chegamos às 08h50. Não havia começado. No espaço havia um painel com a foto da candidata Vanda Witoto e seu número de urna. Não encontramos nenhuma referência ao seu Partido naquele momento. Posteriormente, percebemos que não haveria quase nenhuma referência ao Partido de origem da candidata. Cadeiras de plástico brancas estavam dispostas pela “Maloca dos Povos Indígenas”, como é conhecido o local. No início, havia alguns apoiadores “de fora” e alguns rostos conhecidos do movimento indígena local. Cumprimentamos algumas pessoas e nos sentamos próximo a um jovem indígena que já havíamos conhecido antes, em uma festa do MEIAM. Conversamos um pouco, notando o atraso do evento.

Às 09 horas chegaram moradores do Parque das Tribos. Eram famílias acompanhadas por suas crianças. Algumas pessoas estavam com adereços, outras não. O número de mulheres foi aumentando aos poucos. Pessoas da equipe de campanha passaram, então, oferecendo adesivos de apoio à candidata. Em determinado momento, acadêmicos de Direito de uma universidade privada da cidade, acompanhados por um professor, anunciaram que estavam presentes e iriam oferecer gratuitamente consultas sobre previdência privada às pessoas ali.

Em seguida, uma pessoa da equipe de campanha – uma jovem mulher indígena – passou oferecendo “ramos” para serem balançados quando a candidata chegasse. “Ela preferiu

assim”, a ouvimos dizer. Percebemos que entre os membros da equipe havia vários indígenas; mas a coordenadora de campanha era uma mulher branca que se identificou como parte da sigla LGBTQIAP+.

Após uma longa espera, sob um forte calor, foi anunciado que a candidata havia chegado. Era cerca de 10 horas da manhã. Todos levantaram os ramos. Estavam tocando músicas de artistas indígenas. Aqueles que conheciam as músicas cantavam juntos. A candidata entrou acompanhada por sua família, usando adereços e um cocar, símbolo já conhecido de suas aparições públicas. Ela segurava a mão de três crianças também vestidas com adereços indígenas e segurando maracás. Essas são suas sobrinhas. A criança mais velha se tornou um marco no período da campanha por sempre estar com a tia, aparecendo inclusive em seus vídeos promocionais nas redes sociais. A candidata, então, passou cumprimentando cada pessoa presente com abraços e sorrisos, agradecendo o apoio e a presença, ouvindo palavras de apoio de volta.

A coordenadora de campanha chamou o Pajé, Jaime Diakara, do povo Desana, para fazer o rito de abertura da campanha. Ele realizou as defumações e falou palavras de proteção, benção e apoio à Vanda, a maior parte em sua língua materna e o restante em português. Havia uma espécie de palanque no centro da Maloca, no qual a candidata deveria ficar para falar com o público, mas ela rejeitou a ideia. Descalça, começou a falar algumas palavras na língua witoto e depois discursou em português.

Em algum momento, um candidato à prefeitura chegou ao local, sendo recebido de maneira calorosa por aqueles que estavam à frente da campanha. Era Marcelo Ramos, candidato do Partido dos Trabalhadores naquele pleito. O candidato demonstrou forte apoio à Vanda, sendo também a primeira vez que um candidato ao principal cargo do Executivo municipal foi até o Parque das Tribos e apoiou diretamente uma indígena. O gesto pareceu ter sido aprovado pelos presentes. Uma frase marcante do candidato foi *“você sabe o quanto eu te quis como vice, mas essa galera (os indígenas) te quiseram na câmara”*, em referência às articulações anteriores entre PT e REDE.

Imagem 4 - “Santinho” de Vanda Witoto (2024)



Fonte: material de campanha veiculado via redes sociais da candidata

Em determinado momento, apoiadoras e apoiadores foram chamados pelos nomes para irem até a frente da multidão ali presente. Aos poucos, indígenas e não indígenas, todos foram dando as mãos. A quantidade de pessoas ultrapassou o espaço do “palco”. Depois, a coordenadora da campanha pediu para que cada um se apresentasse e fizesse uma pequena fala de apoio à candidata. Neste momento, cada pessoa expressou os motivos que as levavam a apoiar e a acreditar na candidatura da indígena Witoto. Não conseguimos ouvir o nome de todos, mas as falas que registramos expressaram opiniões que nos levaram a refletir sobre o comportamento eleitoral dos indígenas, o que leva uma pessoa a votar ou não votar em um candidato indígena e, acima de tudo, o que esperam de uma candidatura.

Em relação a isso, Sabá Kokama disse que “*ela é uma mulher de coragem [...] e já [nos] deu muito mais que prefeito e governador em Manaus*”, provavelmente referindo-se aos projetos sociais realizado e/ou apoiados pela ativista no Parque das Tribos; Lutana Kokama afirmou que “*ela sabe a luta e a realidade da mulher indígena*”; outras pessoas continuaram a falar coisas como “*são 41 vereadores e a gente nunca se viu representado*”; “*eu confio no teu preparo*”; “*ela não é alguém que eu não sei quem é*”; “*nós somos 70 mil indígenas em Manaus, então por que não? Vamos colocar Vanda na câmara*”. Essas falas, em específico, evidenciam aspectos personalistas associados à figura da candidata, onde os seus possíveis

eleitores ressaltam méritos e qualidades pessoais da candidata e relações de proximidade, mais do que suas propostas ou pertencimento partidário.

Alva Rosa Tukano foi quem fez uma fala mais voltada para o aspecto partidário, afirmando que estavam ao lado dos partidos progressistas e que “*o Partido dos Trabalhadores tem projeto para os povos indígenas*”, apontando para a presença de Marcelo Ramos neste evento de campanha da Vanda Witoto. Novamente, não houve referência específica ao partido REDE, anfitrião do evento.

Vanda Witoto, ao se pronunciar, afirmou que este era um momento muito especial para as mulheres e povos indígenas, e fez um apelo: “*nós precisamos entender o que é a política de verdade. Política não é cesta básica, parente*”. Com bastante emoção em sua voz e feição, ressaltou que sua candidatura pretendia partir de um lugar que não queria “manchar” o povo indígena, pois neste momento ela não era apenas Vanda Witoto, mas antes, uma mulher indígena, que compreendia e compartilhava a realidade daqueles que estavam presentes e tantos outros que não estavam. A candidata tocou, novamente, na questão da compra de votos que acontece entre os indígenas, ponderando que “*nós não podemos votar em quem nos dá cesta básica*”. Segundo o discurso de Vanda Witoto, podemos afirmar que as costumeiras práticas clientelistas executadas por partidos e candidatos em períodos eleitorais para cooptar votos indígenas demonstram ser um dos empecilhos para as candidaturas indígenas.

A candidata, que chama seus apoiadores de “formigas” ou “formigueiro” em referência ao seu próprio nome indígena, *Derequine*, que significa “formiga brava”, continuou seu discurso com palavras encorajadoras afirmando que acreditava em seu povo e que “*esse é o formigueiro que vai sair desse território para mudar a política de Manaus*”, pois, assim como Ludimar Kokama também declarou, há uma movimentação que compreende a cidade de Manaus enquanto um território tradicional. Dessa forma, ocupar espaços na política local, nas palavras da candidata Witoto, “*não é invasão, é retomada de território*”, sendo necessária a adesão e comprometimento dos parentes, pois “*a nossa luta não avança sem o coletivo*”.

4 CAPÍTULO 3 O eleitor indígena em perspectiva: Parente vota em Parente?

*Essa pátria pertence aos povos indígenas
Antes da coroa existia o cocar!*

(Brasil – Terra Indígena, Boi Caprichoso, 2023)

Em “O eleitor brasileiro: uma análise do comportamento eleitoral”, Elis Rejane H. Radmann (2001) destaca que compreender as razões do voto entre eleitores das camadas populares exige um olhar que ultrapasse explicações puramente racionais. Para isso, é necessário integrar os elementos da cultura política às dimensões sociológica e psicológica, reinterpretando essas perspectivas à luz da realidade brasileira. Essa integração permite-nos interpretar o comportamento eleitoral de modo mais amplo, considerando não apenas os condicionantes estruturais que moldam as escolhas, mas também as interações cotidianas, os vínculos sociais e os sentidos compartilhados no interior dos grupos socioeconômicos a que pertencem os eleitores.

A partir dessa perspectiva teórica, Radmann (2001) apresenta os diferentes perfis de eleitorado que podem ser identificados no Brasil, analisando-os segundo seu comportamento eleitoral na escolha de partidos e candidatos. Contudo, ao investigarmos o eleitor indígena e seu comportamento eleitoral encontramos dificuldade para “alocá-lo” em uma categoria. Isso ocorre, talvez, porque o comportamento eleitoral indígena não parece seguir um único padrão específico. No voto étnico articulam-se diferentes dimensões e problemáticas, o que torna sua análise multifacetada.

À luz dessas considerações, voltamo-nos às narrativas dos interlocutores com quem dialogamos para compreender como percebem o processo eleitoral de modo específico. Nosso objetivo está em analisar a visão que expressam sobre como os “parentes” estão votando e se articulando politicamente. Também analisamos suas respostas à questão “parente vota em parente?” e como essas percepções se relacionam com a compreensão da burocracia eleitoral que esses eleitores possuem.

Entre essas falas, destaca-se a de uma indígena do Alto Rio Solimões referenciada como Lúcia. Ao ser perguntada sobre sua visão da política eleitoral, expressou que para os povos indígenas a política partidária envolve tudo o que precisam, principalmente “[...] *a luta pelo nosso território, porque para nós território é vida. Depois do território vem o que forma toda essa necessidade que nós temos, que nós precisamos, a educação, a saúde, a segurança, a seguridade social*” (Lúcia, setembro de 2024). Ela desenvolveu as questões, elencando o conjunto de necessidades que os indígenas, como um todo, possuem. Na sua visão, mostra-se fundamental preparar jovens e adultos para o mercado de trabalho e a sociedade a partir da qualificação educacional, especialmente “*para aqueles índios que estão no contexto urbano*”. Além disso, lembrou a importância das questões de aposentadoria e direitos sociais que estão garantidos na Constituição e que, apesar dos pesares, garantem seguridade para que possam continuar vivendo seja nas aldeias ou na cidade grande.

[...] Nós queremos ter o nosso direito, né? E a política partidária para nós representa isso. Ela representa a busca, a luta que viria para complementar tudo aquilo que nós precisamos dentro da cidade de Manaus e dentro das nossas aldeias, dentro dos nossos municípios também, porque onde hoje índio está, seja na capital, nos interiores, nas suas aldeias, nós precisamos que essa política pública chegue até nós através de nossos votos, né? Porque nós, quando o cidadão vota, nós sabemos, nós que estamos na frente, nós sabemos que nós votamos para poder acontecer melhoria para nós, apoiar, buscar apoio para a nossa qualidade de vida, tudo aquilo que nós precisamos, né? A política para nós que estamos na frente de luta, ela representa tudo isso, entendeu? (Lúcia, setembro de 2024).

Ao questionarmos o que Lúcia pensava sobre a compreensão dos parentes em geral sobre o processo eleitoral, ela relatou que, ao seu ver, os indígenas que estão na capital têm mais informação que os indígenas das aldeias e calhas de rios, por isso, eles “*eles têm consciência da importância da política; eles têm muito entendimento em relação à política, à política partidária*”. Apesar da primeira opinião ser que os indígenas na cidade compreendem melhor a política partidária, ela relata o baixo apoio que as candidaturas de indígenas recebem na capital manauara.

Mas, quando se trata do candidato, [quando] temos candidatos indígenas, eles não votam muito, não acreditam muito no candidato indígena, não apoiam o candidato indígena, a maioria, né? Poucos apoiam, poucos entendem a importância de ter suas representatividades nesse nível, né? Da política municipal para indígenas, para a população indígena (Lúcia, setembro de 2024).

As falas indicam uma tendência em responsabilizar os indígenas em Manaus como aqueles que entendem a importância de ter um representante no poder, especialmente para garantir o acesso a necessidades como moradia digna e território, saúde, segurança e direitos

sociais, como já pontuado em outros momentos. No entanto, poucos indígenas que passam a viver na capital parecem ter “*esse interesse de apoiar, de reconhecer isso*”. Isso corrobora com a fala de Ana, a qual afirmou “*infelizmente nós, indígenas, só votamos nos brancos, ninguém vota na gente. Na mídia diz ‘parente vota em parente’, mas não vota, não vota não*” (Ana, 07 de abril de 2024).

Por ter participado de uma candidatura, essa mulher indígena nos revelou que é muito difícil conseguir votos de outros indígenas. Ao contabilizar os poucos votos que recebeu, notou que recebeu mais votos de eleitores não indígenas e cerca de 20 votos vindos de eleitores indígenas. Outro exemplo foi a candidatura da indígena Kokama Perpétua Suni em 2016, citada por José, que à época recebeu 122 votos. Nas palavras dele “*ela não é eleita, né? não é eleita pelos parentes mesmo*”. Vanda Witoto, em entrevista concedida ao portal Amazonas Atual em outubro de 2022 sobre as dificuldades em realizar sua campanha para Deputada Estadual no Amazonas, relatou que por ter pouco poder econômico e ser uma mulher indígena não recebeu o apoio esperado dos próprios indígenas: “*O que é que acontece na cabeça de alguns parentes? Por a gente não ter dinheiro, eles não votam e olham para esses homens brancos que têm o poder econômico, chegam de jatos nos seus territórios e se impressionam e acham que vão fazer alguma coisa*”.

Isso nos levou a questionar: por que as candidaturas de pessoas conhecidas e articuladas dentro do Movimento Indígena organizado não recebem apoio e votação expressiva dos próprios indígenas?

Para a indígena Lúcia, a maior parcela dos apoiadores de candidatos e candidatas indígenas são, ou deveriam ser, pessoas “*que atuam no movimento indígena como associações, organizações e comunidades*”. No entanto, a falta de apoio de muitos parentes enfraquece as candidaturas. Dentro das comunidades, ela cita, existem lideranças que publicamente não apoiam essas candidaturas, optando por apoiar candidatos não indígenas quando estes prometem algum tipo de apoio: “*claro que [o candidato] vai apoiar a política dele como cacique, mas não o direito dos povos indígenas*”. Isso influencia, também, o voto de outros indígenas que estão nessa rede de relações, o que compromete o apoio local que as candidaturas indígenas poderiam vir a receber.

Porque quando a gente luta, tem um grupo que não luta, que já se deixa levar por assédio de promessas de dinheiro, que são comprados, que vendem seus votos, e acaba dividindo, tirando esses votos, para que esses parentes cheguem nesses órgãos, sendo eleitos como vereador, para poder representar o povo, lutar pelo direito do povo, então faz com que isso não avance, faz com que todos esses sonhos não se concretizem em questão de conquista do direito, de eleger uma representante

indígena, uma representante, ou então um representante. Então, isso atrapalha muito esse tipo de visão (Lúcia, setembro de 2024).

Ainda na mesma entrevista ao portal Amazonas Atual, Vanda Witoto complementou seu pensamento, expressando com tristeza a dura realidade que permeia o comportamento eleitoral dos indígenas que vivem em condições de baixa renda:

[...] as pessoas não têm o que comer, não têm minimamente dignidade, trabalho, nenhuma perspectiva de muita coisa. Então elas olham esse período como uma única chance. Elas sabem que esses representantes não vão fazer nada por elas, então ‘ah, a única coisa que eu tenho é o meu voto e eu vou vender mesmo’ (Vanda Witoto, outubro de 2022).

Na visão da indígena Ana, que fala enquanto integrante de uma bandeira partidária, “o Movimento [Indígena] diz que nós não somos próximos deles como partido, que a gente tinha que falar, dialogar. Mas eu acho que a partir do momento que tu conhece a luta da pessoa, tu consegue a partir daí acompanhar, apoiar o candidato”. Isso não acontece, pois muitos parentes optam por apoiar candidatos não indígenas que estão geralmente em vias ideológicas consideradas mais conservadoras e prometem retornos: “a gente é muito iludido, sabe? ‘vamos votar no Roberto Cidade’³⁰, porque o Roberto Cidade vai me dar uma rabeta’. Eu troco minha vida, meus direitos, por uma rabeta” (Ana, 07 de abril de 2024).

Além disso, há uma parcela dos indígenas que apoiam pautas que estão fora dos interesses publicamente defendidos pelo Movimento Indígena, como a mineração em terras indígenas, e por consequência buscam apoiar candidatos com esta base de propostas. Como exemplo temos o deputado estadual e ex-vereador Sinésio Campos, filiado ao PT e atual presidente estadual do partido. Sendo bastante apoiado por parte dos indígenas no interior e na capital, em várias oportunidades o deputado falou sobre “defender a exploração de mineração em áreas indígenas de forma ecologicamente sustentável”³¹.

Essa interação de troca pode ser classificada como uma prática de cunho clientelista (Alcantud, 1997), na medida em que o voto é compreendido, nestes contextos, como parte de uma rede de relações de reciprocidade ‘assimétrica’ entre os eleitores indígenas e os candidatos não indígenas. Nas narrativas apresentadas, observamos que o ato de votar não foi lido de forma restrita, ou seja, para alguns interlocutores tratou-se menos de um exercício de

³⁰ Roberto Cidade é um político amazonense, reeleito deputado estadual em 2022 e presidente da Assembleia Legislativa do Amazonas (ALEAM). Após deixar o Partido Verde (PV) no qual tinha sido eleito deputado em 2018, filiou-se ao UNIÃO BRASIL em 2022, ocupando também a atual liderança do partido em Manaus (Estado Político, 2022).

³¹ Vide, por exemplo, o vídeo disponível no canal oficial da Assembleia Legislativa do Amazonas, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-463pV4y51M>. Acesso em 12. out. 2025.

direitos políticos e mais de uma ação inscrita na lógica das retribuições. Para uma parcela dos indígenas, o voto ainda é percebido como um meio de acesso a benefícios diversos, como assistências médicas, instrumentos de trabalho, meios de transporte, combustível, alimentação e alvarás, entre outros, como visto na fala de Vanda Witoto acima.

Neste contexto de disputas financeiras e de influências, essa lógica de trocas também se reflete na construção das candidaturas dos indígenas. Há quem afirme que os indígenas que almejam ser candidatos não fazem um trabalho contínuo e têm pouco diálogo com os parentes que devem formar sua base eleitoral, o que pode minar a possibilidade de apoio para a campanha e uma possível eleição.

[...] porque não dialoga, só dialoga com aqueles comitês, só com aqueles do partido. Então acho que isso acaba tendo [só] proposta do partido e não do Movimento. Não se constrói proposta de mandato, só dos partidos. Então, eu vejo assim, por que não é apoiado? Porque não nasceu da base, do movimento indígena, das associações, das famílias, aquela proposta, nós que fizemos o nosso parente ser aprovado para ser implementado, não existe sabe? (José, 01 de julho de 2024).

Este trecho nos traz algumas questões importantes para reflexão. Primeiro, a questão do diálogo é frequentemente levantada pelos eleitores como um fator de distanciamento com os candidatos e, por consequência, de desconfiança; Segundo, a ideia de que as propostas de campanha são exclusivas do partido, sem intervenção da militância. Isso pode ser verdade em alguns casos, como aqueles que apenas se autodeclararam sem movimentar pautas indígenas, mas as candidaturas que acompanhamos de perto e que são de militantes do Movimento costumam ser construídas pelas duas vidas - alinhamento com o partido e interesses do Movimento. Terceiro, o apoio dos indígenas parece estar condicionado à influência e reconhecimento que a pessoa candidata tem dentro dessa rede de relações que compõe o Movimento Indígena em Manaus. Candidaturas oriundas da “vontade pessoal” ainda parecem receber desconfiança dos parentes.

Independente da origem das candidaturas, uma parte considerável de eleitores indígenas apontam, insatisfeitos, a falta de boas propostas para o Movimento quando há indígenas no pleito. No entanto o que observamos pode ser traduzido como uma falta de confiança na figura da pessoa indígena que se lança candidato/a, como dito anteriormente e também observado na seguinte fala de Ana: “*pra mim tem proposta boa, pra mim realmente [têm] pessoas preparadas para estar lá, mas um problema é que a gente não quer acreditar se não for um homem branco, uma pessoa não indígena falar*”.

A primeira vez que ouvimos algo neste sentido foi em outubro de 2023, quando um indígena Dessana compartilhou, em uma conversa informal, que a política eleitoral “*é uma confusão*”. Por essa razão, segundo ele, é comum ouvir que “*não têm pessoas de confiança*” para serem candidatas. Na sua avaliação, o próprio movimento indígena é muito fragmentado e a questão partidária “*acaba interferindo bastante*”. Essa fragmentação do Movimento foi também apontada por outros interlocutores como um fator que dispersa as pautas ao segmentá-las e, por consequência, enfraquece a mobilização em torno do apoio às candidaturas indígenas. Contudo, ao nosso ver, essa explicação não é definitiva para compreender o baixo apoio às candidaturas pelos próprios indígenas.

Essa questão se relaciona profundamente com a construção da democracia no Brasil, que centraliza a figura da pessoa, em detrimento do indivíduo, na constituição das relações sociais. A *pessoa* aparece como o signo da lógica da *ajuda*, da dependência, do paternalismo e do clientelismo na esfera política (Chaves, 1996). Em pesquisa realizada na cidade de Buritis, no interior de Minas Gerais, Chaves (1996) observou que a categoria pessoa possuía significados mais amplos do que as leituras teóricas iniciais previam. Ao focar na noção da *boa pessoa*, percebemos que a descrença expressa na fala dos indígenas decorre mais da desconfiança, como já mencionado, do que do desconhecimento sobre “quem é aquela pessoa”. Nas entrelinhas, revela-se a percepção de que os indígenas ainda não estariam preparados para serem *bons políticos*.

Essa percepção se insere em uma lógica mais ampla da política brasileira, na qual a figura da *pessoa* adquire centralidade. Para citar dois aspectos identificados por Chaves (1996) que também dialogam com o caso aqui analisado, a autora observou que

a) pessoa não é apenas uma categoria socialmente investida de valor, como possui, além disso, um significado capital na vida política. É exatamente o conteúdo significativo da pessoa que confere a seu emprego eficácia política durante as campanhas eleitorais; b) a centralidade da pessoa como valor político - ser uma boa pessoa como requisito do bom político - está em veicular um sentido de igualdade [...] (Chaves, 1996, p. 132).

Parte do eleitorado indígena ainda toma a figura da *pessoa*, e especialmente da *boa pessoa*, para decidir seu voto, sem um aprofundamento em propostas ou filiações partidárias. Como relatou o interlocutor José, “*no caso dos eleitores antigos, de idade, eles apenas são convencidos de que aquela pessoa é boa, mas não escutam o conteúdo das propostas*”. A percepção de bom político permanece, assim, fortemente associada à figura da pessoa, sobretudo entre o eleitorado menos familiarizado com as burocracias do processo eleitoral. A

relação com os candidatos se constrói a partir da imagem que é veiculada publicamente ou, em alguns casos, pela influência de terceiros. Expressões como “*aquele cara fala bonito*” ou “*alguém apresentou [e disse] que a pessoa vai ser bom vereador, bom prefeito*” são recorrentes nesse contexto.

4.1 “Nós, indígenas, não somos da cultura de burocracia”

Em nossa investigação, constatamos que persistem ainda outras fragilidades que atravessam o comportamento político dos eleitores indígenas. Destaca-se, entre elas, a limitada compreensão dos aspectos burocráticos que estruturam o processo eleitoral, já mencionado anteriormente, o que reflete não apenas a ausência de um processo contínuo de formação política, mas também a distância entre os códigos formais da política institucional e as experiências cotidianas da pessoa indígena. Trata-se de uma fragilidade amplamente reconhecida pelos interlocutores consultados, que a interpretam como parte das dificuldades de transitar entre universos normativos distintos.

“*A cultura política brasileira nunca foi pensada para os povos indígenas*”, foi o que ouvimos da indígena Nara ao ser questionada sobre a compreensão das burocracias eleitorais por parte dos indígenas. Sua fala sintetiza uma realidade histórica: a cultura política do país, moldada por uma lógica estatal centralizadora e sustentada por práticas clientelistas e patrimonialistas, excluiu sistematicamente os povos indígenas das esferas estatais de decisão. Diferentemente de outros países latino-americanos, como a Bolívia, a política brasileira não promoveu a inserção consciente dos povos indígenas nesses espaços. Essa exclusão é também um legado do projeto instaurado durante a Ditadura Militar, que concebia a Amazônia como um território vazio e, portanto, passível de intervenção, mesmo tendo pleno conhecimento das populações indígenas que habitavam a região. Como mencionado anteriormente, a perspectiva estatal era de eliminação ou integração, e a existência indígena segundo seus próprios conceitos era pouco compreendida ou aceita. Diante desse contexto histórico, ainda que relativamente recente, a inserção política dos povos indígenas permanece fragilizada.

Aníbal Quijano (2005) no célebre texto “Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina” reflete acerca da formação da colonialidade na América com a invenção da “raça” para legitimar a dominação de povos não europeus, o que incluiu a subordinação histórica dos povos indígenas. A exclusão estrutural dos indígenas do poder político e institucional causou e causa a repressão das formas de produção de conhecimento desses povos, os quais têm seus “padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus

padrões de expressão e de objetivação da subjetividade” deslegitimados, conforme aponta Quijano:

[...] os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade (Quijano, 2005, p. 118).

Dessa forma, compreendemos que os povos indígenas foram estruturalmente submetidos a uma posição de subalternidade dentro do padrão de poder colonial/moderno, o que produziu uma situação estrutural de inferioridade social. As burocracias do Estado Nacional constituem, assim, obstáculos para a participação desses povos nos pleitos eleitorais com equidade. Ao nosso ver, a dificuldade na compreensão das dinâmicas e procedimentos burocráticos não decorre da incapacidade, mas de um processo histórico de ignorância produzida, no qual o saber indígena foi sistematicamente inferiorizado e marginalizado.

Em conversa com Nara, foi problematizada a linguagem utilizada pelo Estado e a falta de identificação do Movimento Indígena como um movimento social de trabalhadores, por exemplo. Ela observa que *“a fala, a linguagem utilizada pela política, partidária ou não, não consegue atingir o conjunto da categoria do Movimento Indígena porque os vocabulários e a forma como é dito, têm pouco a dizer sobre a vida dos povos indígenas [...]”* (Nara, 05 de julho de 2024). Essa dificuldade pode ser explicada, em grande medida, pelo fato de que as burocracias do Estado operam em uma linguagem e em uma racionalidade que não dialogam com os referenciais simbólicos e comunicativos dos povos indígenas. Sendo uma linguagem que, na perspectiva de Quijano, expressa a colonialidade do saber, ao negar validade a outras formas de conhecimento e organização social. Tal cenário também se relaciona à ausência de um processo formativo que favoreça a compreensão da política.

A interlocutora Nara afirmou que *“os parentes não têm esse processo de formação, de intersecção política, estabelecida [...] sobre o que é um movimento de esquerda, o que é um movimento de direita. A imensa maioria dos parentes não têm esse processo formativo”* (Nara, 05 de julho de 2024). Para ela, isso acontece pois dentro do Movimento Indígena *“não tem uma pasta, um projeto, uma política voltada para se construir formações políticas”* básicas, e não necessariamente partidárias. Assim, explica, muitos indígenas não possuem uma percepção clara sobre o que distinguem os campos da esquerda e da direita, o significado de programas políticos e sociais, ou o lugar que ocupam enquanto sujeitos de uma história política em movimento. Essa situação se reflete, de certo modo, no comportamento eleitoral

dos indígenas em Manaus, perceptível tanto na expressiva votação em candidatos contrários às pautas indígenas quanto na presença de candidaturas indígenas filiadas a partidos historicamente opositores às minorias.

Ao chegar o período de discussão política, *“os parentes são inseridos através das fragmentações”*, afirma Nara, que seriam as necessidades específicas de cada local onde vivem esses indígenas. Em Manaus, podemos pensar em espaços como o Parque das Tribos, os assentamentos nas zonas rurais ao redor da cidade e/ou nas periferias. A percepção está em sanar as dificuldades mais próximas ao invés de pensar em projetos de longo prazo. *“Eles não são convencidos pela construção de um programa partidário, [...] pelas coligações que são feitas, porque não faz sentido para eles essa discussão de maior, de análise de conjuntura. O que faz sentido é sanar a dificuldade real que existe naquele momento”* (Nara, 05 de julho de 2024), é a partir dessa dinâmica, então, que parte dos indígenas depositam seus votos em candidatos não indígenas, pois quem tem um discurso focado, mesmo que superficialmente, em “sanar as dificuldades reais” são candidatos já estruturados de partidos entre o Centro e a Direita.

4.2 Dilemas e estratégias: o voto indígena

A reflexão sobre o voto do eleitor indígena tem ganhado notoriedade no campo científico. Trabalhos como os de Pataxó, De Paula e Verdum (2023), Rufino (2023), Baniwa (2022), Souza Lima e Oliveira (2022), De Paula e Verdum (2020), Souza Lima (2015), Silva (2014) e Ávila (2003) evidenciam a emergência do tema ao longo dos anos, à medida que os povos indígenas se tornam sujeitos ativos do processo político-eleitoral³². Mais recentemente, observa-se o crescimento do número de pesquisadoras e pesquisadores indígenas publicando sobre o assunto. Um exemplo é o material “Participação indígena em eleições: desafios técnicos e políticos no processo eleitoral brasileiro de 2022”, organizado por Ricardo Verdum, Luis Roberto de Paula e Antonio Carlos de Souza Lima, cujo sumário reúne seis capítulos, três deles de autoria de mulheres indígenas.

Esse conjunto de pesquisas não apenas evidencia a crescente participação indígena na política, mas também suscita reflexões sobre as formas como o voto indígena pode ser interpretado, em especial nas eleições municipais. Na literatura, o voto étnico indígena é

³² Na Biblioteca Digital do TSE-JUS é possível encontrar cerca de 705 trabalhos voltados para a questão indígena em contexto político-eleitoral. Para mais informações vide: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/search?spc.page=1&query=ind%C3%ADgena>. Acesso em 03. nov. 2025.

entendido como um fenômeno que se manifesta sobretudo em Estados pluriétnicos, como é o caso de grande parte dos países latino-americanos. Na Bolívia, por exemplo, onde uma parcela expressiva da população se autodeclara indígena, o voto étnico constitui um elemento central nos processos eleitorais (Prudencio, 2018). No caso brasileiro, entretanto, a população indígena representa uma proporção significativamente menor da população total, o que faz com que o voto étnico assuma características distintas, manifestando-se de maneira mais difusa e simbólica, ainda que politicamente relevante diante das recentes mobilizações e da crescente presença indígena nas arenas eleitorais.

Dessa forma, o voto étnico pode ser compreendido como aquele em que as preferências eleitorais são orientadas, total ou parcialmente, por identidades étnicas compartilhadas, manifestando-se na escolha de candidatos percebidos como representantes do próprio grupo ou de suas demandas coletivas (Chandra, 2005; Birnir, 2006)³³. Em outras palavras, trata-se de um comportamento político em que a identidade cultural se converte em critério de decisão eleitoral.

No entanto, em nossa investigação observamos que não poderíamos reduzir o voto dos indígenas apenas à dimensão étnica. Os eleitores indígenas, assim como os não indígenas, consideram diversos fatores para depositar o voto. As afinidades pessoais, promessas de campanha, os vínculos comunitários, e até as estratégias locais de um grupo são, também, determinantes para esse voto. O voto indígena também é contextual. É sob essa perspectiva que, em nosso trabalho, consideramos o voto do eleitor indígena como uma forma de voto étnico, sem, contudo, restringi-lo a essa categoria.

Para uma parte de nossos interlocutores, “*o voto indígena não é um voto consciente*”. No entanto, isso não significa que ele não tenha um significado e uma intenção.

O voto indígena não é um voto consciente, ele é um voto da necessidade da sobrevivência. Ele é um voto da tentativa de resolver um problema real que a gente tá vivendo. Não é um voto com um projeto de sociedade, com um projeto de nação, não é um voto que entende o que é um programa partidário. Não é um voto desonesto, não é, é um voto sincero. Só que é um voto tentando resolver o seu problema imediato (Nara, 05 de julho de 2024).

Como observamos neste trecho, a fala desta mulher indígena expressa uma dupla visão do voto indígena: o **voto da necessidade** e o **voto da consciência**. Em nossa

³³ Vide o trabalho “Ethnic Electoral Politics”, publicado em 2007 pela editora da Universidade de Cambridge, desenvolvido por Johanna Birnir, professora de Governança e Política na Universidade de Maryland <https://johannabirnir.com/research.html>.

perspectiva, o termo voto da consciência pode significar aquele que é informado e direcionado para um objetivo que visa a execução de um projeto maior, como o projeto que o Movimento Indígena e o Indigenista vem fortalecendo nos últimos anos³⁴, enquanto o voto da necessidade pode se referir àquele orientado a partir das necessidades concretas vividas pelos eleitores. Nesse sentido, é possível perceber que uma parcela considerável dos indígenas do Amazonas reproduz o comportamento relatado pela interlocutora, evidenciando o voto da necessidade em contextos de vulnerabilidade social, econômica e política. A compreensão limitada dos programas partidários, apesar de ser uma barreira para o voto consciente deste eleitorado, não se torna empecilho para o voto da necessidade, pois as motivações estão ancoradas nas particularidades da realidade de cada um.

Durante as entrevistas conduzidas, os interlocutores procuraram traçar paralelos entre a capital e os municípios, evidenciando que, no que diz respeito aos povos indígenas, a forma como o aparato eleitoral atua é semelhante. Abaixo escolhemos reproduzir integralmente a fala compartilhada por uma das interlocutoras, Lúcia, cuja sensibilidade no relato demonstra, de maneira particularmente expressiva, o tratamento recebido por esses povos ao longo do tempo da política.

Não vejo muita diferença, porque o índio sofre muito assédio. Assédio porque a nossa população é assediada, elas são pegadas pelas suas necessidades. Nós somos um povo bastante vulnerável com as nossas necessidades, com a nossa alimentação, com toda a nossa necessidade como ser humano, porque o índio vive de agricultura, de pesca aqui no interior, de venda do seu artesanato, ele [...] tem muito pouco, como diz assim, ele não tem uma renda suficiente para sustentar a sua alimentação [e a] da sua família principalmente, eles não têm muita perspectiva de vida. [Nós] não temos muita coisa, porque nós vivemos com pouca coisa em questões econômicas, e isso faz com que eles [os indígenas] se tornem vulneráveis, muito vulneráveis para os assediadores no período eleitoral.

E na maioria das vezes, o que eu estou vendo agora, eu tenho 50 anos e eu tenho mais percepção das coisas que acontecem, avaliando, sempre fazendo avaliação do tempo. A gente vê hoje esses não-indígenas, sempre o majoritário não são indígenas, no caso, os candidatos a prefeitos, eles assediam muito os nossos caciques, com coisas que durante 3 anos, quando o prefeito é eleito, ele não atende os nossos caciques. Não atende quando é pra levar demanda. Eles passam 3 anos sem ser atendidos, ou [são] mal atendidos. Eles, às vezes, são atendidos, mas mal atendidos, mal recebidos pela política, eles entregam sua demanda e essas demandas ficam 3 anos sem resposta. E quando chega a véspera de eleição, eles [os políticos] querem inventar tudo.

Querem implantar agora, que aqui estamos na seca, aqui no Alto Solimões, onde eu estou, aqui está seca, o rio está seco (setembro, 2024). [...] Ano passado, nós também sofremos a mesma seca de agora, na época eles guardaram até rancho. Esses prefeitos que estão no poder, eles guardaram até o rancho que o governo

³⁴ Exemplo disso é a campanha indígena promovida desde 2022 pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) para a consolidação da Bancada do Cocar.

passou, verba, recurso, e estão fazendo politicagem agora, entregando para as comunidades, já querendo comprar a consciência desses eleitores, com a mesma coisa que o governo federal passou para o Estado [do Amazonas], e o Estado passou para o município, principalmente recursos [financeiros].

Aí não fizeram no ano passado, estão fazendo tudo no período eleitoral. A gente sabe que isso é um assédio, isso é crime, é crime eleitoral, mas como a comunidade, eles deixaram a comunidade a mingua, como se diz assim, ao escasso, com suas necessidades, é uma coisa que só a senhora vendo, é muito triste isso. Aí eles vão trabalhar, pegar as pessoas dentro das suas necessidades para fazer tudo na véspera anterior [às eleições municipais].

Agora nós estamos na véspera da eleição, agora que estão implantando o poço artesianos em algumas comunidades, que já era o projeto do governo do Estado, do governo federal do ano passado. Então, agora que eles estão implantando uma coisa, [isso é] um assédio muito escancarado, um assédio muito escancarado que, na verdade, traz tristeza e isso faz com que os caciques fiquem amarrados, [eles] não reagem, não dizem não, aí acabam apoiando esses mesmos políticos que, na verdade, desrespeitam o direito deles mesmo, sem eles saberem. Eles estão vendo, mas como eles não conhecem direito, eles não sabem nem o que é assédio, eles acabam cedendo, deixando esses políticos mal intencionados fazerem o que querem. Deitam e rolam com o sofrimento da população das nossas aldeias e ribeirinhos aqui no interior, não é diferente (Lúcia, setembro de 2024).

A fala acima reforça a ideia de que o voto da necessidade permanece como um dos principais comportamentos eleitorais entre parte dos indígenas nas eleições municipais. No trecho final, a interlocutora reflete sobre a compreensão limitada das burocracias eleitorais, especialmente entre as lideranças, o que acaba conduzindo muitos a votar em candidatos capazes de oferecer ajuda imediata, mas não necessariamente comprometidos com um projeto político que incorpore, de fato, as pautas e demandas indígenas.

Sabemos, então, que o voto indígena advém da necessidade. Neste cenário, podemos verificar a existência de uma dinâmica de “confirmação de voto” que interfere de sobremaneira no desempenho dos candidatos indígenas nas urnas, como Vanda Witoto frisou na entrevista apresentada anteriormente.

Os parentes na base, base são as aldeias, o território, se eles falarem que vão votar em você, eles votam. Eles não mentem. Só que eles confirmam o voto a partir do momento que eles ganham uma gasolina, um diesel, uma coisa assim. E quem tem isso pra dar não são os parentes que têm vontade de fazer acontecer. Isso, pra dar, são os grandes nomes (Nara, 05 de julho de 2024).

Essa reflexão nos conduz a pensar algumas dinâmicas que envolvem os dilemas e as estratégias possíveis do voto indígena. Para além da dinâmica de trocas de votos, existe uma certa “desorganização” no apoio que os candidatos recebem de representantes e organizações indígenas e indigenistas e, por consequência, os possíveis eleitores que estão sob a influência desses segmentos se dispersam. Isso foi apontado como um dos problemas para o desempenho das candidaturas de indígenas, as quais comprovadamente recebem poucos votos

de outros indígenas. Para a interlocutora Ana, falta um encontro entre as diferentes perspectivas e demandas dos segmentos indígenas.

[...] a gente não tá organizado, a gente tem ideias, pensamentos, pautas diferentes. Segmento mulher, segmento misto, mas a maioria das nossas pautas são terra. O que adianta brigar por terra se você não briga por direitos, [por] políticas públicas afirmativas de fato pra nós? (Ana, 07 de abril de 2024).

Em suma, a dificuldade de produzir uma ação coletiva capaz de articular projetos de futuro, pensando a política para além das clássicas pautas, é um empecilho para que os indígenas possam ter candidaturas bem sucedidas e que sejam majoritariamente apoiadas por seus parentes. Em dois momentos distintos, ouvimos a mesma queixa: “*a gente não consegue se unir pra ter um mandato que é nosso, sabe?*” (Ana, 7 de abril de 2024) e “*continuamos perdendo porque a gente não sabe se unir*”, como afirmou um dos convidados durante a roda de escuta em 21 de maio de 2024.

Há a percepção de que a “falta de união” interfere diretamente nos resultados eleitorais, assim como a dispersão dos votos indígenas, que acabam migrando para candidatos capazes de oferecer algo em troca. No contexto dos indígenas em Manaus, a necessidade imediata dos eleitores se choca com a consciência do dever de votar. Não é nossa intenção julgar tal comportamento, mas é inegável que há, em certos casos, a reprodução de uma lógica de subordinação política por parte de alguns eleitores indígenas em relação aos candidatos não indígenas mais bem-sucedidos. Observamos que, embora as burocracias eleitorais sejam complexas, os indígenas nem sempre parecem buscar identificação partidária ou ideológica com os candidatos, mas priorizam benefícios e provisões. Dessa maneira, o parente que vota em parente é a exceção, não a regra.

4.3 Cultura política e práticas eleitorais

Para Max Weber, “quem participa ativamente da política luta pelo poder, quer como um meio de servir a outros objetivos, ideais ou egoístas, quer como o ‘poder pelo poder’, ou seja, a fim de desfrutar a sensação de prestígio atribuída pelo poder” (Weber, 1982, p. 98). Assim, o poder expressa a capacidade de impor uma vontade própria sobre outro indivíduo. Já para Byung-Chul Han, o poder também pode se manifestar como um instrumento de dominação psicológica que se infiltra no inconsciente dos sujeitos, levando-os a desejar aquilo que o Outro deseja.

Partindo de ambas as percepções, analisamos neste tópico a relação e os limites existentes entre as candidaturas indígenas, a representação e a autonomia que esses povos

buscam ter. Para tanto, primeiramente observamos o padrão das candidaturas indígenas que foram lançadas nos pleitos de 2016, 2020 e 2024. Conforme apresentado no capítulo 1, tópico 2.2 Eleições Municipais em Manaus, observamos que os candidatos indígenas estavam frequentemente associados a partidos de centro e direita, com uma articulação tímida à esquerda. Em 2016, o PT foi o partido de esquerda que mais lançou candidatos indígenas (07), enquanto o PRTB, que estava vivendo uma forte onda conservadora, lançou 14 indígenas. Em 2020, sob o delicado contexto da pandemia, percebemos uma retração nas candidaturas de modo geral, com poucos candidatos nas agremiações de direita, esquerda e centro. No ano de 2024, o PT se manteve à frente com 3 candidaturas, seguido pelo PDT e PP, ambos com duas. É relevante frisar que neste ano, o NOVO lançou uma candidatura indígena, bem como o MDB, PCdoB e REDE.

As candidaturas lançadas pelos partidos e o tratamento reservado a esses candidatos nos mostram mais do que uma mera competição na Arena Política: evidenciam as formas pelas quais os partidos classificam a categoria indígena e as oportunidades políticas que enxergam em sua mobilização. Como visto anteriormente, as motivações para uma candidatura são diversas, no entanto um ponto é central: *“os partidos políticos são o nó que o Movimento Indígena ainda não conseguiu desatar”*, conforme afirmou Amarildo Tukano em 21 de maio de 2024³⁵. Assim, considerando a burocracia um instrumento de poder, dotada de complexidades, assumimos, com base nos relatos de nossos interlocutores, que a limitada familiaridade de parte dos indígenas com esses procedimentos eleitorais leva-os a candidaturas frágeis, pouco preparadas e sem articulação estratégica. Esse cenário indica não apenas os obstáculos do conhecimento, mas também a maneira como os partidos operam e moldam a participação indígena no processo eleitoral a nível local.

No relato abaixo, a interlocutora Nara expressou seu descontentamento com tal cenário, mostrando que a desconexão entre aspectos ideológicos e pautas políticas cria uma cultura política em que a percepção de participação efetiva é fragilizada, pois as mudanças ansiadas não acontecem visto que não há um preparo de base política dos candidatos e os indígenas votam de maneira fragmentada, como citamos anteriormente.

[...] não só o voto do indígena é um voto desesperado, como a candidatura dos nossos parentes também. São candidaturas, assim, que elas querem melhorar a realidade do Movimento Indígena, mas por falta de leitura, de compreensão do processo, eles acabam se filiando àqueles que nos aniquilam. São casos de diversos

³⁵ A referida fala foi proferida no contexto da Roda de Escuta “O Comportamento Eleitoral dos Indígenas no contexto das Eleições Municipais em Manaus” promovida pelo ECOPeC com a presença dos convidados Amarildo Tukano, Benjamim Baniwa e Ageu Sateré-Mawé.

parentes que fizeram coligação com o Wilson Lima³⁶, mas que faziam campanha para o Lula e que entendiam que o Lula seria um governo menos pior para os povos indígenas, mas que não conseguiam entender que o Wilson Lima diretamente estava ligado ao Bolsonaro. E aí tem uma insígnia que não funciona 'parente vota em parente'. Não rola. É mentira isso. Essa é uma grande fake news das eleições e é uma forma de mostrar como os parentes não conhecem a lógica da política partidária, eles não conhecem a lógica, não têm maturidade, não têm formação o suficiente, e eles levantam essa bandeira 'parente vota em parente', é o mais absurdo de tudo (Nara, 05 de julho de 2024).

Para além dos votos, iremos nos ater às candidaturas dos indígenas e tratativas dos partidos. Conforme ilustra Max Weber, em algumas pessoas existe a Vocação para a Política³⁷. Falando em seus tipos ideais, ele afirmava que a vocação para a política está no líder carismático: o “domínio” em virtude da dedicação, dos que obedecem ao “carisma” exclusivamente pessoal do “líder”. Pois essa é a raiz de uma vocação em sua expressão mais elevada.” (Weber, 1982, p. 99). A vocação desse homem político (que seria o tipo ideal) precisa de três qualidades necessárias que são “paixão, senso de responsabilidade e senso de proporções” (Weber, 1982, p. 138). A paixão sendo dedicada a uma causa, senso de responsabilidade como guia da ação, e senso de proporção onde o líder deve analisar os problemas com sobriedade e gravidade.

Assim, ao tratar da vocação política, Weber analisa a figura do político profissional, distinguindo entre quem vive “da” política e quem vive “para” a política. Embora diferentes, essas dimensões não são excludentes. Viver “da” política refere-se à busca por uma fonte estável de renda; viver “para” a política diz respeito àqueles que fazem de uma causa o eixo central de sua vida, orientando-se pela defesa de valores, pela obtenção de poder ou pelo reconhecimento decorrente dessa dedicação. Nesse contexto, a capacidade do líder em manter seu carisma diante da comunidade que nele confia torna-se fundamental, conformando uma forma particular de dominação. O quadro administrativo que se organiza ao seu redor não se baseia em competências técnicas ou na posição social dos envolvidos, mas na identificação

³⁶ Wilson Lima é um político brasileiro filiado ao UNIÃO BRASIL, tendo sido Governador do Estado do Amazonas eleito em 2018 e em 2022.

³⁷ Weber identificou que a política está intimamente ligada à dominação. No entanto, para impor essa vontade de dominação atribuem-se três modelos para justificar a dominação como legítima: 1) é a forma “tradicional”, realizada por uma autoridade patriarcal, em que os súditos obedecem ao seu senhor pela tradição, ganham cargos por regalias ou concessões, onde não obedecer é uma afronta a legitimidade da autoridade; 2) destaca-se pela legalidade, pelo estatuto legal, com base nas regras e normas criadas racionalmente e são obedecidas pelos dominados, é a dominação “burocrática- legal”, essa é a forma mais pura de dominação respaldada pela lei, pois se estende independente de quem seja o indivíduo; e 3) onde a dominação é exercida pelo “carisma”, professada por um demagogo, líder de partido político, profetas ou heróis que possuem uma impecável oratória, coragem e astúcia para lidar com o povo, neste caso a obediência é realizada com base na confiança.

com o líder e com seu carisma, o que pode assumir contornos mais autoritários ou imperativos.

A distinção weberiana, portanto, contribui para compreender as motivações que atravessam o engajamento político dos sujeitos e como essas motivações se expressam nas formas concretas de candidatura. Ao observarmos o perfil das candidaturas indígenas e nos atentarmos às falas dos interlocutores, identificamos três tipos principais: aquelas indicadas pelo Movimento, as motivadas por trajetórias e interesses pessoais e aquelas apresentadas para o cumprimento da cota partidária. Segundo os interlocutores, os partidos costumam empregar diferentes estratégias para ampliar seu quociente eleitoral, valendo-se das candidaturas de pessoas indígenas tanto no interior quanto na capital manauara. Assim, essas classificações permitem vislumbrar não apenas as razões atribuídas pelos próprios sujeitos ao ato de se candidatar, mas também as dinâmicas partidárias que moldam essa participação, muitas vezes instrumentalizando tais candidaturas dentro de cálculos eleitorais mais amplos.

Os candidatos indígenas, muitas das vezes, por falta de entendimento mesmo, porque os partidos não escolhem as pessoas informadas, preparadas, para poder lançar como candidatos. Eles querem lançar os candidatos indígenas, mas é para poder buscar voto para eles, como os candidatos majoritários, para o prefeito, né? Ele lança o candidato para poder pescar, conquistar. Nós falamos assim na nossa linguagem. Mas é para pescar para ele, quer dizer, buscar, puxar voto, né? Ele nunca lança os candidatos indígenas se preocupando que eles querem que os índios tenham representantes. Isso que nós percebemos, pelo menos eu percebo, né? Ele lança muitas das vezes candidatos, mas só para puxar voto. Não é se preocupando que o índio tenha seu representante. Para eles, tanto faz, se ganha, se vai ganhar, se o índio vai ser eleito, não vai ser. Isso para eles não importa. Para eles, eles querem lançar candidato, mas só é para puxar voto, né? Então, muitas das vezes, é isso que está acontecendo. Tanto na capital, em Manaus, e também no interior acontece a mesma coisa, né? Não é diferente.

Mas é assim que a gente está vendo, nós que estamos na frente, mas o inocente que muitas das vezes eles conquistam, que eles convidam para se candidatar em um partido, nesses partidos que muitas das vezes a maioria não são favoráveis ao nosso direito, né? Eles são contra o nosso direito. Dá para ver essas bancadas que hoje nós estamos vivendo, o momento do marco temporal que está aí, que foi construído pelos deputados federais e senadores, que vem contra o nosso direito, que vem contra a nossa vida, que para nós isso é mais uma guerra contra nós, uma guerra de genocídio, que para nós acabou com o direito à nossa terra. Se querem invalidar tudo aquilo que foi construído ao longo do tempo, como o nosso direito na Constituição, direito ao território, usufruto das nossas terras, aquele direito que nos dá a [...] vida que nós vivemos, [para] seguirmos livres na nossa terra, sem violência, sem sermos assassinados, tanto que a gente vê ainda na mídia, porque isso não é passado para nós, toda essa violência contra nós, povos indígenas, essa violência ainda está muito presente, ela está viva e crua ainda dentro da nossa realidade, enquanto povos indígenas, enquanto como indígenas nós vivemos (Lúcia, setembro de 2024).

A exposição de Lúcia, que no momento da conversa estava em sua comunidade no Alto Solimões vivenciado o tempo da política e, também, relembando episódios passados,

nos leva a refletir: por qual via os indígenas estão pensando a política? pela via étnica ou pela via do Outro? Nossa resposta é: depende. Nara, em Manaus, compartilhou um pensamento semelhante acerca desse tratamento dado pelos partidos aos indígenas que os procuram.

A maioria é ludibriada pelo discurso, pela possibilidade de tentar construir alguma coisa na sua comunidade, vão mesmo com a esperança de fazer acontecer, vão sim acreditando que vai ser possível, mas sem entender a lógica de funcionamento do sistema, da distribuição de votos, sem entender a lógica das coligações, sem entender o processo. Eles são mesmo utilizados pelo programa partidário (Nara, 05 de julho de 2024).

Ambas as falas nos remetem ao evento realizado pelo PDT na ENS/UEA em 25 de novembro de 2023. Esse evento era voltado para a educação, mas serviu principalmente para lançar a, até então, candidatura de Israel Tuyuka ao Governo do Estado, além de convidar *Parentes* para fazerem parte do setorial indígena que havia sido criado pelo PDT. Na fila para o credenciamento, uma senhora simpática, que parecia ter cerca de 50 anos e se autoidentificou como indígena, falou sobre como foi parar naquele evento, visto que não era de Manaus e nem morava na capital. Entre uma anedota e outra, ela disse que estava ali com sua cunhada pois haviam sido convidadas pelos representantes do partido e ansiavam por buscar a implementação do ensino médio na sua comunidade, pois esta fica em uma zona de difícil acesso. Para ela, o partido parecia a porta de entrada para conseguir tal melhoria. Ela perguntou de que maneira poderia fazer esse tipo de solicitação, demonstrando interesse em entender como as burocracias políticas funcionam. A sua cunhada nos disse que iria se filiar ao partido visando conseguir esse tipo de apoio.

Ao nosso ver, parte dos indígenas pensa a política pela via étnica, visando melhorias para seu próprio povo. No entanto, a política do Outro é o modo “padrão” pelo qual o sistema opera e, portanto, para que os indígenas estejam no Estado faz-se necessário que eles dominem essas lógicas. Como afirmou um interlocutor Paulo:

Governo de índio com política de branco são coisas que o indígena precisa ter. Hoje tem um discurso, uma lógica pra governar, então nesse caso ele [que entra na política] faz um governo de índio com política de branco. O que quer dizer isso? [...] Ele vai reconfigurar e absorver todas as estratégias políticas do branco [para que ele esteja] no governo. Ele vai ser político (Paulo, 02 de julho de 2024).

A intencionalidade do candidato indígena, assim, pode gravitar entre essas duas possibilidades. Todavia, como pontuado por vários interlocutores, essa atuação se dá em meio a uma relação assimétrica entre os indígenas e os partidos. Um exemplo disso emergiu em uma conversa informal sobre a indígena Suni Kokama, que concorreu às eleições em 2016 e

2022. Filiada ao PSOL, Suni Kokama recebeu pouco apoio partidário em ambas as campanhas. A pessoa com quem conversamos relatou que, ao acompanhar a Kokama em uma reunião para apresentar suas ideias, acabou sendo convidada pelo próprio partido a se candidatar em seu lugar. A situação gerou enorme indignação, pois reforçou a percepção de que a candidatura era tratada apenas como uma espécie de “cota indígena”, enquanto o investimento real, político e financeiro, era direcionado a candidatos brancos³⁸.

Esse episódio nos mostra que, antes de qualquer motivação pessoal, seja ligada a um compromisso comunitário ou à busca por atuar “estrategicamente” na política formal, a possibilidade de exercer uma vocação política é mediada pelos critérios e interesses dos partidos. O modo como a candidatura foi tratada amplia algo que já havia sido relatado pelos interlocutores em outros momentos: embora os partidos acionem simbolicamente a presença indígena, o investimento real permanece concentrado em candidatos brancos, considerados mais “viáveis”.

Essa dinâmica expressa traços de uma cultura política que instrumentaliza a “diversidade” nos partidos, mas mantém hierarquias que limitam o reconhecimento do indígena como agente político legítimo. Ao mesmo tempo, a seleção e o apoio aos candidatos seguem funcionando segundo lógicas tutelares, nas quais são majoritariamente os partidos e seus “grandes nomes” que definem quem deve receber maior visibilidade nas campanhas, relegando aos indígenas uma participação em segundo plano, com raras exceções. Assim, a relação entre indígenas e partidos permanece permeada por lógicas tutelares, nas quais a autonomia das candidaturas é continuamente condicionada pelos interesses e critérios partidários.

4.4 Considerações sobre o lugar do indígena no processo político-eleitoral

O lugar do indígena no processo político-eleitoral é marcado por uma tensão permanente entre a representatividade que ele mobiliza e a legitimidade que lhe é negada ou parcialmente concedida. Nas palavras de um dos nossos interlocutores, Paulo:

A inserção indígena é muito importante e estratégica e deve continuar avançando dentro dessas políticas eleitorais. É necessário. Só o Movimento Indígena enquanto organização civil é insuficiente para contrapor às decisões, hoje, nas pautas atuais. Um exemplo disso é o Marco temporal. Não tem. Se a gente não tiver números de voto, se não tiver políticos indígenas próximos de grandes políticos influentes pra

³⁸ Ressaltamos que o uso do termo “branco” não se refere à cor da pele, mas sim a uma categoria que expressa posições de privilégios estruturais e simbólicos em contextos sociais pautados pela racialização.

reconfigurar aquelas estruturas e fazer uma oposição de frente igualmente àqueles bolsonaristas, não vai mudar (Paulo, 02 de julho de 2024).

Dessa forma, a participação dos indígenas em eleições é fundamental e tem se fortalecido ao longo dos anos após a redemocratização. A democracia representativa que temos hoje é, também, um dos aspectos necessários para a garantia da inclusão dos povos indígenas nas corridas eleitorais. A partir dessas intersecções e conquistas políticas, podemos pensar o fortalecimento do Movimento Indígena enquanto um agente que está em transformação. Para além dos espaços tradicionais nas comunidades, os indígenas têm a consciência de que devem ocupar os ambientes de tomada de decisão. Essa chamada consciência política foi o que permitiu a existência de mobilizações para a conquista de direitos.

Isso antigamente se dizia muito: questão de consciência política. Hoje se dá através do protagonismo do movimento, de amadurecimento também, [para que] houvesse participação direta nos partidos políticos. [Porque] nosso espaço são nossas comunidades, nossas famílias, então quando você entra nesse espaço que é de público, entra em outra dimensão (José, 01 de julho de 2024).

Como já ressaltado, a participação de indígenas em eleições ganha notoriedade a cada pleito concorrido. De Paula, Pataxó e Verdum (2023) em “O tempo da política vem aí: os povos indígenas e as eleições legislativas municipais de 2024” apresentam, na segunda parte do texto, estratégias possíveis para aumentar a participação indígena em pleitos eleitorais tanto de candidatos, quanto de eleitores. Para isso, os autores propõem a criação de uma força-tarefa em que vários órgãos atuariam para alcançar esse fim:

Essa força-tarefa teria como atribuição articular ações como: o estudo dos coeficientes eleitorais e a quantidade mínima de votos necessários para eleição em cada município; o auxílio na regularização da documentação dos eleitores indígenas, bem como de candidaturas indígenas a serem homologadas perante partidos políticos e cartórios eleitorais; e o apoio na formação jurídica e política de eleitores, bem como de candidatos indígenas, para participarem conscientemente do processo eleitoral (De Paula, Pataxó, Verdum, 2023, p. 337).

Seria, de fato, interessante que houvesse esse modelo de iniciativa para apoio e consolidação da participação consciente dos povos indígenas em eleições. No entanto, há muito o que se avançar antes que isso seja alcançado. O processo é complexo: as pessoas têm suas próprias lutas e trajetórias, mas, para quem quer se colocar enquanto candidato, é necessário estar junto do movimento, ouvir e caminhar com as lideranças. Na percepção de Lúcia, ou se tem um projeto político articulado com os povos indígenas, ou se assume uma agenda que, embora protagonizada por uma pessoa indígena, não responde às especificidades do coletivo. Para essa interlocutora, candidaturas indígenas que surgem sem compromisso

com a lógica étnica de seu povo acabam, em algum nível, reproduzindo instrumentalizações coloniais. Não se trata de dizer que determinada pessoa ou outra necessariamente fique sujeito a isso, mas sim de reconhecer que há candidaturas que não se comprometem, de fato, com a questão indígena. Trata-se, portanto, de um cenário complexo e repleto de tensões.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscamos compreender o comportamento eleitoral dos indígenas nas eleições municipais de 2016, 2020 e 2024 em Manaus – AM a partir de uma análise das candidaturas públicas e dos relatos de interlocutores-eleitores. Assim, centramos nosso foco em descrever e interpretar a percepção de eleitores indígenas sobre a participação nas eleições municipais, examinando suas vivências compartilhadas e como compreendem o processo político-eleitoral ao longo do tempo. Para tanto, as categorias nativas nos conduziram por toda a análise, evidenciando a cultura política que os povos indígenas reproduzem no município em questão.

Manaus é uma cidade com histórico conservador na política e que teve um processo de redemocratização também conservador. Poucos nomes filiados à esquerda ou centro esquerda conseguiram obter êxito em eleições nesta capital, por exemplo. Além disso, de modo geral os partidos locais não possuem projetos voltados para os diferentes perfis de pessoas que desejam se candidatar, sendo um espaço ainda bastante fechado. As cotas partidárias, em muitos casos, são apenas requisitos a cumprir e não trazem garantias de inclusão real. Nesse cenário permeado por preconceitos e figuras capciosas, os indígenas que saem candidatos recebem pouco apoio e estrutura dos próprios partidos, o que diminui suas chances de ter uma campanha bem sucedida, conforme relatado por nossos interlocutores.

Além disso, a escolha do partido é fundamental para a eleição de vereadores, visto que no Sistema Proporcional a quantidade de votos no partido irá definir quantas cadeiras terá na Câmara. Os candidatos, por sua vez, dependem tanto dos votos individuais, quanto os de legenda. No fim, pesará mais quantos votos o partido irá levar do que necessariamente o candidato, como visto nas candidaturas de Vanda Witoto em 2022 e 2024 pelo REDE. Os vereadores são escolhidos entre os mais bem votados dentro dos partidos que foram bem votados. Em parte, isso é positivo para que as eleições sejam mais “transparentes”, porém nesse cenário dificilmente os indígenas serão bem sucedidos enquanto tiverem votos pulverizados pela dispersão dos eleitores.

Ao analisarmos os pleitos de 2016 a 2024, verificamos uma variação no número de votos, com um crescimento expressivo ao longo do período, apesar da anomalia representada pelas eleições de 2020. Em 2016, as candidaturas indígenas receberam um total de 10.386 votos; em 2020, 1.727 votos; e, em 2024, 12.509 votos. Em todos os pleitos, o maior quantitativo de votos concentrou-se na figura de poucos candidatos: em 2016, Assis Barros (PRTB) obteve 1.077 votos e Ronald Seixas (PT), 1.255; em 2020, dadas as condições atípicas, o candidato mais votado foi Marcos Apurinã (MDB), com 603 votos; e, em 2024, Vanda Witoto (REDE) recebeu 8.374 votos, seguida por Anne Moura (PT), com 2.399. Esse padrão de concentração de votos em poucas candidaturas revela não apenas a fragilidade estrutural da participação indígena no campo partidário, mas também expressa dinâmicas próprias da cultura política local, nas quais trajetórias individuais, redes de confiança e arranjos institucionais moldam de maneira decisiva o comportamento eleitoral indígena.

A política partidária é algo relativamente recente para os povos indígenas, especialmente se considerarmos o curto período em que passaram a exercer plenamente seus direitos políticos. Em 2025, são apenas 37 anos desde que esses grupos passaram a ser reconhecidos etnicamente pelo Estado, podendo votar e se candidatar sem abrir mão de suas identidades, podendo ser brasileiros sem deixar de ser indígenas. Os dados apresentados neste trabalho demonstram que, apesar da recente entrada nesse universo eleitoral, há um interesse crescente em participar ativamente tanto como candidatos quanto como eleitores. A compreensão limitada das burocracias eleitorais se apresenta como um obstáculo para os indígenas do Amazonas, mas isso não os impede de buscar sua inserção política. Assim, observamos que, entre avanços e dificuldades, os indígenas têm ampliado progressivamente sua compreensão e atuação no campo político-eleitoral.

No entanto, identificamos que o poder tutelar exercido pelos partidos e o clientelismo mobilizado por políticos profissionais de grandes siglas continuam subordinando, ainda hoje, uma parcela significativa dos eleitores indígenas. Essa questão se torna evidente na fragilidade do apoio partidário às candidaturas indígenas, aqui consideradas aquelas legitimadas pelo Movimento Indígena. Entre os fatores apontados pelos interlocutores para que o parente não vote em parente estão a desconfiança dirigida à figura do indígena, a baixa politização do eleitorado, a frágil consciência política e a insegurança social e financeira, que os torna bastante vulneráveis às promessas eleitorais. A articulação interna do Movimento Indígena foi citada como um elemento fundamental para fortalecer candidaturas próprias e ampliar as chances de êxito eleitoral em pleitos futuros.

Embora não tenhamos aprofundado esse tema ao longo do trabalho, é necessário considerar o impacto que as religiões exercem nas eleições, nas candidaturas e no voto indígena, especialmente no que se refere ao campo evangélico. Mesmo indígenas vinculados a vertentes do Movimento Indígena e com ampla iniciação política não estão isentos da influência religiosa. Nosso objetivo, aqui, não é avaliar tal influência como positiva ou negativa, mas evidenciar sua presença e as transformações que produz no comportamento eleitoral. As trajetórias apresentadas demonstram, ainda, que a religião pode atuar como porta de entrada para a política, como ocorreu com pelo menos dois de nossos interlocutores. No caso deles, foi a Igreja Católica que desempenhou um papel fundamental nesse processo, oferecendo oportunidades e caminhos de inserção tanto na política dos movimentos sociais quanto na política institucional.

Por fim, embora a participação indígena nas eleições da cidade mais indígena do Brasil ainda seja proporcionalmente baixa em comparação à da população não indígena, ela constitui um elemento essencial na construção de uma trajetória histórica própria e no fortalecimento contínuo do Movimento Indígena, como apontado por nossos interlocutores. Nenhum direito se consolida sem luta, e os processos descritos ao longo desta dissertação evidenciam que a presença indígena no campo político-eleitoral de Manaus integra um movimento mais amplo de afirmação coletiva, disputa simbólica e reivindicação de cidadania plena: ocupando espaços e buscando uma representação política que faça justiça à pluralidade dos povos da cidade.

Assim, compreendemos que o cenário analisado não representa um ponto de chegada, mas parte de um percurso em transformação, no qual a inserção de pessoas indígenas na Câmara Municipal tende a ganhar força. A expectativa, alimentada pela experiência, pela mobilização e pela persistência dos próprios povos, é a de que os diferentes grupos indígenas que compõem Manaus possam, em um futuro próximo, usufruir de uma representação mais coerente com a diversidade e a complexidade que marcam a vida indígena na cidade.

6 REFERÊNCIAS

- ALCANTUD, José Antonio González. El clientelismo político: perspectivas socioantropológicas. Rubí, Barcelona: Anthropos Editorial, 1997.
- ALENCAR, Breno Rodrigo de Oliveira. O que é bolsonarismo? In Núcleo de Pesquisa em Educação e Ciberultura, s.d. Disponível em: <https://nupecifpa.com/o-que-e-o-bolsonarismo/>. Acesso em 03. set. 2025.
- ALMOND e POWELL Jr. Gabriel A e G. Bingham. Uma Teoria de Política Comparada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1989.
- AVENBURG e SCHNYDER, Karen e Cecilia. Cultura política: um conceito atravessado por dos enfoque. In Revista de Reflexión y Análisis Político, Vol. 20, No. 01. Buenos Aires:Post Data, 2015, p. 111-131
- ÁVILA, Lazslo Antonio. O Eu é plural: grupos: a perspectiva psicanalítica. In Vínculo, v.6, n.1. São Paulo, jun. 2009, p. 39-52.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BICALHO, Poliene Soares dos Santos. Protagonismo indígena no Brasil: movimento, cidadania e direitos (1970-2009). 464 f., il. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- BIRNIR, Jóhanna Kristín. Ethnicity and electoral politics. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. São Paulo: UNESP, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de. Pontos e Bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1998.
- CERQUEIRA, Thales Tácito Pontes Luz de Pádua. Direito eleitoral brasileiro: o Ministério Público Eleitoral, as eleições em face da Lei nº 9.504/97. 3. ed. rev. ampl. e atual. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. p. 177.
- CHANDRA, Kanchan. Ethnic parties and democratic stability. In: Perspectives on politics, V. 3. pág. 235-252. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- CHAVES, Christine de Alencar. Eleições em Buritis: a pessoa política. In: Antropologia, voto e representação política. Moacir Palmeira; Marcio Goldman (coordenadores) - Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

- CUNHA, Manuela Carneiro da. Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade. 2ª ed., 173 p. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- DE PAULA, Luís Roberto. A participação indígena em eleições municipais (1976 a 2016): uma sistematização quantitativa preliminar e alguns problemas de investigação. In Resenha & Debate Nova Série, Vol. 2. Rio de Janeiro: LACED, 2017.
- DE PAULA, Luís Roberto; PATAXÓ, Samara; VERDUM, Ricardo. “O tempo da política vem aí”: os povos indígenas e as eleições legislativas municipais de 2024 . Estudos Eleitorais, [S. l.], v. 17, n. 1, 2023. Disponível em: <https://tse.emnuvens.com.br/estudoseleitorais/article/view/273>. Acesso em: 10 set. 2024.
- ERIKSEN E NIELSEN, Thomas H. e Finn Sivert. História da Antropologia. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.
- FERREIRA DE CASTRO, José Maria. A Selva. Barcelos, Portugal: Guimarães Editores, 1976.
- FERREIRA, Evaldo. Os Homens à frente de Manaus. In Jornal do Commercio. Nov. de 2020. Disponível em: <https://jcam.com.br/noticias/os-homens-a-frente-de-manaus/>
- FIGUEREDO, Marcus. A decisão do voto – Democracia e racionalidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- GADAMER, Hans-Georg. Verdade e Método. Tradução Flávio Paulo Meurer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- GEERTZ, Clifford. “Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico.” - In. O Saber Local: Novos Ensaio em Antropologia Interpretativa. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017.
- GERGEN, K. J. Construccinismo social: aportes para el debate y la práctica. Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Ciencias Sociales, Departamento de Psicología, CESO, Ediciones Uniandes, 2007.
- GERGEN, K. J.; GERGEN, M. Reflexiones sobre la construcción social. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós, 2011.
- HAMMERSLEY, Martyn; ATKINSON, Paul. Etnografia: princípios em prática. Tradução: Beatriz Silveira Castro Filgueiras. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.
- KOZINETS, Robert. Netnografia: Realizando Pesquisa Etnográfica Online. Penso, 2014.
- KUSCHNIR E CARNEIRO, Karina e Leandro Piquet. As Dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia da Política. In. Estudos Históricos - Cultura Política - v. 13 n. 24, São Paulo: FVG, 1999.
- KUSCHNIR, Karina. Antropologia e política. In Revista Brasileira de Ciências Sociais. Rev. bras. Ci. Soc. vol.22 no.64 São Paulo June 2007.

- LIMA (MUNDURUKU), Emilson Frota. Monstros nossos de cada dia, ressignificados como resistência. In: Resistências - Revista da Associação dos Docentes da Ufam – ADUA – Seção Sindical do ANDES-S, Ano V, Nº 5, p.46-48, outubro, 2023. Disponível em https://adua.org.br/userfiles/image/documentos9/revista_resistencia_numero_cinco.pdf
- MONTERO, Paula; ARRUTI, José Maurício; POMPA, Cristina. Para uma antropologia do político. O horizonte da política: questões emergentes e agenda de pesquisa. São Paulo: Unesp, p. 145-184, 2012.
- NEVES, Ângela Vieira. Clientelismo, cultura política e democracia: dilemas e desafios da participação popular: a experiência do orçamento participativo na cidade de Barra Mansa. Tese (doutorado em ciências sociais) IFCH Unicamp. Campinas, 2006.
- PACHECO DE OLIVEIRA, João. “A formação da nacionalidade e seus esquecimentos” in O nascimento do Brasil e outros ensaios. Pacificações, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2016.
- PALMEIRA, Moacir. Eleição Municipal, Política e Cidadania. In Política ambígua. Org. Moacir Palmeira e Beatriz Maria Alasia de Heredia. Rio de Janeiro: Relume Dumará: NUAP, 2010.
- PALMEIRA, Moacir. Voto: Racionalidade ou Significado? In Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 7, vol. 20, p. 26-30, s/a.
- PARSONS, Talcott; BLANCO, José Jiménez; PÉREZ, José Cazorla. El sistema social. Madrid: Revista de occidente, 1976.
- PESCHARD, Jacqueline. La Cultura Política Democrática. 1ª edição. México: Instituto Nacional Electoral, 2016.
- RADMANN, Elis Rejane Heinemann. O eleitor brasileiro: uma análise do comportamento eleitoral. Dissertação (mestrado em ciência política). UFRGS. Porto Alegre, RS: 2001.
- ROSA, Pedro Luiz Barros Palma da. Como funciona o sistema proporcional? In Revista Eletrônica da EJE ano V, n. 5, agosto/setembro, 2015.
- SAHLINS, M. 1990 [1987] Ilhas de história, Rio de Janeiro, Jorge Zahar. 2001 [1995] Como pensam os "nativos", São Paulo, Edusp.
- SCHMIDT, Lawrence K. Hermenêutica. 3ª. Edição Editora Vozes: Petrópolis, 2019.
- SELL, Carlos Eduardo. Racionalidade e racionalização em Max Weber. In Revista de Ciências Sociais, Vol. 27, No. 79, junho, 2012.
- SILVA, Raimundo Nonato Pereira da. A cultura política dos Sateré-Mawé: a relação entre os povos indígenas e o estado brasileiro. Tese/PPGCP/UFRGS. Porto Alegre: PPGCP, 2014.
- SILVEIRA RAIMUNDO, Rodrigo. 2023. Análise político administrativa social das participações indígenas na última década das eleições brasileiras. Tesis de maestría, Flacso Brasil.

SOUZA, Rita de Cássia de. Princípios básicos da pesquisa relacional, dialógica e colaborativa. In Revista Pro - Posições, v.32, Campinas, SP: 2021.

SWARTZ, Marc J.; TURNER, Victor W.; TUDEN, Arthur. Antropología política: una introducción. Alteridades, n. 8, 1994.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Sufrágio Censitário. In Glossário Eleitoral - Termos iniciados com a letra S. s.d.

WEBER, Max. A ética protestante e o “espírito” do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. Economia e sociedade. Vol. 1. Brasília: UnB, 2004.

WEBER, Max. Ensaio da Sociologia. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora, 1946.

WEBER, Max. Metodologia das Ciências Sociais. 2. Vol. São Paulo: Cortez e Editora UNICAMP, 1995.

SITES

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm acesso em 10 dez. 2023.

ESTADO POLÍTICO. Roberto Cidade deixa PV e se filia ao UNIÃO BRASIL. 26.03.2022. Disponível em: <https://www.estadopolitico.com.br/roberto-cidade-deixa-pv-e-se-filia-ao-uniao-brasil/>. Acesso em 12. out. 2025.

FUNAI. Marco temporal impacta na demarcação de terras e na implementação da política indigenista. 08. out. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2025/marco-temporal-impacta-na-demarcacao-de-terras-e-na-implementacao-da-politica-indigenista>. Acesso em 29. nov. 2025.

LEI Nº 14.208, DE 28 DE SETEMBRO DE 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14208.htm. Acesso em 21. set. 2025.

MANAUS (AM). Lei Orgânica do Município de Manaus/AM. [ca. 2000]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-manaus-am>. Acesso em: 23 fev. 2024.

Pobreza e compra de votos dificultam eleição de indígenas, diz Vanda Witoto. In Amazonas Atual. 05. out. 2022. Disponível em: <https://amazonasatual.com.br/pobreza-e-compra-de-votos-dificultam-eleicao-de-indigenas-diz-vanda-witoto/>. Acesso em 09. out. 2025

TRE-SC. Eleições majoritárias e proporcionais. [entre 2015 e 2020]. Disponível em: <https://www.tre-sc.jus.br/eleicoes/tire-suas-duvidas/eleicoes-majoritarias-e-proporcionais>. Acesso em: 10. abr. 2024.

TSE. Eleições 2024: você sabe as diferenças entre coligação e federação partidária? 2024. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Fevereiro/eleicoes-2024-voce-sabe-quais-sao-as-diferencas-entre-coligacao-e-federacao-partidaria>. Acesso em: 22. abr. 2024.

TSE. Saiba o que é uma federação partidária. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2025/Julho/saiba-o-que-e-uma-federacao-partidaria>. Acesso em 21. set. 2025.

APÊNDICE A - VEREADORES INDÍGENAS ELEITOS EM 2016 - AMAZONAS

Município	Candidata/o	Nome na urna	Partido
Alvarães	Maurício Cruz de Souza	Mauca	PROS
Alvarães	Isaias Lomas Noteno	Jair Do Marajai	PROS
Amaturá	Lasmar Miguel	Lasmar Miguel	PT
Atalaia Do Norte	Manoel Barbosa Da Silva	Manoel Churimpa	PROS
Atalaia Do Norte	Marke Turu	Marke Turu	PSDB
Atalaia Do Norte	Armando Mario Da Silva	Armando Marubo	PSDB
Atalaia Do Norte	Cesar Nakua Mayuruna	Cesar Mayuruna	PSL
Atalaia Do Norte	Adelson Da Silva Saldanha	Kora	PT
Pauini	Juraci Brasil	Juca	PCdoB
Pauini	Francisco Pinto De Queiroz	Chico Da Mélia	PT
Santa Isabel Do Rio Negro	Maria Elizangela Da Silva Melgueiro	Mariazinha	PMDB
Santa Isabel Do Rio Negro	Siromar Tomas Da Silva	Siromar	PMDB
Santo Antônio Do Içá	Teodorino Manduca Carvalho	Teodorino	PMDB
Santo Antônio Do Içá	Lucas Carvalho Da Silva	Lucas	PROS
Santo Antônio Do Içá	Alberto Gomes Xavier	Degar	PSD
São Gabriel Da Cachoeira	Otacila Lemos Barreto	Prof. Otacila	DEM
São Gabriel Da Cachoeira	Dieckson Weslen Otero Diogenes	Dieck Diógenes	PR
São Gabriel Da Cachoeira	Anderson Luiz Brazão Goes	Anderson Yanomami	PSL
São Gabriel Da Cachoeira	Basilio Rodrigues Gonçalves	Basilio Kuripaco	PSL
São Gabriel Da Cachoeira	Rafael Antonio Da Silva Brito	Rafinha	PSL
São Gabriel Da Cachoeira	Natanael Hildebrando Pereira	Natanael Tanaka	PT
São Gabriel Da Cachoeira	Alex Gonçalves Fontes	Alex	PT
São Paulo De Olivença	Jaime Costodio Manoel	Jaime Costodio	PMDB

São Paulo De Olivença	Paulino Firmino Pite	Paulino	PR
São Paulo De Olivença	Alcides Sebastião Guedes	Alcides	PSD
São Paulo De Olivença	Celson Jordao Antonio	Celson Jordão	PSL
Tabatinga	Mendario Ribeiro Gaspar	Mendario	DEM
Tabatinga	Felipe Gaspar Vitorino	Felipe	PMDB

Fonte: dados agregados pela autora a partir do TSE-JUS, 2024

APÊNDICE B - VEREADORES INDÍGENAS ELEITOS EM 2020 – AMAZONAS

Município	Candidata/o	Nome na urna	Partido
Alvarães	Mauricio Cruz De Souza	Mauca Kambeba	REPUBLICANOS
Amaturá	Lasmar Miguel	Lasmar	MDB
Amaturá	Joise Mara Dos Santos Pereira	Joise Pereira	PSC
Amaturá	Francineo Avelino Saldanha	Francineo Avelino	PTB
Atalaia Do Norte	Analimar Dias Castelo Branco	Analimar Kanamari	PSD
Barreirinha	Mecias Pereira Batista Junior	Bulete	PSD
Benjamin Constant	Arsenio Fernandes Torres	Arsênio	PSD
Canutama	Marlete Nunes Brandão	Marlete Brandão	PL
Ipixuna	Marta Zacarias De Oliveira	Professora Neca	PL
Itamarati	Amavi Minu Deni	Amavi Deni	MDB
Maués	Wilson Alves De Andrade	Wilson Saterê	PL
Nhamundá	Guilherme Txehkeku	Guilherme Hixkaryana	REPUBLICANOS
Novo Airão	Randerson Lima Santos	Neguinho Da Garagem	PSL
Santa Isabel Do Rio Negro	Rafael Deno Da Silva	Rafão	PL
Santa Isabel Do Rio Negro	Francirene Guilherme Dos Santos	France Santos	PSL
Santo Antônio Do Içá	Rita Flores Felipe	Rita Flores	MDB
Santo Antônio Do Içá	Nilson Artur Justino	Nilson Tikuna	PL

Santo Antônio Do Içá	Miguel Eleuterio	Miguel	PSC
Santo Antônio Do Içá	Nidia Arcanjo Eleuterio	Professora Nidia	REPUBLICANOS
São Gabriel Da Cachoeira	Oripio Julio Quinca Miguel	Oripio Baniwa	DEM
São Gabriel Da Cachoeira	Rafael Antônio Da Silva Brito	Rafinha	PCdoB
São Gabriel Da Cachoeira	Messias Ambrosio De Souza	Messias	PODE
São Gabriel Da Cachoeira	Suely Diana Ambrozio De Oliveira Lobo	Dra Suely Ambrosio	PODE
São Gabriel Da Cachoeira	Anderson Luiz Brazão Goes	Anderson Yanomami	PSC
São Gabriel Da Cachoeira	Gleydson Da Costa Tavares	Tinga	PT
São Gabriel Da Cachoeira	Jaelson Albuquerque Cruz	Jaelson Caboco Índio	PT
São Gabriel Da Cachoeira	Eder Lopes Otero	Eder Lopes	PT
São Gabriel Da Cachoeira	Hernane Vaz De Abreu	Hernane Cachorrão	PT
São Gabriel Da Cachoeira	Osmarina Arcanjo Vieira	Osmarina Arcanjo	PT
São Paulo De Olivença	Paulo Felipe Macario Olimpio	Pauo Felipe	PP
São Paulo De Olivença	Brodoloni Pedro Inacio Pinheiro	Brodoloni	PSD
São Paulo De Olivença	Alcides Sebastião Guedes	Alcides	PSD
São Paulo De Olivença	Gilmer Tomas Moreno	Gilmer Moto Taxi	REPUBLICANOS
Tabatinga	Claudinei Raimundo Guilherme	Prof Claudinei	MDB
Tabatinga	Arlinda Coelho Araujo	Arlinda	PP

Fonte: dados agregados pela autora a partir do TSE-JUS, 2024

APÊNDICE C - PARTIDOS POLÍTICOS POR ESPECTRO IDEOLÓGICO

Sigla	Nome	Presidência Nacional	Presidência Amazonas	Presidência Manaus	Legenda	Espectro Ideológico
MDB	Movimento Democrático Brasileiro	Luiz Felipe Baleia Tenuto Rossi	Eduardo Braga	Jesus Alves dos Santos	15	Centro
PDT	Partido Democrático Trabalhista	Carlos Roberto Lupi	Luiz Castro		12	Centro-Esquerda
PT	Partido dos Trabalhadores	Edson Antonio Edinho da Silva	Sinésio Campos	Valdemir de Souza Santana	13	Esquerda / Centro-Esquerda
PCdoB	Partido Comunista Do Brasil	Luciana Barbosa de Oliveira Santos	Lucia Regina Antony	Edilon Melo de Queiroz	65	Esquerda
PSB	Partido Socialista Brasileiro	João Henrique de Andrade Lima Campos	Serafim Fernandes Corrêa	Ali Assi	40	Centro-Esquerda
PSDB	Partido Da Social Democracia Brasileira	Marconi Ferreira Perillo Júnior	Francisco Plínio Valério Tomaz	Rosivaldo de Oliveira Cordovil	45	Centro

AGIR	Agir	Daniel S. Tourinho	Cesar Augusto Marques da Silva	36	Centro	
MOBILIZA	Mobilização Nacional	Antonio Carlos Bosco Massarollo	Mirlene Rabelo Magalhães Dias	33	Centro-Direita	
CIDADANIA	Cidadania	Plínio Comte Leite Bittencourt	Amom Mandel Lins Filho	23	Centro	
PV	Partido Verde	José Luiz De França Penna	Carlos Eduardo Bessa Sá	Jaildo de Oliveira Silva	43	Esquerda / Centro-Esquerda
AVANTE	Avante	Luis Henrique De Oliveira Resende		70	Centro / Centro-Direita	
PP	Progressistas	Ciro Nogueira Lima Filho	Alfredo Alexandre de Menezes Junior	11	Centro-Direita	
PSTU	Partido Socialista Dos Trabalhadores Unificado	José Maria De Almeida	Jucileide Silva Massulo	16	Extrema-Esquerda	
PCB	Partido Comunista Brasileiro	Edmilson Silva Costa		21	Extrema-Esquerda	

PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	Antonio Amauri Malaquias de Pinho			28	Direita / Extrema-Direita
DC	Democracia Cristã	José Maria Eymael			27	Centro-Direita
PCO	Partido Da Causa Operária	Rui Costa Pimenta		Flávio Humberto Pascarelli Lopes Filho	29	Extrema-Esquerda
PODE	Podemos	Renata Hellmeister De Abreu		Yomara Jesuina Lins Rodrigues	19	Centro-Direita
REPUBLICANOS	Republicanos	Marcos Antonio Pereira	Silas Câmara	Joaquim Igor Sena Campos	10	Direita
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade	Juliano Medeiros	Mena Bianca Ferreira Paiva	Natalia Demes Bezerra Tavares Pereira	50	Esquerda / Extrema-Esquerda
PL	Partido Liberal	Valdemar Costa Neto	Alfredo Pereira do Nascimento	Alberto Barros Cavalcante Neto	22	Direita / Centro-Direita
PSD	Partido Social Democrático	Gilberto Kassab	Omar Jose Abdel Aziz		55	Centro
SOLIDARIEDADE	Solidariedade	Paulo Pereira da Silva			77	Centro

NOVO	Partido Novo	Eduardo Rodrigo Fernandes Ribeiro		30	Direita
REDE	Rede Sustentabilidade	Heloísa Helena Lima De Moraes	Manoel Pedro de Souza Neto	18	Centro-Esquerda
PMB	Partido da Mulher Brasileira	Suêd Haidar Nogueira		35	Centro-Direita / Direita
UP	Unidade Popular	Leonardo Pericles Vieira Roque		80	Extrema-Esquerda
UNIÃO	União Brasil	Luciano Caldas Bivar	Roberto Maia Cidade Filho	44	Centro-Direita / Direita
PRD	Partido Renovação Democrática	Ovasco Roma Altimari Resende	Ageu Florêncio da Cunha Junior	25	Direita / Extrema-Direita

Fonte: dados agregados a partir do TSE (2025) e SGIP (2025)